

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS DA
RELIGIÃO
(DOUTORADO)

MARCINA DE BARROS SEVERINO

O MEDO E A RELIGIÃO NO *LEVIATÃ* DE HOBBS

GOIÂNIA
2019

MARCINA DE BARROS SEVEVERINO

O MEDO E A RELIGIÃO NO *LEVIATÃ* DE HOBBS

Tese apresentada em cumprimento às exigências do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientação: Profa. Dra. Thaís Marinho.

GOIÂNIA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

5498m Severino, Marcina de Barros
O medo e a religião no Leviatã de Hobbes [recurso eletrônico] / Marcina de Barros Severino.-- 2019.
102 f. : il.

Texto em português com resumo em inglês
Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião, Goiânia, 2019
Inclui referências, f. 98-102

1. Hobbes, Thomas, 1588-1679 - Leviatã. 2. Religião e estado. I. Marinho, Thais Alves. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 321.011.1(043)

O MEDO E A RELIGIÃO NO LEVIATÃ DE HOBBS

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 15 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



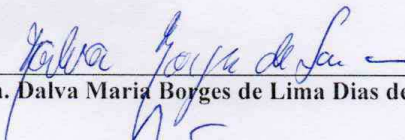
Profa. Dra. Thaís Alves Marinho / PUC Goiás (Presidente)



Prof. Dr. Clóvis Ecco / PUC Goiás



Profa. Dra. Irene Dias de Oliveira / Docente Colaboradora da PUC Goiás



Profa. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza / UFG



Prof. Dr. Diego Avelino Moraes Carvalho / IFG

Profa. Dra. Carolina Teles Lemos / PUC Goiás (Suplente)

Prof. Dr. Cristiano Santos Araujo / FANAP (Suplente)

Dedico este trabalho à memória de meu inesquecível irmão Júnior Carlos de Barros Severino, um anjo ímpar que veio para me proteger, inspirar e alegrar. Precocemente fez sua partida, deixando um legado de paz e de segurança que me impulsionaram a esta conquista. Júnior foi um jovem que viveu intensamente, amando e sendo amado. Será eternamente lembrado em minhas orações e no meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e inspiração de sempre.

À professora Irene Dias de Oliveira, pelas orientações, dedicação e por sua atenção em apontar os melhores caminhos para uma boa compreensão da teoria de Hobbes.

Agradeço ao apoio, estímulo e reconhecimento de toda a minha família, principalmente minha filha e amiga Maria Eliza Fernandes, que nunca permitiu que eu fraquejasse.

Meu agradecimento e minha homenagem carinhosa à professora Thaís Marinho pelo acolhimento e pela orientação desta tese.

“Temos aversão não apenas por coisas que sabemos nos terem causado dano, mas também por aquelas que não sabemos que danos podem causar”.

Thomas Hobbes

RESUMO

SEVERINO, MARCINA DE BARROS. O medo e a religião no *Leviatã* de Hobbes. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Goiânia, Goiás, 2019.

Esta tese, desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião, nível doutorado, integra a área de concentração Religião, Cultura e Sociedade, e faz parte da linha de pesquisa Cultura e Sistemas Simbólicos. Investiguei em que medida a teoria do Estado hobbesiano presente na obra *Leviatã* se constituiu a partir de valores religiosos da época. O medo de Hobbes se subordina à cultura e ao imaginário de seu tempo, pois são estruturas que fazem parte da constituição identitária dos indivíduos. A religião conferiu à teoria do Estado hobbesiano, presente no *Leviatã*, uma ideia de que o poder divino imperava sobre o processo de organização humana nesse mundo, por isso, o medo que impulsionou o ser humano à transferência de poder ao Estado não é apenas o medo hobbesiano da morte violenta, mas também o medo presente nas dimensões religiosas e culturais que estavam inseridas nas visões de mundo de Hobbes e da sociedade de seu tempo. Amparada na hermenêutica, utilizo da técnica da pesquisa bibliográfica e da análise do discurso. As principais fontes são: a documentação escrita encontrada na obra de Hobbes *Leviatã* e de estudiosos que analisam a relação entre religião e Estado com base nessa obra. Concluí que, apesar da presença constante da religião na época de Hobbes, ele em seu texto, condena a atitude de líderes religiosos que usam o nome de Deus para obter benefícios, mas ele próprio não conseguiu se abster da religião.

Palavras-chave: Hobbes. *Leviatã*. Religião.

ABSTRACT

SEVERINO, MARCINA DE BARROS. Fear and Religion in the Leviathan of Hobbes. Doctoral Thesis (Stricto Sensu Postgraduate Program in Sciences of Religion) - Pontifical Catholic University of Goiás (PUC Goiás), Goiânia, Goiás, 2019.

This thesis, developed at the Pontifical Catholic University of Goiás, scoped of the Stricto Sensu Post-Graduation Program in Religious Sciences, level doctorate, integrates the area of concentration Religion, Culture, and Society, and is part of the research line Culture and Symbolic Systems. It investigates to what extent the Hobbesian State theory in the Leviathan, comes from the religious values of that time. The fear of Hobbes is the fruit of the culture and the imaginary of his time because they are structures that are part of the identity of those people. The Religion in the theory of the Hobbesian State, present in Leviathan, conferred an idea that the divine power rules over the process of human organization in this world, for the fear that impelled the human being to transfer power to the State is not only the Hobbesian fear of violent death, but also the fear of the religious and cultural dimensions that were embedded in the worldviews of Hobbes and the society of his time. It is supported by the hermeneutics, using the technique of bibliographic research and analysis of speech. The main sources are the written documentation found in the work Hobbes Leviathan and scholars who analyze the relationship between religion and State based on this work. It is concluded that, despite the constant presence of religion in the time of Hobbes, he, in his text, condemns the attitude of religious leaders who use the name of God to gain benefits, but he himself could not abstain from religion.

Keywords: Hobbes. Leviathan. Religion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CULTURA E IMAGINÁRIO RELIGIOSO DA INGLATERRA NO SÉCULO XVII ...	20
1.1 OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA OBRA <i>O LEVIATÃ</i>	22
1.1.2 Absolutismo Inglês	26
1.2 THOMAS HOBBS	32
1.3 TEÓRICOS ABSOLUTISTAS.....	37
1.4 MEDO DO MAR E DE MONSTROS	40
1.5 A BASE CIENTÍFICA DE HOBBS.....	43
1.6 A CULTURA RETÓRICA DO HUMANISMO RENASCENTISTA EM HOBBS ..	50
1.7 CULTURA, RELIGIÃO E HOBBS	51
2 MEDO RELIGIOSO E MEDO POLÍTICO	54
2.1 IMAGINÁRIO RELIGIOSO	55
2.2 PAPEL DO MEDO NA TEORIA DE HOBBS.....	58
2.3 O MEDO COMO MECANISMO DE CONTROLE E DOMINAÇÃO SOCIAL	63
2.4 MEDO DO OUTRO	65
2.5 O PIOR DOS MEDOS: O MEDO DA MORTE.....	67
2.6 MEDO RACIONAL	69
2.7 MEDO DOS PODERES INVISÍVEIS	71
3 MEDO E LEGITIMAÇÃO DO PODER NO LEVIATÃ	76
3.1 A RELIGIÃO COMO LEGITIMADORA DO MEDO	80
3.2 CONSTITUIÇÃO DA SOBERANIA DO LEVIATÃ	85
3.3 PODER, GLÓRIA E LEGITIMAÇÃO	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

Desde a graduação em Direito demonstrei interesse pelo que leva as pessoas a obedecerem às leis. Ainda neste período, após ler a obra *Leviatã* de Thomas Hobbes, nascido em Westport, Inglaterra, em 1588-1679, me senti ainda mais motivada a entender essa perspectiva. A obra de Hobbes, publicada primeiramente em 1651, se tornou um dos mais importantes tratados sobre política e importante referencial para compreensão do comportamento humano, e buscava explicar a realidade política da sociedade inglesa do início do século XVII, período conturbado para os ingleses, tanto no campo cultural quanto no religioso e político. Seu título, *Leviatã*, faz referência ao monstro bíblico, também presente em outras culturas, enquanto metáfora para o Estado Absolutista, o que demonstra como o mundo religioso estava presente no imaginário de Hobbes. Tal curiosidade científica me instigou a investigar as relações de poder decorrentes dos fluxos simbólicos que repercutiram na vida de Hobbes e na sua obra *Leviatã*. Desse modo, o objetivo desta tese é investigar em que medida a teoria do Estado hobbesiano presente na obra *Leviatã* se subordina com os valores religiosos da época.

No momento histórico em que Hobbes vivia, a religiosidade cristã¹ tinha um papel central na sociedade europeia ocidental. O poder da religião estava presente em toda a organização social, e fundamentava a existência do Estado Absolutista como sendo aquele com uma capacidade exclusiva e indivisível de dar e de revogar a lei civil (BODIN, 1997). Essa lógica soberana absoluta predominou até o final do século XVIII. Ideias como secularização e Estado Laico, ainda não haviam surgido no período em que Hobbes viveu. A religião não se restringia somente ao âmbito privado e se fundia com a política. O imaginário da época sofreu a influência das intensas guerras, marcadas pelas rivalidades entre protestantes e católicos: Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), Guerra dos Bispos (1639-1640), guerras civis da Inglaterra (1642-1649). Nesse contexto, o medo da morte se tornou um elemento chave na teoria de Hobbes. Confirmei esse destaque nas palavras de Ribeiro (1984, p. 14) "não serve o medo de cifra apenas em sua vida, ou na memória que deixa de

¹ A religiosidade cristã é fundamentada essencialmente na crença em Jesus como o Cristo, Filho de Deus.

sua vida – na elaboração hobbesiana de Hobbes, nas autobiografias e memórias justificativas –; é chave também de sua obra”.

Apesar dessa realidade, Hobbes, ao lado de Maquiavel (1469-1527), teria sido um dos primeiros filósofos a questionar o lugar da religião na política. Desse modo, busquei examinar o valor da mensagem de Hobbes, sob um olhar diferenciado, buscando compreender os fatores que possibilitaram a construção do conhecimento produzido por ele. Para isso, tomei os escritos de Hobbes presentes na obra *Leviatã* e a sua autobiografia como enunciados de um discurso. Isso porque esses textos estão sendo considerados como manifestação de saber por serem transmitidos e conservados. Segundo Veiga-Neto (2003, p. 113) os enunciados seriam considerados “manifestações e um saber e, por isso, são aceitos e repetidos e transmitidos [...]”.

Metodologicamente, é relevante compreender o contexto ideológico da Inglaterra e da Europa como um todo para identificar o conjunto de ideias, crenças, sentimentos, visões de mundo e valores que povoaram a mente de Hobbes ao escrever o *Leviatã*. Segundo Foucault (2008) todo sujeito é histórico. Os indivíduos atuam nos acontecimentos históricos e sofrem a ação dos mesmos. Daí a importância de compreender os processos históricos que envolvem e constituem os sujeitos. O ser humano se encontra amarrado em teias de significado que ele mesmo ajudou a tecer (GEERTZ, 1989). Não existe ação, sentimento, pensamento e gosto sem cultura. Hobbes criou significado para sua teoria a partir da cultura que ele vivenciou. Desse modo, para tal análise propus realizar uma análise de discurso na referida obra. Segundo Rocha e Deusdará (2005), o enfoque discursivo possibilitou o surgimento de novas perspectivas. Esse novo espaço epistemológico, que toma o discurso como objeto de análise, buscou romper com a tradição positivista na ciência. Afinal, o positivismo, ao se basear no empirismo e no racionalismo, buscou a verdade absoluta por meio da neutralidade científica, postura que busquei superar. Para negar esse pressuposto utilizei a epistemologia de Foucault e a análise do discurso. Hobbes entende que, a priori, existe um ser racional. Isso explica a ideia da vontade do soberano descolada da divina. Ao utilizar o método racionalismo, Hobbes pensava estar sendo neutro, porque ele aprendeu com Francis Bacon que era possível deslocar as emoções e sentimentos da análise

racional. As análises da obra não são neutras e são herdeiras dos valores e cultura² do seu tempo. Minha análise também não estará isenta de valores, experiências e visões de mundo que constituem a minha identidade. Segundo Geertz (1989), a cultura é constituidora do indivíduo. Assim, dentro de uma análise contemporânea, que utiliza como técnica de interpretação dos dados a análise de discurso, busquei romper com esta verdade absoluta e com a neutralidade, segundo Rocha e Deusdará (2005). Desse modo, relativizando a capacidade racional e de objetividade de Hobbes, busquei ancorá-lo em seu tempo e espaço, a fim de compreender o contexto ideológico em que viveu e em que medida este contexto constituiu seu discurso sobre a Teoria do Estado.

Recorri a Foucault (1926-1984) para definir como a Religião se apresentou no *Leviatã* por meio da análise de discurso. O discurso é “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (FOUCAULT, 2008, p. 103). O discurso “é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência” (FOUCAULT, 2008, p. 57). O indivíduo constrói o enunciado com base em interpretações de suas experiências que são estabelecidas pelas relações de poder. Foucault (2007) afirma que o poder passa pelos indivíduos. Assim, deve ser analisado como algo que atua e se exerce em cadeia. Os indivíduos, para Foucault (2007, p. 183), “estão em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão”. Segundo Foucault (2000), o enunciado nunca está livre, neutro e independente, ele sempre se localiza em um lugar especificado. Por meio da análise do discurso tive acesso à subjetividade de Hobbes dentro dos jogos discursivos do poder. Pude analisar o contexto histórico da época procurando identificar os aspectos religiosos que ajudaram a compor o discurso de Hobbes.

Para Foucault (2000) o poder não atua apenas oprimindo ou dominando as subjetividades, mas principalmente, participando do seu processo de construção. O

² A palavra cultura tem várias acepções. Ela derivou-se do latim “colere” que significa cultivar. Com os humanistas, a cultura seria sinônimo de erudição. Na Antropologia, o significado da cultura é tudo aquilo que o indivíduo apreende ao longo da vida, tudo que ele adquire através da sua convivência com outros membros da sua sociedade.

poder produz uma riqueza estratégica “que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (FOUCAULT, 2007, XVI). De acordo com Foucault captei as relações de poder envolvidas na construção do discurso de Hobbes por meio da análise da história que é possível acessar a exterioridade. Segundo Foucault (2000), as palavras e as coisas se relacionam de maneira complexa, porque essa relação é histórica, está repleta de construções e interpretações perpassadas por relações de poder. Por isso a relevância de contextualizar os eventos históricos e analisar os elementos simbólicos que atuaram na vida e na obra de Hobbes para compreender os pensamentos e mentalidades que constituíram a subjetividade de nosso autor (nosso sujeito e objeto).

Hobbes (1997) considerou a linguagem a mais nobre e útil de todas as invenções. A linguagem “consiste em nomes ou apelações e em suas conexões, pelas quais os homens registram seus pensamentos, os recordam depois de passarem, e também os usam entre si para utilidade e conversas recíprocas [...]” (HOBBS, 1997, p. 43). As palavras para Hobbes possuem um caráter coletivo. Foucault (2000) utilizou o conceito de linguagem produzido por Hobbes e complementou, ultrapassando-o, que a linguagem tem papel representativo e uma relação consigo mesma. Nesse sentido, “a linguagem não tem mais outro lugar senão a representação, nem outro valor senão em si mesma: nesse vão que ela tem poder de compor” (FOUCAULT, 2000, p. 92). Desse modo, passei a questionar de forma crítica os elementos que compõem a natureza e as virtudes do discurso, na esteira de Foucault, em suas palavras:

Enfim, a crítica perante a linguagem existente e já escrita, se dá por tarefa definir a relação que ela mantém com o que representa: é dessa maneira que a exegese dos textos religiosos incumbiu-se, a partir do século XVII, de métodos críticos: com efeito, já não se tratava mais de re-dizer o que já havia sido dito neles, mas de definir através de que figuras e imagens, seguindo que ordem, para que fins expressivo se para dizer qual verdade, tal discurso fora sustentado por Deus ou pelos Profetas sob a forma que nos foi transmitida (FOUCAULT, 2000, p. 94).

É nessa perspectiva, portanto, que busquei reavaliar a obra e vida de Hobbes. Hobbes nasceu e escreveu suas obras sob um contexto de morte e medo. O medo das disputas pelo poder fez com que ele advogasse pela concentração de todos os poderes nas mãos de um monarca ou de assembleia determinada. A ilustração da capa da obra *Leviatã* (1651) foi feita por um célebre artista francês

contemporâneo de Hobbes, Abraham Bosse³, indicada na Figura 1. A imagem que representa o Estado retratou uma figura soberba que traça uma armadura. Segundo Heinz-Mohr (1994), armadura é atributo de generais, juizes e reis do Antigo Testamento. Por meio da análise do discurso, identifiquei que o Estado hobbesiano representado por essa figura forte e soberba parecia portar características semelhantes ao do Lorde Protetor Cromwell⁴, como observei na Figura 2. Essas duas imagens de governantes soberanos, uma representa o Estado hobbesiano e a outra o retrato de Cromwell buscam retratar a coragem de um líder seguro e capaz de manter a paz. Ao analisar a imagem do Estado hobbesiano questionei o que alimentou o pensamento de Hobbes: O medo das guerras? O apoio da religião no fortalecimento do poder de Cromwell? Seria a importância do uso da força e da religião no desfecho da guerra civil de 1649 protagonizado pelo Lorde Protetor, que teria ficado inculcado na subjetividade de Hobbes? Cromwell conseguiu demonstrar que o poder de fato deveria ser obedecido. Em seu discurso ao Conselho de Oficiais em 23 de março de 1649 ele afirma: “Não importa quem seja nosso comandante-em-chefe, se Deus o for” (*apud* Hill, 1988, p. 77). Ao analisar o discurso percebi o poder da religião de legitimar os atos do governante eleito de Deus.



Figura 1: Capa do *Leviatã* (1651).
Fonte: *Leviatã* (HOBBS, 1997).

³ Abraham Bosse (1602-1676) foi um gravador (fez várias gravuras que mostravam cenas do Evangelho em cenários contemporâneos) e um teórico (ele escreveu vários tratados que foram inspirados pelas teorias sobre a perspectiva escrita pelo geometrista Desargues).

⁴ Oliver Cromwell viveu de 1599 a 1659. Foi comandante militar e um dos dirigentes do governo inglês. Hill (1988) retrata a trajetória de Cromwell na obra *O eleito de Deus*, de Senhor dos Pântanos ingleses a Protetor e líder da revolução burguesa do mundo moderno.



Figura 2: A trajetória de Oliver Cromwell
Fonte: site Mundo Educação

Hobbes temia a concorrência do poder da religião com o poder do Estado. Hobbes (1997, p. 16) afirma que “não há quase nenhum dogma referente ao serviço de Deus ou às ciências humanas de onde não nasçam divergências que se continuam em querelas, ultrajes e, pouco a pouco, não originem guerras [...]”. Embora a religião fosse causa de muitos conflitos, Hobbes não desvincula a política totalmente da religião. Por quê? Minha hipótese seria de que as teorias, os valores e o contexto da época se imbricaram no seu discurso. Apesar de submeter a religião ao poder soberano do Estado, gerando uma inversão de hierarquia de poderes, em uma época em que o poder legitimante da Igreja definia o poder do Estado, ele não conseguiu se desvencilhar de sua égide. Logo, o simbólico e a cultura fizeram parte da construção da subjetividade de Hobbes.

A hipótese é que Hobbes defendia uma laicização parcial do Estado no *Leviatã*, porque ele conhecia o poder do sagrado na organização e controle social, por isso deve ter apropriado desse poder para conseguir maior adesão da população à sua teoria. O conceito de Estado era diferente do que conhecemos hoje. Hobbes (1997) define o Estado como um poder comum capaz de manter todos os homens em respeito, e que ajam em prol do benefício comum. Bodin (1530-1596), depois de Maquiavel, foi uns dos primeiros estudiosos a propor um Estado forte. Soberania para ele seria:

o poder absoluto e perpétuo de uma república. É necessário definir a soberania, porque, embora seja a questão principal e precise ser melhor compreendida quando se lida com a república, nenhum jurista ou filósofo político definiu a raiva. Tendo dito que a república é um governo correto de várias famílias, e do que é comum a elas, com poder soberano, agora é necessário esclarecer o que significa poder soberano. Digo que esse poder é perpétuo, já que pode acontecer que o poder absoluto seja concedido a um ou vários por um certo tempo, que, uma vez transcorridos, não são mais que súditos (BODIN, 1997, p. 47).

Chevallier (1999) descreveu a diferença entre o conceito de soberania de Bodin e de Hobbes. Para Bodin (1997) a soberania tanto poderia residir na multidão ou em uma minoria, quanto em um só homem, sendo o poder do rei ilimitado. “É necessário que os soberanos não estejam, de forma alguma, sujeitos às ordens de outrem e que possam propiciar leis aos súditos, revogando ou aniquilando leis inúteis para fazer outras... Eis por que a lei diz: o príncipe está absolvido do poder das leis” (BODIN *apud* CHEVALLIER, 1999, p. 55). Bodin defende uma monarquia soberana e indivisível com uma argumentação de traço fortemente religioso. Segundo Bodin as leis da natureza nos guiavam para a monarquia observando nosso corpo, o mundo ou o céu. Há uma hierarquia entre religião e Estado, onde o estado está em segundo plano. E é justamente isso que Hobbes e Maquiavel revolucionaram. Hobbes parece indicar uma ruptura com a religião, sua concepção de medo não foge aos preceitos religiosos. Será que ele teria feito isso estrategicamente, para conseguir maior adesão dos leitores à sua teoria e não ser perseguido pela Igreja? Ou ele próprio não conseguia se desvincular moralmente da religião, em função das influências dos valores religiosos sobre sua própria visão de mundo? Acredito que Bodin, Maquiavel e Hobbes definem soberania, mas o fazem segundo arbítrios diferentes, e que Bodin, seu contemporâneo, ainda defendia a hierarquia da religião sobre o Estado.

Já Hobbes atribuiu ao Estado uma soberania absoluta e indivisível, buscando suas origens no racionalismo. Assim, Hobbes tentou justificar a soberania do Estado apenas no cálculo racional. Porém, como tenho defendido aqui, o ser humano é constituído pela cultura, pela religião, por ideologias e todas as experiências vivenciadas que constituem sua identidade e refletem em seu imaginário e na sua visão de mundo.

A Ideologia não interroga o fundamento, os limites ou a raiz da representação; percorre o domínio das representações em geral; fixa as sucessões necessárias que aí aparecem; define os liames que aí se travam; manifesta as leis de composição e de decomposição que aí podem reinar. Aloja todo saber no espaço das representações e, percorrendo esse espaço, formula o saber das leis que o organiza. É, em certo sentido, o saber de todos os saberes (FOUCAULT, 2000, p. 246).

A dimensão cultural repercutiu na construção da realidade vivida por Hobbes. Logo, mesmo Hobbes tendo uma postura crítica frente aos líderes religiosos que utilizavam o medo religioso para se beneficiarem, ele próprio tenha sua visão de mundo e, conseqüentemente, o conhecimento que produziu, sua teoria, valores da religião da época. A religião, neste caso, parecia ter um poder constitutivo do ser humano tão forte ou até maior do que a própria racionalidade, corroborando a tese de Foucault de que não há um sujeito cartesiano, com uma identidade racional *a priori*.

Hobbes expôs uma teoria inovadora. O poder do Estado hobbesiano era soberano. Deste modo, ele submeteu o poder da Igreja ao Estado hobbesiano. A intenção de Hobbes não era apenas separar Igreja de Estado, e sim, apropriar-se da simbologia da religião e de sua força legitimadora.

Em minha dissertação de mestrado, iniciei tal empreitada investigando a simbologia presente na obra em questão e no decorrer da pesquisa percebi que o medo era um elemento chave na elaboração da teoria política hobbesiana e que apresentava elementos similares aos difundidos pela religião católica no século XVII. O intrigante é que, apesar da presença constante da religião nessa época, Hobbes dedicou a parte IV da obra *Leviatã* a condenar atitudes de alguns líderes religiosos que usavam o nome de Deus para obter benefícios. Entretanto, ele próprio não conseguiu se separar da religião. Hobbes (1997) criticou a Igreja pelo uso de doutrinas contrárias às pacíficas sociedades humanas. Ele expôs os benefícios que a Igreja usufruía nesse período. A Igreja da época era o reino de Deus e estava apta a ser governante do Estado. “Por este título é que o Papa prevaleceu sobre os súditos de todos os príncipes cristãos, levando-os a acreditar que desobedecer-lhe era desobedecer ao próprio Cristo [...]” (HOBBS, 1997, p. 477). O conhecimento produzido por Hobbes estava amparado na cultura e no imaginário da época.

O medo era um tema recorrente na obra, na vida de Hobbes e na Idade Moderna. Como já mencionado, atualmente persiste ainda medo semelhante ao que deu origem à teoria política de Hobbes, o medo do outro. Quando elaborou sua

teoria, Hobbes partiu de um estado hipotético de “guerra de todos contra todos”. Para pacificar esse estado ele criou um ser imagético. A necessidade de escapar dessa situação deu origem ao contrato social, que teria por finalidade colocar fim a essa “guerra” e estabelecer a paz social.

O medo pode ser compreendido como um sentimento ambíguo: ao mesmo tempo em que provoca um estado de alerta geral, causa também submissão e perda de liberdade. Medos reais e imaginários podem provocar diversas emoções nos indivíduos. “As emoções são muitas e falam línguas diferentes, às vezes discordantes; a razão é uma só e tem apenas uma língua” (BAUMAN, 2008, p. 61). Ao se conhecer as causas do medo, este perde seu aspecto de algo desconhecido e pode ser enfrentado com o auxílio da razão.

Todavia, para a manutenção do contrato social foi necessário manter o elemento medo, o medo que estava sempre presente em Hobbes. Em sua autobiografia ele confessou que o medo era seu irmão gêmeo: desde o nascimento ele conviveu com esse temor e não tinha problema algum em confessar isso (MAGALHÃES, 2014). Daí o seu medo refletir-se na sua teoria, pois o medo não era só um sentimento, era também um valor inscrito na moral de todas as épocas.

A conclusão é que a religião conferiu a essa teoria a ideia de que o poder divino imperava sobre o processo de organização humana neste mundo. E que, por isso, o medo que impulsionou o ser humano à transferência de poder ao Estado não é apenas o medo racional da morte violenta, mas também o medo que ficou incutido pela cultura e imaginário da época, que fizeram parte da constituição identitária de Hobbes e que repercutiram na sua visão de mundo e na produção de sua teoria, abolindo, desse modo, a produção de uma verdade absoluta, sendo o conhecimento filosófico apenas uma versão parcial da realidade experimentada.

Trata-se de um enfoque nas ciências da religião, que possibilitará a avaliação das seguintes questões: 1) Quais elementos do imaginário religioso constituíram a obra *Leviatã* (1651) de Hobbes? 2) Há ou não relação entre o medo da morte violenta com o medo da morte eterna e a esperança da salvação? 3) Como o medo foi utilizado por Hobbes para legitimar o poder do Estado proposto na sua teoria política?

Hobbes e o contrato social são temas já examinados pela academia, porém, a análise com enfoque nas ciências da religião não é muito tratada e poderá produzir um conhecimento enriquecedor para a compreensão de como a religião se

subordina à teoria hobbesiana. Trata-se de documentação escrita encontrada na obra de Hobbes, *Leviatã*, e de estudos que analisam a relação entre religião e Estado com base nessa obra. Para estabelecer a relação dos clássicos com o estudo de autores contemporâneos, utilizei uma leitura interpretativa focada na relação do Estado com a Religião na obra *Leviatã*, de Hobbes, e procurei entender o passado e o presente.

Abordarei os três capítulos buscando investigar o papel do medo na teoria política de Hobbes. Sendo assim, o primeiro capítulo trata da contextualização histórica. Isso é de suma importância para se compreender os fatores que constituíram o pensamento de Hobbes. Como reiterado, ele nasceu e escreveu suas obras sob um contexto em que a religião cristã tinha uma função central na organização social.

O segundo capítulo apresenta as diversas faces do medo que constituem o sistema político de Hobbes. O medo é a sensação que leva ao contrato social e também o mesmo elemento que mantém o povo sob controle. Ele justificou o poder soberano do Estado, pois o medo da morte impulsiona a adesão ao contrato social e o medo da punição do Estado suscita obediência.

No terceiro capítulo será necessário entender a concepção de Hobbes sobre salvação e morte eterna. Procura-se verificar como é feita a transferência do poder sagrado para o poder político. O medo da morte eterna e a esperança da salvação servem de reforço para a adesão à teoria do *estado* hobbesiano.

CAPÍTULO 1

CULTURA E IMAGINÁRIO RELIGIOSO DA INGLATERRA DO SÉCULO XVII

“Tudo quanto se faz necessário para a salvação está contido em duas virtudes: fé em Cristo e obediência às leis”.

Thomas Hobbes

O objetivo principal deste primeiro capítulo é investigar os fatores históricos, culturais e religiosos que incidiram sobre a formação da estrutura do poder absolutista do Estado conforme defendido por Thomas Hobbes na sua obra *Leviatã*. Para tanto, é necessário verificar como a cultura e a moral da sociedade constituíram a vida do autor e suas obras. Geertz (1989, p. 24) conceitua cultura como “sistemas entrelaçados de signos interpretáveis, a cultura não é poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos”. Tudo que o ser humano produz é cultura. A sociedade é produto do homem e o homem é produto da sociedade (BERGER, 1985). No caso de Hobbes, ao criar uma máquina artificial na obra *Leviatã* para por fim à situação de medo e angústia que marcou a Inglaterra do século XVII, nota-se uma relação entre a religião e a construção da máquina estatal de Hobbes. Isto se dá devido ao papel de destaque que a religião desempenha no empreendimento humano (BERGER, 1995).

O ser humano é, em grande medida, fruto do meio social e moral em que está inserido. Tudo que o homem produz é considerado cultura. Por meio da cultura “os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento em relação à vida” (GEERTZ, 1989, p. 24). A cultura permite a comunicação, que é feita de maneira simbólica. Assim, do mesmo modo que ele cria cultura, é também moldado por esta. Para Geertz (1989), a cultura é composta por um conjunto de símbolos que permitem interpretar a realidade. Em outras palavras, a sociedade condiciona a construção dos hábitos das pessoas e as pessoas participam na construção da sociedade de tal modo que há uma vinculação entre ambas. Segundo Berger (1985), o processo de construção do humano no mundo se dá pela exteriorização, pela objetivação e pela interiorização. A sociedade controla e pune a conduta individual. O ser humano tem de se comportar conforme a cultura em que está inserido. Mesmo

sem perceber, o indivíduo aciona o conhecimento que foi inculcido em sua subjetividade.

A cultura é, sobretudo, adquirida por meio de símbolos. O centro de qualquer expressão cultural está no momento religioso (BELLO, 1988). O centro da cultura é a religião porque durante muito tempo a religião cristã exerceu a função de controle social. Ela organizava as datas festivas e ditava normas e regras de condutas.

A religião tem como uma de suas funções motivar o ser humano a modelar as informações disponibilizadas na cultura, já que ela lhe confere significado (GEERTZ, 1989). Ao conhecer um pouco da cultura que permeava o momento em que Hobbes viveu e escreveu sua principal obra, lança-se mão de dados relevantes para a interpretação de sua teoria. Mesmo sendo ele um empirista⁵, acabou recorrendo à razão para construir sua teoria. Mas, como não existe racionalidade a priori, sua racionalidade é fruto predileto da cultura em que está inserida, portanto, da religião e do medo estabelecido enquanto valor nesse período, como foi colocado no último capítulo.

A presença do simbolismo do Leviatã, que era recorrente na época, reforçou o poder soberano do Estado hobbesiano. A legitimação ocorreu conforme as leis, a cultura ou os deuses. A propósito, há que se observar que essa construção dá vida a padrões que ficaram inculcidos na cultura e no imaginário coletivo. Weber (1982) ressaltou o papel dos fatores históricos nas ações humanas. E por meio do pensamento de Weber passei a entender a religião como um processo histórico-cultural de formação das expressões humanas. A religião forneceu motivos e intenções que levaram Hobbes a elaborar sua teoria. Teixeira (2003, p. 75) mencionou que a religião é “um elemento fundamental da conduta humana”. Sendo assim, a religião tem relevância na construção da identidade individual e, conseqüentemente, coletiva. A religião constituiu, em certa medida, a maneira de pensar e agir dos indivíduos. É um fator que compõe a estrutura do ser humano, seu modo de ver, de agir e de elaborar enunciados.

O discurso produzido por Hobbes está enredado dos efeitos dos eventos

⁵ Não há um consenso sobre Hobbes ser empirista, mas acredito que ele derivou parte de sua teoria a partir dos dados da experiência sensorial. Entretanto, a condição de empirista não elimina a racionalidade.

históricos da época. “Todo discurso humano sobre Deus e sobre o homem, isto é, toda teologia, é sempre um todo elaborado pela história” (MESLIN, 2014, p. 67). A religião e a cultura dialogam formando laços marcados pela aproximação ou pela oposição. A cultura se fundamenta pelo uso da razão, que traça valores e estabelece regras de relações sociais (MESLIN, 2014). Mas antes da razão vem a imaginação. Ela nos acompanha desde o seio materno e o mundo nos aparece por meio de imagens que vão se tornando significativas tecendo nossa identidade (RUIZ, 2004). “O imaginado é subproduto da racionalidade” (RUIZ, 2004, p.30). O imaginário e a racionalidade se relacionam de forma conflituosa. Na época de Hobbes a obediência e a esperança eram decorrentes do medo, medo visto como um valor moral digno de respeito e de reverência.

Antes da racionalização, vem a imagem, a imaginação e os símbolos (RUIZ, 2003). A cultura e o imaginário são esferas que se comunicam ligando imagens e símbolos a conceitos que fornecem significados à realidade vivida. O elemento criativo do imaginário possibilita a racionalização (RUIZ, 2003). Desse modo, o imaginário é algo difícil de ser determinado, “é, por natureza, indeterminação radical. Ele flui como uma força incontrolada e incontrolável dentro do ser humano e da sociedade” (RUIZ, 2003, p. 49). Mesmo quando somos contrários a algumas ideias impostas pela sociedade, continuamos a nos comportar sob a influência dessa cultura incutida na nossa subjetividade. É necessário salientar que a religiosidade dos ingleses, no período de que se trata, teve grande importância na elaboração da cultura.

Cultura e religião são construções humanas que se conectam e se sustentam em mútuo processo de retroalimentação. A religião expressa a sociedade como explicação e controle da realidade (TEIXEIRA, 2003). Na religião identificam-se as características de um determinado grupo, daí ela constituir uma informação da cultura. Nessa perspectiva, é importante contextualizar historicamente a obra *Leviatã* para perceber a influência das dimensões cultural e religiosa e, conseqüentemente, compreender o pensamento de Hobbes.

1.1 OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA OBRA O LEVIATÃ

Para analisar o contexto histórico e religioso em que a obra *Leviatã* foi elaborada, utilizei textos de Perry Anderson (1995), Christopher Hill (1988) e Jean-

Jacques Chevallier (1999). Primeiramente, é necessário entender que fatores influenciaram a criação do Estado hobbesiano. De onde surgiu a necessidade de um Estado forte e grandioso? Selecionei alguns eventos históricos, como as Cruzadas (1095-1291), Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a Guerra das Duas Rosas (1455-1485), o surgimento da imprensa (1430), a Reforma Protestante (1517), que teve início na Alemanha e repercussão em outras partes da Europa, e a Reforma Anglicana (1534), por entender que eles colaboraram para o surgimento da necessidade de criação de um Estado soberano, destinado a proteger os cidadãos. Acrescentei o medo do desconhecido como outro fator tendente a influenciar esse fortalecimento do Estado.

O objetivo inicial das cruzadas era libertar o Santo Sepulcro dos muçulmanos. “Jerusalém tinha um significado muito especial para os homens da Idade Média” (MACEDO, 1996, p. 51). Mencionei a seguir duas causas das cruzadas relacionadas com a religião: a intolerância religiosa dos turcos seldjúcidas e o desejo de reunificar a cristandade dividida pelo cisma do Oriente (1054). “A guerra religiosa contra os infiéis tinha significado político” (MACEDO, 1996, p. 53), isto é, oferecia vantagens comerciais, culturais e territoriais para a Igreja e para os príncipes. As cruzadas despertaram vários pensamentos heréticos na Europa, tal como a incapacidade dos papas de dirigir temporalmente a cristandade. Assim, com o fracasso das cruzadas começaram a questionar a influência do poder Papal sobre vida dos seres humanos e surgiu uma necessidade de mãos preparadas para exercer o governo político, garantindo a unidade e a segurança de uma nação. Muito sangue foi derramado em nome de Deus pelo cristianismo e alguns senhores feudais morreram ou empobreceram favorecendo o fortalecimento do poder real e, conseqüentemente, o enfraquecimento da Igreja foi a oportunidade da monarquia ascender. Entra em cena o Absolutismo abolindo a independência política dos feudos.

Segundo Anderson (1995), a monarquia feudal da Inglaterra criou um Estado poderoso em autoridade e eficácia, porém produziu um absolutismo fraco. “A transição da época medieval para o início da época moderna correspondeu [...] a uma inversão profunda e radical de muitos traços característicos do primitivo desenvolvimento feudal” (ANDERSON, 1995, p. 112). O Feudalismo foi um regime político e social da Idade Média que limitava o poder real e favorecia a autoridade dos senhores feudais na relação de vassalo e suserano. A Igreja foi uma grande

incentivadora do feudalismo, pois lhe garantia segurança e controle das terras inalienáveis.

A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) foi a mais sangrenta do período medieval no continente europeu. Disputas comerciais e territoriais desencadearam uma série de batalhas entre França e Inglaterra, Anderson nos elucida sobre as alianças entre diferentes grupos na realização dessa guerra, e define a noção de suserania:

A Guerra dos Cem Anos, ao longo da qual sucessivos reis ingleses, ao lado de sua aristocracia, tentaram conquistar e subjugar vastas áreas da França [...] foi travada essencialmente por companhias contratadas, alistadas com base em pagamento em dinheiro, por iniciativa dos grandes senhores, para servir à monarquia. Deviam obediência aos seus capitães; recrutamento nos condados e mercenários estrangeiros forneceram as forças suplementares (ANDERSON, 1995, p. 112-115).

O poder, nesse período, era sustentado por meio da suserania, isto é, um nobre que doava algum bem a outro nobre, em troca de aliança. Nessa relação entre nobres, suserano era quem doava o bem e quem o recebia era denominado vassalo. E um suserano poderia mudar de posição e se tornar vassalo caso recebesse algo de outro nobre; da mesma forma, um vassalo ocuparia a posição de suserano se doasse algo a outro nobre. Essa forma de administrar o poder, oscilando quem manda e quem obedece, era instável demais, gerando guerras como a dos Cem Anos. Não se visualizava a proteção de uma nação e sim dos feudos. Maquiavel e Hobbes perceberam que a descentralização do poder favorecia a incidência de guerras, por isso, defendiam em suas teorias a soberania do monarca. Assim, trouxeram uma novidade quanto à forma de administrar o poder, a suserania foi substituída pela ideia de soberania no Estado Moderno.

Depois de 116 anos de guerra, com alguns períodos de pausa, essa Guerra chegou ao fim com Joana D'Arc liderando o exército francês (ANDERSON, 1995). Anderson (1995) menciona que, embora ela tenha sido capturada e entregue aos ingleses, seu espírito visionário impulsionou a formação de exércitos maiores e mais equipados que levaram a França à vitória.

Os infortúnios ingleses não findaram com a Guerra dos Cem Anos, como salienta Anderson (1995): “a amarga consequência do colapso final do poder inglês na França foi a eclosão das Guerras das Duas Rosas dentro do país” (ANDERSON, 1995, p. 117). A Guerra das Duas Rosas ocorreu entre os anos de 1455 e 1485, dentro da Inglaterra (a disputa entre duas famílias nobres inglesas, Lancaster e

York). O nome “Guerra das Duas Rosas” tem origem nos emblemas das famílias em conflitos, os Lancaster eram representados pela rosa vermelha e os York pela rosa branca. Anderson (1995, p. 117) constatou a fragilidade da autoridade real inglesa nesse período:

Uma vez que não mais existia uma autoridade real vitoriosa para manter unida a alta nobreza, a arcaica máquina de guerra medieval volta-se sobre si própria, enquanto as rivalidades entre os grandes senhores feudais liberavam por todo o país os usurpadores rivais que se engalinhavam na luta pela sucessão.

Essa disputa pela sucessão só terminou com a extinção de uma geração pela guerra civil (ANDERSON, 1995). Diante do antes exposto, verificou-se a carência de um poder centralizado e forte na Inglaterra, que conseguisse conter os conflitos internos e externos. A religião foi uma das causas da guerra, visto que os puritanos rejeitavam a doutrina da Igreja Romana e almejavam purificar o anglicanismo aproximando-o do calvinismo. O medo das guerras impulsionou Hobbes a buscar uma solução para o caos vivido.

Ao analisar o âmbito religioso e social, percebi que o advento da imprensa com Johannes Gutenberg (1398-1468) contribuiu de forma significativa para o declínio do poder da Igreja. É que esse evento possibilitou a difusão em massa das ideias humanistas: livros foram impressos com custos acessíveis, facilitando a difusão do saber. Antes, eles eram elaborados por monges copistas e destinavam-se, na maioria das vezes, às bibliotecas dos mosteiros (MACEDO, 1996). O primeiro livro impresso foi a Bíblia que possibilitou o aumento da divulgação dos textos sagrados e serviu de reforço para a propagação das ideias dos movimentos protestantes na Europa. Assim, a verdade pregada e manipulada pela religião passou a ser contestada e surgiram novas formas de conceber o homem e o mundo.

Nesse período, outro fator religioso importante foi a Reforma Protestante (1517), que, liderada por Martinho Lutero (1483-1546), ocorreu no Sacro Império Romano-Germânico, com repercussão na Inglaterra também. Lutero contestava principalmente o enriquecimento ilícito da Igreja por meio do perdão dos pecados (HILL, 1987). Tal reforma alterou bastante o cenário da Europa Ocidental: provocou quebra da unidade cristã ao abolir o monopólio da Igreja Católica Apostólica Romana, pois com isso o Papa teve seu poder político reduzido.

A Reforma significou o rompimento com a Igreja de Roma e com os poderes da Espanha e do Império Habsburgo (HILL, 1987). Ela teve como principais fatores

os abusos e as imoralidades de alguns religiosos. A Igreja proibia a acumulação de riqueza, porém isso não era válido para ela. As atitudes do clero não condiziam com suas pregações, os religiosos estavam longe de serem exemplos de moralidade e retidão. Os padres utilizavam o medo do juízo final para enriquecerem, vendiam cartas de indulgência e simonia⁶. Percebe-se que a Igreja, nesse período, difundia o medo do inferno para o enriquecimento ilícito e para o controle da sociedade.

O imaginário medieval relacionava o inferno com o juízo final, um lugar de torturas, castigos, ranger de dentes, dor e sofrimentos eternos (DELUMEAU, 2003). O medo do inferno foi um elemento-chave para se conseguir a obediência dos fiéis que, aterrorizados, doavam todos os seus bens à Igreja. Assim, acumularam uma grande quantidade de terras. A exposição dos escândalos e abusos praticados pelo clero agravou a crise da Igreja e, conseqüentemente, proporcionou o fortalecimento da monarquia na Inglaterra. Como a Igreja detinha o poder econômico e o poder espiritual, se manteve no controle absoluto por muito tempo.

Com os questionamentos aos dogmas da Igreja e os desenvolvimentos científicos, a Igreja perdeu terreno e a monarquia se aproveitou da situação fragilizada, assumindo uma posição favorável. Esse momento histórico foi marcado pelo medo da morte devido ao longo período de guerras políticas disputadas entre o parlamento e o rei, e diversos conflitos religiosos com perseguições e execuções bárbaras. Essas guerras e conflitos despertaram na sociedade e em Hobbes o desejo de encontrar uma forma de possibilitar paz e segurança para as pessoas. “As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas necessárias para uma vida confortável e a esperança de conseguilas por meio do trabalho” (HOBBS, 1997, p. 111). Hobbes (1997) afirma que não há nada pior na Terra do que o temor constante da morte violenta. A guerra civil vivenciada por Hobbes provocou nele medo e desejo de segurança.

1.1.2 Absolutismo Inglês

Em 1485, a dinastia Tudor deu início a uma nova era da monarquia inglesa. O rei Henrique VII concentrou e fortaleceu o poder real tendo como conselheiros apenas um pequeno grupo de pessoas da sua confiança. Essa dinastia triplicou as

⁶ Simonia - comércio de relíquias sagradas, bênçãos, favores divinos e cargos eclesiásticos.

reservas do tesouro e deu início a um promissor absolutismo inglês. “Henrique VIII herdou um Executivo poderoso e um próspero erário” (ANDERSON, 1995, p. 118). Ele rompeu com o Papa Clemente VII por motivos pessoais e aproveitou o clima de crise para instituir a Reforma Anglicana⁷. Quando o rei Henrique VIII quis se divorciar de Catarina de Aragão por não ter lhe dado um herdeiro masculino, o Papa não lhe deu apoio. Henrique VIII introduziu a Reforma na Inglaterra criando a Igreja Anglicana em 1534 e tornou-se o chefe supremo da Igreja Inglesa. Ao separar a Igreja da Inglaterra da Igreja de Roma, Henrique pretendia, além do divórcio, confiscar as terras e os bens da Igreja Católica. Essa criação se deu por causa da recusa do Papa Clemente VII em anular o casamento de Henrique VIII com Catarina de Aragão. Segundo Anderson,

foi a crise matrimonial de 1527-28, causada pela decisão real de se divorciar de sua esposa espanhola, com o subsequente impasse com o papado sobre a questão que afetava a sucessão interna, que viria subitamente alterar toda a situação política (ANDERSON, 1995, p. 119).

A intolerância religiosa esteve presente no reinado de Henrique VIII. Algumas pessoas que se recusaram a aceitá-lo como chefe da Igreja ou as que ainda consideravam o Papa como autoridade foram mortas. Henrique VIII punia suas esposas e traidores com penas cruéis. Duas de suas esposas, Ana Bolena e Catarina Howard foram acusadas de adultério e condenadas a pena de morte por decapitação. Os traidores condenados a pena de morte que não eram nobres eram suspensos, esticados e esquartejados. O uso do poder era abusivo e mal administrado.

Nessa época, a Inglaterra já tinha um poder político consolidado e a Igreja como rival. A ruptura possibilitou a liberação do pagamento obrigatório de dízimos. Em 1513, apoiado pelo parlamento, Henrique VIII se tornou chefe supremo da Igreja na Inglaterra (ANDERSON, 1995). A doutrina anglicana defendia a salvação pela predestinação, isto é, alguns seriam salvos e outros condenados à perdição. A Igreja

⁷ A criação da Igreja Anglicana ocorreu devido à crise conjugal de Henrique VIII com sua primeira esposa (a ausência do herdeiro, a sucessão não vinha) e a beleza de Ana Bolena (1501-1533) despertou o interesse do rei. O monarca pediu ao Papa a anulação de seu casamento com Catarina de Aragão. O Papa se recusou e Henrique VIII rompeu com a Igreja católica e instituiu a Igreja Anglicana. Casou-se com Ana Bolena com a esperança de conseguir um herdeiro do sexo masculino. Teve uma filha com Ana, Isabel I. A Paixão passou e a insatisfação conjugal fez com que Ana fosse acusada de alta traição e condenada à pena de decapitação. O casamento foi anulado e a legitimidade de Isabel não foi oficialmente reconhecida. Anos depois, Isabel I se tornou uma das rainhas mais importantes da história.

proibia o acúmulo de riquezas e esta ética religiosa chocava-se com os interesses da burguesia que ascendia nesse período. Por isso, a Igreja passou a ser um obstáculo e perdeu mais poder. O surgimento dos avanços do capitalismo e o movimento da Reforma acabaram colocando em conflito a Igreja e a Coroa (MICELI, 1994). Os mosteiros foram dissolvidos e suas riquezas expropriadas pelo Estado (ANDERSON, 1995).

O medo e a intolerância religiosa eram recorrentes na dinastia Tudor. Na ausência de um herdeiro do sexo masculino em linha direta de sucessão, as rainhas governavam por direito próprio (DUBY, 1991). A rainha Maria Tudor (1516-1558), filha de Catarina e, por isso, católica, ficou conhecida como a rainha sangrenta por ter mandado matar muitos dissidentes religiosos. Ela tentou reverter o protestantismo da Inglaterra implantado pelo seu pai, Henrique VIII, para a religião católica romana. Sua política religiosa foi uma tentativa de conversão da Inglaterra ao catolicismo. O calvinista escocês John Knox classificou o governo de Maria Tudor como monstruoso, isto é, não natural por ser um regime de mulher (DUBY, 1991). Com a morte de Maria, que não havia tido herdeiros, sua meio irmã Isabel (1558-1603), filha de Ana Bolena e de tradição protestante, assumiu o trono.

Quando Isabel ascendeu ao trono em 1558, ela teve que enfrentar as suspeições habituais relativamente a um governo feminino – que as mulheres se submeteriam aos seus favoritos e seriam instáveis e irracionais – e o legado direto da sua meia-irmã Maria Tudor, a qual, na realidade, tinha sido dominada pelo marido, o espanhol Filipe II, e não tinha dado nada do seu corpo real senão uma falsa gravidez (DUBY, 1991, p. 234).

A rainha Isabel I teve um longo reinado e participação importante na formação de um nacionalismo, que se identificava com a religião protestante (HILL, 1987). Segundo Anderson (1995, p. 127) “o pêndulo religioso oscilou outra vez na direção de um protestantismo moderado, com o estabelecimento de uma Igreja anglicana obediente”. A vitória sobre a Armada Espanhola, bem como o estabelecimento de relações amistosas com a Escócia, garantiu a independência nacional da Inglaterra (HILL, 1988). No reinado de Isabel I, a Inglaterra tornou-se uma potência reconhecida mundialmente, pois houve o avanço em diversos setores, inclusive no das artes.

A soberana conseguiu evitar as guerras de religião e retomou o anglicanismo instituído por seu pai. Hill (1988) menciona que, provavelmente, Isabel I acreditava no Direito Divino das Rainhas, porém prudentemente não impôs esses

direitos aos súditos. Os teóricos do Direito Divino dos reis defendiam a possibilidade de um príncipe convertido ao luteranismo ou ao calvinismo resistir a um imperador da antiga fé (SCHILLING, 2010). A teoria do Direito Divino serviu para impor o direito do rei contra o direito da Igreja e o objetivo era centralizar o poder político nas mãos do rei. Schilling (2010) afirma que os reis ingleses se negavam a obedecer ao Papado Romano.

Segundo Chevallier (1999), quando a Inglaterra passou das mãos fortes e hábeis da dinastia Tudor para as mãos inábeis e febris dos Stuarts só conheceu convulsões. “A dinastia Stuart, transplantada para a Inglaterra, perseguiu, no entanto, os ideais da realeza absolutista que eram então regra geral de todas as cortes da Europa ocidental” (ANDERSON, 1995). Em busca de apoio político, Jaime I fez as pazes com a Espanha, acabando por “ofender os brios nacionalistas, protestantes, e começou a excluir os calvinistas da Igreja Anglicana” (HILL, 1987, p. 12). Em 1604, ele aceitou a petição da tradução da Bíblia naquele ano. Em 1605, católicos extremistas conspiraram um plano de substituição do rei Jaime I, porém o intento fracassou. O Parlamento, que representava os proprietários de terras, detinha maior poder em relação à taxaço de impostos e às políticas comerciais e externas (HILL, 1988). Jaime I tinha experiência de 36 anos de reinado na Escócia e logo revidou ao Parlamento, enfatizando a prerrogativa real e impondo aos súditos a teoria do Direito Divino. Disputas políticas e constitucionais levantaram “a questão de saber se apenas o rei ou se ele com o Parlamento deveriam controlar a política comercial” (HILL, 1988, p. 16). Jaime I tentou controlar a exportação de tecidos para conseguir recursos, porém fracassou e sentiu a força da burguesia (MICELI, 1994).

No século XVI, colheitas ruins ocasionaram revoltas e morte pela fome. Por isso, com o aumento da população, a Inglaterra precisava estender as terras cultivadas para produzir mais alimentos, já que a população se concentrava em centros urbanos ou rurais sem autossuficiência (HILL, 1988). Jaime I, aconselhado por Francis Bacon, manteve o controle sobre as terras ociosas (HILL, 1988); o parlamento denunciou a política econômica de Jaime I e ele preferiu abdicar a coroa em favor do filho Carlos (MICELI, 1994).

Carlos I (1603-1649) subiu ao trono em 1625. Ele foi menos sensato que o pai e recorreu às detenções e prisões arbitrárias, que reforçaram a pretensão de impor tributos sem anuência do parlamento (HILL, 1988). As disputas religiosas entre anglicanos e puritanos, entre burguesia e senhores feudais agravaram a crise

política e foi declarada a luta armada entre Carlos I e o Parlamento, cuja maioria dos integrantes era constituída pelos puritanos. Para Hill (1988), a segurança e independência da Inglaterra corriam perigo devido às provocações de Carlos I à Escócia protestante e suas concessões aos papistas na Irlanda. Cromwell aceitou em mandar o rei para o tribunal e foi imposta a este a sentença de “inimigo do bom povo” da nação inglesa (MICELI, 1994). “O rei, vencido pelo exército parlamentar de Cromwell, foi executado” (CHEVALLIER, 1999, p. 66).

O século XVII foi trágico para os reis absolutos. O rei Carlos I da Inglaterra teve a cabeça cortada (CHEVALLIER, 1999). Assim, os reis tomaram conhecimento “de que, se antes as lutas pelo poder exigiam apenas que eles se matassem entre si, doravante forças estranhas à realeza deveriam ser devidamente consideradas” (MICELI, 1994, p. 37). Os reinados de Jaime I e Carlos I foram marcados pelo absolutismo do chamado Direito Divino, o que não impediu a decapitação de Carlos I (CHEVALLIER, 1999).

A sociedade inglesa passava por transformações. Em Londres, o novo espírito da ciência moderna difundia-se, a crença na intervenção da divindade e do demônio na vida das pessoas diminuía e passava a ser vista como superstição (HILL, 1988). Esse novo espírito suscitou questionamentos relacionados ao governo da Igreja e do Estado. O que antes era visto como heresia passou a ser considerado apenas como superstição. Hobbes (1997) afirmou que os primeiros fundadores e legisladores de Estados utilizavam o medo e a ignorância das pessoas para mantê-las em obediência e paz. Eles tinham o cuidado de manter vivas as superstições que eram favoráveis à suas leis. Viveu esse momento de transformação e denunciava as sementes plantadas pela religião: “crença em fantasmas, a ignorância das causas segundas, a devoção pelo que se teme e a aceitação de coisas acidentais como prognósticos” (HOBBS, 1997, p. 100). Intrigante o sentimento que o Estado hobbesiano evoca: devoção e obediência. Uma das sementes da religião está presente na teoria de Hobbes.

Segundo Hill (1988, p. 55), Hobbes julgava a guerra civil inglesa desnecessária, “pois, em longo prazo, a estabilidade das propriedades tornaria inevitável a vitória do Parlamento, com ou sem guerra”. A monarquia foi abolida na Inglaterra e no dia 16 de dezembro de 1652 Cromwell foi proclamado Lorde Protetor em cerimônia pública. Ele prestou juramento de governar “em bases e fundamentos que recebam para sempre as bênçãos do Senhor, e atender àqueles grandes

reclames da religião e da liberdade que há tanto sustentamos” (HILL, 1988, p. 128). Cromwell buscou legitimação para seus atos na religião. Hill (1988) cita que ele insistiu no argumento de que Deus o favorecia contra os escoceses e que fora escolhido como instrumento de Deus. A teoria da cooperação do eleito com Deus preconizava que o sucesso estava relacionado com a aprovação divina (HILL, 1988): de certa maneira a teoria do eleito de Deus é compatível com as ideias de Hobbes. Quem detém o tamanho poder soberano é autoridade. Hobbes (1997) afirma que o Leviatã, Estado, é um deus mortal ao qual devemos, abaixo do deus imortal, nossa segurança e paz. “A alegação de que o poder de fato deveria ser obedecido foi usada a favor da República por Anthony Ascham, John Dury, John Wilkins e Marchamont Nedham” (HILL, 1988, p. 219).

As lutas políticas e culturais foram alimentadas pelo dogma da predestinação: “de um lado, as forças tradicionais, mais identificadas com o feudalismo inglês; de outro, as pessoas interessadas na construção de um mundo melhor” (MICELI, 1994, p. 45). A graça da bem-aventurança foi reduzida apenas a uma pequena parcela da humanidade e aos demais cabia a danação eterna (MICELI, 1994). Na Inglaterra, venceu o puritanismo calvinista em que o puritano era um instrumento da vontade divina, seja como mercador ou como comandante de exército (MICELI, 1994). Hobbes declarou-se submisso a Cromwell e anunciou que *Leviatã* teria contribuído para convencer os realistas⁸ a se submeterem ao Protetorado⁹ (HOBBS *apud* HILL, 1988). Cromwell morreu em 1658, tendo indicado seu filho Ricardo como sucessor; porém, Ricardo não se manteve no poder. Carlos II foi chamado de volta pelo parlamento e reinou de 1660 a 1685. Como ele não teve filhos, seu irmão Jaime II assumiu o reinado por mais três anos. Então, aconteceu a chamada Revolução Gloriosa¹⁰, na qual foi assinada a “Declaração de Direitos” por Guilherme de Orange. A partir desse ato, firmou-se a primazia do Parlamento na

⁸ Realistas são partidários de um monarca que cooperavam para que houvesse uma mudança entre o clero, o rei e o povo para criar um sistema partidário no qual não existissem conflitos na sociedade e passassem a ver o mundo de uma forma real com os olhos de uma sociedade rígida e obediente. Os realistas opunham-se aos parlamentaristas.

⁹ Termo utilizado para nomear postos de regência temporária, atuando na ausência do monarca. Título particular em que o Lorde Protetor protegia e praticava atos adequados com as normas da Igreja Anglicana.

¹⁰ Revolução Gloriosa foi um movimento revolucionário de caráter pacífico entre protestantes e católicos ocorrido na Inglaterra entre os anos de 1688 e 1689. Por meio dela ocorreu a mudança do absolutismo monárquico para monarquia parlamentar.

Inglaterra.

O século XVII foi um período marcado pelo autoritarismo, por reis que governavam com mãos de ferro e não hesitavam em cometer atrocidades para alcançarem seus objetivos. As intensas disputas religiosas e políticas na Inglaterra despertaram o sonho da paz. A esperança de experimentar a sensação de segurança passou a ser desejada. Observei que os monarcas ingleses citados apropriaram-se da teoria do Direito Divino dos Reis, da doutrina da predestinação, e conseqüentemente, os reis eram vistos como eleitos de Deus. Essa teoria coincide em parte com o pensamento de Hobbes tratado no *Leviatã*, segundo o qual só uma assembleia ou um monarca com poder soberano, e devido à amplitude desse poder comparável segundo Hobbes (1997) ao poder de Deus, evocaria o temor sendo capaz de garantir paz e segurança a todo o país. Hobbes era um implacável defensor do absolutismo monárquico que, nesse período, encontrava-se em queda.

Na sua obra *Leviatã*, Hobbes utiliza o medo, a razão, o consentimento e o contrato como justificativas para a delegação de todo poder ao rei ou à assembleia, porém se percebe a influência da Teoria do Direito Divino, imbricada à Teoria do Estado Hobbesiano. Hobbes ressalta a necessidade de o Estado deter todo o poder, de ser um deus na terra, para que não haja competição entre instituições nem dúvida a quem os súditos devessem obedecer. O medo é um elemento muito importante na teoria de Hobbes, por isso, é necessário entender como o medo fazia-se presente na sociedade inglesa do século XVII.

Apresento a seguir um pouco da biografia de Thomas Hobbes para conhecer os fatores que constituíram seu pensamento.

1.2 THOMAS HOBBS

Thomas Hobbes nasceu em 05 de abril de 1588, em Westport, Malmesbury, em meio à ameaça da Invencível Armada da França. Segundo Hobbes, em sua autobiografia publicada em 1672, sua mãe deu à luz a ele e a seu irmão gêmeo, o medo. Ficou órfão de mãe ainda quando era muito pequeno. Hobbes teve uma infância pobre financeiramente. Seu pai era um pastor da Igreja Anglicana, “e sem condições de cursar uma escola, a sua educação primária viu-se reduzida à leitura de livros de oração e a obrigatória assistência dos sermões e das homilias do seu pai” (WOLLMANN, 1994, p. 13).

O pai de Hobbes teve um desentendimento com outro pastor vizinho, o que o levou a se mudar para Londres; ele acabou entregando seus três filhos aos cuidados do seu irmão Francisco, que era um luveiro bem-sucedido e pôde proporcionar a Hobbes uma educação muito boa (HOBBS, 1997). Observei que Hobbes vivenciou as crenças do cristianismo em sua formação intelectual.

Aos sete anos, Hobbes foi pupilo de Robert Latimer¹¹, aprendeu latim e grego. “Aos 14 anos ingressa na universidade e ao término do bacharelado, ao deixar Oxford, é contratado por um aristocrata de Derbyshire, Willian Cavendish, que se torna conde de Desvonshire” (MAGALHÃES, 2014, p. 31). “A permanência de Hobbes na casa dos Cavendish foi extremamente importante para seu desenvolvimento intelectual” (WOLLMANN, 1994, p. 13).

Segundo Wollmann (1994), Hobbes encontrou um ambiente propício para dedicar-se à leitura e reflexão de grandes obras literárias. Na companhia de William Cavendish, em 1610, viajou pela França, Itália e Alemanha. Começou a trabalhar aos 20 anos na casa do conde e, salvo algumas interrupções, permaneceu ali até sua morte (WOLLMANN, 1994).

Hobbes, em sua passagem por Paris em 1610, vivenciou o assassinato do rei da França, Henrique IV, por um extremista religioso. Para Wollmann (1994), esse fato marcou a personalidade de Hobbes. Nessa viagem por Paris fez amizade com Francis Bacon¹² (1561-1626). Em 1620, Hobbes trabalhou como secretário de Francis Bacon e o auxiliou na tradução latina de seus Ensaios (LIMONGI, 2002). Limongi (2002) afirma que dessa parceria surgiu uma linha de pensamento com características próprias. Entende-se que, embora Hobbes vivesse junto à monarquia inglesa e desfrutasse das vantagens oferecidas, conseguiu perceber as intrigas existentes nesse meio e procurou criar uma teoria política que fosse a melhor solução para o povo.

Ao conhecer a Itália, Hobbes aproveitou para visitar Galileu e estudar *Os Elementos* de Euclides¹³. Almejava alcançar destaque no universo das ciências

¹¹ Robert Latimer era um mestre versado na cultura grega e latina. Acredita-se que a formação de Hobbes, proporcionada por Latimer, fez com que ele se aproximasse dos clássicos que tratavam da natureza humana, como Tucídides (Guerra do Peloponeso) e Homero (Odisséia e Ilíada) obras estas que ele traduziu.

¹² Francis Bacon foi um filósofo, político inglês e um dos fundadores do método indutivo de investigação científica, o qual estava baseado no Empirismo. Hobbes absorveu a filosofia empirista de Bacon de maneira que ela poderia conviver com a corrente racionalista.

¹³ A obra do grego Euclides, *Elementos*, reúne conhecimentos de geometria, álgebra e aritmética. Foi

exatas “[...] mas não chegou a ser matemático, apesar de ter o propósito de ampliar a toda filosofia o método matemático baseado na quantidade e no movimento, contrapondo a razão aos sentidos” (WOLLMANN, 1994, p. 14). Hobbes desenvolveu sua teoria política baseada no movimento, no mecanicismo e no racionalismo.

Em 1616, ocorreu na Boêmia uma revolta contra a revogação do direito à liberdade de culto e essa originou a Guerra dos Trinta Anos. Hobbes tinha 30 anos e esse acontecimento pode tê-lo motivado a buscar uma solução para dirimir os conflitos religiosos vivenciados (WOLLMANN, 1994).

Segundo Magalhães (2014), a década de 1630 foi prolífica ao desenvolvimento intelectual de Hobbes. Nesse período, conheceu Mersenne¹⁴ (1588-1648) e outros sábios de toda a Europa, inclusive Descartes¹⁵ (1596-1650). Wollmann (1994) ressalta que Hobbes contou que aprendeu mais com Mersenne do que na Universidade. Em 1640, a pedido de Mersenne, ele escreveu as Terceiras objeções às meditações metafísicas de Descartes (LIMONGI, 2002).

Nesse período, com o crescimento da discussão sobre a possibilidade de redução dos poderes do rei, Hobbes escreveu *Elementos de Lei Natural e Política: tratado da natureza humana: tratado do corpo* (MAGALHÃES, 2014). Nessa obra Hobbes expõe seu sistema filosófico tripartite: o corpo, o homem e o cidadão. No ano de 1642, Hobbes publicou o *De Cive*. Nessa obra, Hobbes aborda a natureza humana fora da sociedade civil, o governo civil e a religião.

Em 1642, durante a Revolução Inglesa, é instaurada a Guerra civil na Inglaterra entre os partidários do rei Carlos I e do Parlamento, liderado por Oliver Cromwell. Esse período de guerra se assemelhava à condição de vida no estado hipotético de natureza hobbesiano. “Inicia-se na Inglaterra a Guerra Civil, quando Carlos I é decapitado, e inicia-se o período da *Commonwealth*, sob a liderança de Cromwell” (HOBBS, 1997, p. 19). Entendi que a ideia de soberania que Hobbes deposita no monarca absoluto advém da atuação soberana de Cromwell para findar a guerra civil.

por causa de Galileu que Hobbes estudou a obra de Euclides que contribuiu significativamente para o encadeamento lógico-dedutivo de sua tese. Por meio da experimentação e do racionalismo Hobbes fundamentou a ciência política com elementos concretos.

¹⁴ Descartes foi um filósofo, físico e matemático francês. Era um racionalista, isto é, defendia que o conhecimento só se dá por meio da razão. Hobbes conseguiu aliar o pensamento racionalista com o empirista.

¹⁵ Mersenne foi um teólogo, matemático, teórico musical, e filósofo francês. Investigou os números primo e teve destaque na comunicação do conhecimento matemático pela Europa.

Em 1651 escreveu sua obra-prima, *Leviatã*, ou *Matéria, Forma e Poder da Comunidade Eclesiástica e Civil*, um estudo filosófico sobre o absolutismo político, que sucedeu à supremacia da Igreja medieval (CAIXETA, 2012). Essa publicação custou-lhe a perda do apoio dos realistas refugiados na França (LIMONGI, 2002, p. 13). “Hobbes escreve o *Leviatã* com o objetivo vivo de voltar para a Inglaterra” (WOLLMANN, 1994, p. 15).

Ameaçado pelos realistas franceses que julgam que o livro repudia tudo quanto ele defendera antes, retorna ao Reino Unido nesse mesmo ano, quando se dedica, outra vez, às duas primeiras partes de sua filosofia natural e escreve mais uma obra política sobre a guerra civil: o Behemoth (MAGALHÃES, 2014, p. 35).

A publicação do *Leviatã* provocou o início de sua disputa com John Bramhall, bispo de Derry, o principal acusador de Hobbes como sendo um materialista ateu (RODRIGUES, 2013). O Bispo Bramhall criticava a visão de Hobbes sobre a vontade humana (NOVAES, 2007). Hobbes, nas duas primeiras partes do *Leviatã*, argumenta a favor da necessidade de um soberano absoluto e nas partes III e IV faz uso da interpretação bíblica para reforçar seus argumentos filosóficos (NOVAES, 2010). Ao final do livro *Leviatã*, posicionou-se de forma polêmica com relação ao direito dos súditos de abandonarem o soberano que não mais os podia proteger, em favor de um novo soberano que pudesse fazê-lo (CAIXETA, 2012).

Em 1655, Hobbes publicou o *De corpore* e tornou-se professor de matemática do Príncipe de Gales, o futuro Carlos II, que também estava exilado em Paris por causa da Guerra Civil Inglesa (LIMONGI, 2002). Ele publicou o *De Homine*, a segunda parte de seu sistema, em 1658. Seu sistema seria “composto pelo *De Corpore*, o de *Homine* e o *De Cive*” (LIMONGI, 2002, p. 14). “O *Leviatã* já havia convertido todo o clero inimigo seu, pois foi odiado pelos teólogos. Sua doutrina foi condenada por quase todos os universitários e eclesiásticos” (WOLLMANN, 1994, p. 15).

O *Leviatã* provocou essa repercussão negativa porque sua teoria da indivisibilidade do poder culminava na conversão da igreja em instituição do Estado. Assim, teólogos e eclesiásticos se viram ameaçados em seu papel de provedores frente às necessidades sociais. Essa nova visão de Hobbes de reestruturar a forma de gestão da sociedade, sendo o Estado o poder central, além de evidenciar os

pontos negativos do sistema religioso em trabalhar os conflitos sociais da época, refletiu negativamente na Igreja, que detinha um poder pleno.

Em 1668, Hobbes completou *Behemoth: ou o longo parlamento*, o qual continha o relato da Guerra Civil Inglesa, que era resultado de opiniões incitadoras de sedutores e demagogos (FINN, 2010). Os seus últimos anos passaram com os clássicos da sua juventude, tendo publicado uma tradução da "Odisseia", em 1675, e uma da "Ilíada", no ano seguinte (FERREIRA, 2010).

"Em 1675 deixa Londres; passa o resto da vida no campo, em Harduick, onde morre em 3 de dezembro de 1679" (MAGALHÃES, 2014, p. 35). As ideias de Hobbes causaram polêmica no século XVII e ele foi proibido de escrever sobre política. "Toda a experiência vivenciada por Hobbes possivelmente contribuiu para que formulasse uma teoria política, em que o poder busca evitar o conflito ideológico e religioso, visando sempre a paz" (TELES, 2012, p. 25)

Assim, por ter vivido um cenário onde imperava as desavenças humanas, o medo, as dúvidas e a ansiedade coletiva, Hobbes se dedicou a estabelecer parâmetros que norteassem esses conflitos. Nesta ótica, ele foi um observador reflexivo da sociedade do século XVII, tendo a capacidade de expor ideias e conceitos que apontavam uma direção para a solução dos embates políticos, sociais e religiosos de seu tempo.

E a essência de sua teoria era pautada pelo poder absoluto, centrado na mão do Estado, o qual deveria se portar como a instituição que regularia as relações entre os indivíduos de uma sociedade. O Estado seria a balança a equilibrar os pesos e contrapesos do homem, dotado de interesses individuais que geravam violência e disputa religiosa, motivada por uma característica passional e egoísta peculiar do ser humano.

Enfim, apesar de ter vivido sob a proteção da nobreza, Hobbes, algumas vezes, temeu por sua vida, visto as represálias que sofria do clero e eclesiásticos, o que não o impediu de viver um bom combate ao buscar uma solução para os problemas enfrentados por seu país. Foi uma pessoa preocupada com a sociedade, com a natureza do ser humano e com a busca de condições para uma vida plena.

Relato a seguir alguns teóricos antecessores de Hobbes que desenvolveram a teoria do poder absolutista monárquico.

1.3 TEÓRICOS ABSOLUTISTAS

O italiano Maquiavel¹⁶ (1469-1527), o francês Bodin (1530-1596), o inglês Hobbes (1588-1679) e o bispo francês Bossuet (1617-1704) serviram à causa do poder irrestrito de um só indivíduo: o absolutismo monárquico (CHEVALLIER, 1999).

O primeiro defensor do absolutismo foi Nicolau Maquiavel (1469/1525), em sua obra *O Príncipe*. Ele destacou o problema das relações entre política e moral e propugnou a separação entre uma e outra, deixando clara a submissão do indivíduo ao Estado (CHEVALLIER, 1999). Maquiavel (2015, p. 51), em sua obra, afirma que os principados eclesiásticos “estão apoiados em antigos ordenamentos religiosos, os quais são tão poderosos e determinantes, que os príncipes são mantidos em seu Estado independentemente do modo como procedam ou vivam”. Desta forma, constata-se a vinculação da política à religião, o poder da religião legitimando a política.

Os seis livros da República de Bodin (1997) marcaram o século XVI. Estas obras trouxeram o conceito de soberania, que teoricamente, pode residir na multidão, em uma minoria ou em um só homem. A República seria como uma comunidade política em geral e não uma forma de governo que se opõe à monarquia (BODIN *apud* CHEVALIER, 1999). Para ele, “a soberania é a força de coesão, de união da comunidade política, sem a qual esta se deslocaria” (CHEVALLIER, 1999, p. 55). Nos dizeres de Bodin a soberania não se divide, é um “bloco de mármore”. Ele define que o poder soberano é aquele que não se sujeita a ninguém; é superior aos demais, sendo considerado crime de lesa-majestade a tentativa de igualar os súditos ao Príncipe. Ele se diferencia de Hobbes por apenas definir a soberania, sem investigar a origem dela (CHEVALLIER, 1999).

Chevallier (1999) cita também a obra *A política extraída da Escritura* de Jacques Bossuet (1627-1704) expondo a doutrina do Direito Divino dos Reis baseado na religião. O poder do soberano era a expressão da vontade de Deus e, assim, o soberano atingia a categoria de sagrado. Segundo essa teoria, os reis eram considerados eleitos por Deus, ou seja, escolhidos pela própria divindade e,

¹⁶ Atualmente Maquiavel é considerado mais republicano humanista do que absolutista. O motivo pelo qual Maquiavel era considerado exclusivamente um defensor do absolutismo está em que *O Príncipe* foi o livro mais difundido enquanto sua obra *Discursos* nunca chegou a ser tão conhecida. Esta obra tem como ponto de partida o elogio da ação e da participação dos cidadãos na arena pública.

portanto, seus poderes eram ilimitados e inquestionáveis. Ninguém poderia julgá-los a não ser Deus e quem agisse de maneira contrária a esse preceito seria considerado criminoso. Nesse sentido, os poderes eram absolutos e legítimos, sacralizados pela divindade. Os reis detinham todos os poderes: da guerra, da justiça, além do poder espiritual.

Pensadores europeus, com inclinação estatocrata (que concediam poderes em excesso ao Estado), criaram esta teoria como resposta ao anúncio do direito de rebelião dos protestantes (SCHILLING, 2010). A aceitação da Doutrina do Direito Divino por grande parte do povo remontava aos tempos dos reis bíblicos. Segundo ele, o povo acreditava que os reis operavam milagres por meio dos óleos sagrados e de cerimônias especiais, que livravam os desgraçados das chagas que os atormentavam. Um exemplo ocorreu na França entre 1226 e 1270: o reinado de Luís IX foi marcado por uma política baseada no direito divino do rei.

Na obra *Leviatã*, Hobbes iniciou sua pesquisa pela natureza humana. Ao explicar os conceitos de sensação, imaginação e linguagem ele construiu uma rede de entendimentos que provocam o movimento humano “de suas concepções e pensamentos, pela sequência e contextura dos nomes das coisas em afirmações, negações, e outras formas de discurso [...]” (HOBBS, 1997, p. 37). Hobbes procurou explicar a origem das paixões com a apresentação dos conceitos acima citados. “A sensação é o movimento provocado nos órgãos e partes inferiores do corpo humano pela ação das coisas que vemos, ouvimos etc., e a imaginação é apenas o resíduo do mesmo movimento, que permanece depois da sensação [...]” (HOBBS, 1997, p. 57). Hobbes introduziu o estado hipotético de natureza para justificar a necessidade de se instaurar um Estado forte, portador de todos os poderes, inclusive o religioso, para controlar os movimentos provocados pelas paixões humanas. “A condição natural da humanidade, das suas teses, se não a mais importante, sem dúvida a mais revoltante, é de medo generalizado, de todos a todos [...]” (HOBBS, 1997, p. 140). A solução proposta por Hobbes para o problema da guerra de todos contra todos ganhou um argumento racional com o uso do conceito de contrato, inovando, assim, a forma de fazer política, que passou a ter uma legitimação com característica democrática, ou seja, a anuência de todos ao contrato social. A elaboração da teoria hobbesiana “é fruto da curiosa combinação de um potente e rigoroso espírito, fanaticamente mecanicista, com as obsessões de um coração cheio de temor, ávido de paz para si próprio como para o seu país”

(CHEVALLIER, 1999, p. 68).

Hobbes foi um defensor do poder absoluto do Estado, baseado na razão e no consentimento. Segundo Chevallier (1999), Hobbes resgata a ideia de contrato de Epicuro e dos teólogos da Idade Média, que buscavam uma explicação racional sobre a origem do poder. Eles defendiam a fusão entre duas espécies de contratos: no primeiro, os homens (isolados no estado de natureza) constituíam-se em sociedade; no segundo, “a sociedade assim constituída, transferindo ou alienando seus poderes sob certas condições, propiciavam-se um senhor, um soberano” (CHEVALLIER, 1999, p. 72).

O Estado hobbesiano nasceu a partir do contrato que impõe a restrição da liberdade em prol da conservação da vida e mais, que os indivíduos possam ter uma vida plena. Hobbes (1997, p. 144) define a essência do Estado:

uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como a ela, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum.

Thomas Hobbes acreditava na soberania derivada do contrato em que ocorria a renúncia e a transferência dos poderes a uma única pessoa ou assembleia. “Hobbes realiza o esforço supremo de atribuir ao contrato uma soberania absoluta e indivisível, mais intransigente que a de Bodin” (CHEVALLIER, 1999, p. 73). Embora o livro *Leviatã* (2009) afirme em seu resumo que Hobbes defende o absolutismo político sem recorrer à noção de direito divino, e outros analistas de Hobbes, como Chevallier (1999), compartilhem da mesma visão, há características que sinalizam a incidência desse direito. Segundo Chevallier, “Ele sustentava o absolutismo sem o mínimo recurso ao Direito Divino dos Reis, por argumentos puramente racionais e positivos, por uma inversão da subversiva teoria do contrato” (CHEVALLIER, 1999, p. 82). Acredito que Hobbes inovou em buscar no contrato social de anuência voluntária a origem da soberania do Estado, porém não foi só o racional e o material que ele acionou, ele fez uso de elementos do imaginário religioso popular que explicito mais adiante.

A alma do Estado hobbesiano residia na soberania, e esta tinha como função a segurança do povo e, como exigência, a obediência. Embora a teoria de Hobbes esteja baseada na razão, como relato mais adiante, acredito que não conseguiu se desvencilhar das ideias do absolutismo monárquico baseado na

religião, pois estas fizeram parte da cultura, do imaginário e da identidade da época de Hobbes e assim estavam incutidas em sua subjetividade. Os elementos religiosos como o mito, o símbolo e a Sagrada Escritura estão presentes na obra *Leviatã* com o objetivo de reforçar a adesão ao contrato social.

1.4 MEDO DO MAR E DE MONSTROS

A palavra medo expressa uma sensação de angústia ao lidar com situação de ameaça e risco. A insegurança gera o medo nas pessoas e esse medo pode propagar-se atingindo uma sociedade inteira. Para manter uma sociedade coesa, podem-se criar vários tipos de medo, conforme a intenção dos dominadores. O medo é um instinto natural de defesa, porém existe a possibilidade de utilizar-se o medo como instrumento capaz de manipular e moldar o comportamento humano. Assim, o medo mostra-se uma arma eficaz para subjugar o povo. A falta de conhecimento e de pensamento crítico favorece a dominação pelo medo. De acordo com cada época e momento histórico, aparece uma demanda que gera desconforto. Para solucionar este mal, acessam-se os arquétipos, as imagens e os símbolos que fazem parte do imaginário da humanidade com capacidade de criar mitos para o bem ou para o mal, que evoquem e inspirem o medo na sociedade, a fim de mantê-la sob controle (RUIZ, 2003). O monstro marinho *Leviatã* é um mito bíblico que evoca o sentimento de medo.

Qual a origem da palavra *Leviatã*? Ela deriva do hebraico *liwjathane* e significa animal que se enrosca (FERREIRA, 1999). A palavra *Leviatã* está presente nas grandes mitologias. Diferentes culturas absorveram o mito do monstro *Leviatã*. Os mitos são ricos e polissêmicos. “O mito é sempre, de uma forma ou de outra, uma interpretação de algo que tem relevância na vida social do grupo” (CROATTO, 2010, p. 241). O crente precisa de mitos que justifiquem os seus esforços. Ao remeter-se para a dimensão sagrada, o objeto se torna fundamental e indiscutível, na medida em que representa a vontade dos deuses. O sentido que Hobbes buscou legitimar é o da soberania do poder civil: ele queria comparar o poder do Estado com o poder de Deus, baseando-se no mito bíblico *Leviatã*. Ao crer-se que o *Leviatã* é sagrado, os atos do Estado passaram a ser vontade de Deus, sendo, portanto, inquestionáveis. Embora acusado de ateuísta, Hobbes era um conhecedor da Bíblia. Fez várias interpretações de diversas passagens bíblicas na sua obra *Leviatã*. O

Estado aparece associado ao nome do monstro bíblico. Segundo a Bíblia, o Leviatã é um animal aquático ou réptil (FERREIRA, 1999).

Em Apocalipse, este monstro é capaz de engolir o sol que simboliza o divino. Entende-se, com isso, que o Leviatã é detentor de um poder equiparado ao poder de Deus. Para Hobbes, o mito do terrível monstro adormecido no fundo do mar é um mal necessário. Sua presença é primordial para a harmonia hobbesiana, já que é o temor que ele provoca nos homens que o fará obedecer às leis do Estado e, assim, estabelecer a ordem cósmica.

No plano terreno, o Estado é como um Deus para o ser humano. É possível perceber aí que a intervenção é humana, baseada na vontade das partes. Contudo, ao empregar o nome do monstro, Hobbes queria, com isso, apropriar-se do seu sentido simbólico. O sentido apropriado é a capacidade de governar as demais criaturas, já que na Bíblia o monstro é chamado de “rei dos soberbos” (HOBBS, 1997, p. 241). No exercício do poder há um componente simbólico: o religioso e o político fundem-se para provocar temor e obediência.

Segundo Croatto (2010, p. 209), o mito é “o relato de um acontecimento originário, no qual os Deuses agem e cuja finalidade é dar sentido a uma realidade significativa”. O mito gera cultura por ser “criador de modelos de comportamentos” (CROATTO, 2010, p. 297). O modelo de ação dos deuses narrado nos mitos instaura uma ordem social. Dessa maneira, o mito confere sentido por meio do transcendente.

Em um cenário marcado pela conquista dos mares pela frota marítima da Inglaterra, Hobbes escolheu o nome do monstro *Leviatã* para designar o Estado. Nesse período a Inglaterra possuía a marinha mais equipada do mundo. Porém, o medo do mar remonta à fontes bíblicas, sendo o mar descrito como morada de monstros. Dessa forma, a categoria medo é apropriada por Hobbes por fazer parte da realidade vivida pelos ingleses. O medo de monstros permeava o imaginário desse povo e nem mesmo a razão e as descobertas das ciências foram suficientes para aniquilar o medo desses terríveis personagens relacionados com as navegações. Além do mais, as embarcações eram precárias e as técnicas de navegações pouco desenvolvidas.

A localização geográfica da Inglaterra pode ter favorecido o desenvolvimento cultural do medo do mar e de monstros. O humano da Idade Média era um ser terrestre e temia naturalmente o elemento líquido. O mar figura como inimigo da

felicidade e da vida (DELUMEAU, 2007). Segundo Delumeau (2007, p. 43), “o mar era sentido como um espaço fora-da-lei e antítese da estabilidade”. A sensibilidade coletiva associava o mar à morte, à noite e ao abismo (DELUMEAU, 2007).

A maior parte da Inglaterra está localizada na ilha da Grã-Bretanha, país que possui também uma série de pequenas ilhas. Cercada pelo mar, a Inglaterra, no século XVII, foi cenário de histórias de mistério, de monstros marinhos atacando embarcações. Devido à sua localização, a Inglaterra tornou-se terreno propício para a imaginação criar relatos de medo relacionados com o mar. Antes da racionalidade consciente vem a imaginação (RUIZ, 2003). Esta se relaciona com a racionalidade e produz respostas às angustias experimentadas naquele momento. A imaginação e as imagens interagem com a dimensão racional fornecendo significado à realidade vivida. Segundo Ruiz (2003, p. 32) “o imaginário corresponde ao aspecto do insondável do ser humano, em que se produz, além de todos os condicionamentos psíquicos e sociais, o elemento criativo [...]”. É no imaginário da humanidade que são criados mitos que explicam padrões de comportamentos humanos a serem seguidos.

Segundo Chevalier (2007, p. 592), o mar simboliza a dinâmica da vida, de onde surgem monstros das profundezas: imagem do subconsciente. Os seres ameaçadores que habitavam a água tinham o mesmo objetivo, apanhar os humanos e devorá-los. O mar é lugar por excelência do medo, do desmedido e da loucura (DELUMEAU, 1989).

O medo do mar era sentido por grande parcela da população (DELUMEAU, 2007). Segundo Delumeau, os medos dividem-se em permanentes e cíclicos; o medo do mar era de alguma maneira permanente. “Os medos permanentes eram mais frequentemente compartilhados por indivíduos pertencentes a todas as categorias sociais” (DELUMEAU, 2007, p. 32).

Para desfazer o sentimento de angústia no qual se encontra o humano no plano terreno é necessário lançar mão de arquétipos que forneçam suporte para a construção de uma realidade plausível (RUIZ, 2003). Hobbes designa o Estado com o nome de uma criatura marinha aterrorizante. O monstro marinho Leviatã é protagonista de várias histórias de mistério da época, tem dimensões gigantescas e poder irresistível segundo a Bíblia. Chevalier (2007, p. 547) diz que o Leviatã é um monstro que exige cuidado para não acordá-lo. Ele cita passagens bíblicas que descrevem o Leviatã apresentando formas de diferentes animais:

o dragão do Apocalipse 21,3, que encarna a resistência do poder do mal contra Deus, reveste-se de certos traços dessa serpente caótica, que, provocada, era capaz de engolir momentaneamente o Sol. Em Jó 15,13, é chamado de a serpente fugitiva. Em Jó 40,41 há uma descrição aterrorizadora dele. Está sempre vivo no mar, onde repousa adormecido, se não é provocado.

Percebi que o Leviatã bíblico é um monstro marinho possuidor de um poder semelhante ao de Deus. O monstro inspira medo, e conseqüentemente, sujeição. O Leviatã de Hobbes se aproxima do monstro bíblico ao destacar que se ele não for despertado, ou seja, não desobedecido, não há nenhum mal a temer. Um clássico exemplo da necessidade da existência do mal para que a paz reine para determinado grupo dominante.

Foi nesse caldo cultural, de medo do mar, de monstros marinhos e da morte, que Hobbes nasceu e escreveu sua teoria. Além desses medos, a sociedade vivenciava o medo das guerras. Estas envolviam aspectos políticos, econômicos e religiosos. Enfim, notei que a Inglaterra vivia um medo generalizado e esse medo foi refletido na teoria hobbesiana. Em síntese, o medo foi o elemento fundador do Estado proposto por Hobbes.

Hobbes (1997, p. 144) define a essência do Estado:

Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens [...]. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa [...]. É nele que consiste a essência do Estado, a qual pode ser assim definida: 'uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum'. Aquele que é portador dessa pessoa se chama soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos.

A alma do leviatã é a soberania. A soberania fornece vida à máquina estatal criada pelo próprio homem para garantir a paz e segurança por meio do uso de todos os poderes disponibilizados a ele.

1.5 A BASE CIENTIFICISTA DE HOBBS

A filosofia política hobbesiana oscilou entre o liberalismo e absolutismo, mas foi adepta do cientificismo mecanicista e do *more geométrico* da época (HECK,

2003). Segundo Souza, a teoria de Hobbes,

parte do pressuposto de que todos os caracteres da matéria são dados num nível fenomenal e as únicas qualidades dos átomos são o peso, a forma e a grandeza. A partir dessas qualidades, eles se movimentam perpetuamente, podendo se chocar, se aproximar ou se afastar entre si. E os movimentos que os átomos perfazem no vazio são definidos por eles próprios e suas quedas não são orientadas por nenhum elemento externo a eles. Isso significa que o movimento dos corpos opera no vazio quando não encontra nenhum obstáculo, sendo sua velocidade a mesma independentemente das formas ou pesos de cada átomo (SOUZA, 2008, p. 30).

Quanto aos novos modelos referentes à natureza primeira da matéria, sobre o átomo de que Hobbes sofreu influência, Souza (2008) cita natureza atômica como um elemento constituinte de tudo o que vemos no nosso mundo físico. Numa visão materialista, Hobbes percebeu o átomo como possuidor de três características: peso, forma e grandeza. Ao procurar entender o comportamento dessas partículas e os seus movimentos no vazio, considerou ainda que a movimentação atômica é definida pelo próprio átomo e sua velocidade sempre se manteria a mesma, independentemente de sua grandeza, ou seja, da quantidade de nêutrons e de prótons que ele possuiria em seu núcleo.

Ao se deparar com os Elementos de Euclides por volta de 1630, Hobbes seduz-se pelo método ali apresentado em função das sínteses bem elaboradas, 34 estilos geométricos, modelo lógico e rigor das demonstrações. E é esse matemático grego que abre para Hobbes o caminho e interesse pelas ciências. Euclides reúne nos 13 livros dos Elementos estudos feitos por Tales, Pitágoras, Eudóxo, Zenão, Demócrito, entre outros grandes matemáticos gregos, e sintetiza o que viria a ser, até o início da modernidade, as linhas mestras da geometria, aritmética e álgebra (SOUZA, 2008, p. 33-4).

Em meio a essa crescente onda de cientificismo e racionalidade em que viveu Thomas Hobbes, Souza (2008) cita que, por volta de 1630, Hobbes consolidou o seu interesse pelo método de síntese baseado na ciência do rigor racional das demonstrações e das comprovações científicas, ao conhecer as obras do matemático grego Euclides, que reunia estudos já realizados por Tales, Pitágoras, Eudóxo, Zanão, Demócrito, entre outros matemáticos da Grécia antiga. Por meio da influência desses cientistas da antiguidade grega, Hobbes construiria a sua espinha dorsal que refletiria na sua maneira de propor uma sociedade baseada na razão, no método científico e no contrato, diferente, portanto, daquela construída pelo domínio da Igreja. Hobbes fez uso do método racionalismo para elaborar sua ciência política. Ele acreditava que era possível desprender as emoções e sentimentos da análise

racional. Segundo Hobbes, a priori, existe um ser racional. O raciocínio, para Hobbes (1997, p. 51), “é a soma total, a partir da adição de parcelas, ou concebe um resto a partir da subtração e uma soma por outra; [...]”. Hobbes (1997, p. 55) afirma que “a razão é o passo, o aumento da ciência, o caminho e o benefício e a humanidade, o fim”. Hobbes acreditava ser mentor de uma nova Ciência civil que teve início com o *De Cive* (HECK, 2003). Procuro negar o método racionalismo de Hobbes a partir da análise do discurso e da epistemologia de Foucault.

A teoria de Hobbes está fundamentada no movimento decorrente dos apetites e aversões. Para Hobbes (1997, p. 59) “o prazer é a aparência ou sensação do bem, e desprazer ou desagrado é a aparência ou sensação do mal”. A vida é movimento e sensação (HOBBS, 1997). O ser humano tende a aproximar do que lhe dá prazer e afastar do que lhe causa dor. Por medo da morte violenta o ser humano ataca o seu semelhante. Assim, Hobbes define com o auxílio da física e da matemática a natureza humana. “A força da matemática, que ao longo das obras de Hobbes se mostra menos aparente do que a da lógica encontra-se ininterruptamente presente como fundamentação metodológica” (SOUZA, 2008, p. 27). Hobbes assumiu o cogito cartesiano de que existe um ser racional antes do ser cultural. A nova Ciência política que Hobbes idealiza sofreu influência de alguns autores. Delimitei aqui os seguintes estudiosos que inspiraram Hobbes: Epicuro, Euclides e Galileu.

A filosofia do movimento defendida por Hobbes provavelmente teve origem em Epicuro¹⁷. Epicuro, filósofo grego, fundamentou seu pensamento na concepção atomista e materialista da natureza. A origem de tudo são átomos. Um fundamento físico-natural. O prazer para Epicuro é um pouco mais complexo do que para Hobbes. Para ele, o prazer é como uma balança entre seus desejos e necessidades. É preciso passar pelo crivo da reflexão utilizando a ética. Para alcançar a felicidade busca-se o desprendimento do medo dos deuses e da morte.

Epicuro entende que, nos próprios átomos, encontram-se as causas de seus movimentos e que eles compõem os corpos visíveis que se chocam e se encontram aleatoriamente num espaço infinito. Isso quer dizer que nos corpos não há necessidade ou finalidade; eles se chocam, se agregam e desagregam compondo a realidade visível do ponto de vista de uma causalidade global e não de uma necessidade prévia e externa imposta a eles. Essa causalidade é regida pelas relações mecânicas dos corpos entre si (SOUZA, 2008, p. 31).

¹⁷ Epicuro (341-270 a.C.) foi o fundador do epicurismo que pregava que a vida é a busca pela felicidade, e que essa felicidade vem por meio do prazer.

A morte para Epicuro é o fim. Se existe um deus verdadeiro, sua deidade está acima dos seres humanos. E sendo assim, ele não está sujeito a emoções humanas e não se importaria com a humanidade. Hobbes acreditava na morte como fim para os perversos e não comungava do pensamento da Igreja Católica de inferno e purgatório. Ele acreditava na ressurreição, no julgamento final, na segunda morte e na salvação.

Todas as alegrias da vida eterna estão abrangidas nas Escrituras pelas palavras salvação ou salvar-se. Salvar-se é livrar-se do mal, quer respectivamente, contra males especiais, quer absolutamente, contra todo mal incluindo a necessidade, a doença e a própria morte (HOBBS, 1997, p. 332).

Hobbes (1997) afirmou que não está escrito nas Escrituras que a qualquer dos réprobos esteja prometida uma vida eterna. Entendo que a morte, para ele, depois da condenação, seria definitiva.

É possível observar, deste modo, que apesar de possuir suas crenças de cunho religioso e o seu conceito sobre o processo da morte, Hobbes, em paralelo, possuía um espírito que se abria para o viés racional e científico do entendimento dos fenômenos de nossa natureza. Talvez isso tenha possibilitado a ele romper um pouco com os valores religiosos, mas como a cultura é condição gnosiológica ele não consegue fazê-lo de vez.

Tanto quanto, a Revolução Científica iniciada por Nicolau Copérnico¹⁸ foi endossada por vários pensadores inclusive Hobbes, revelando a crença na estrutura matemática do mundo (SOUZA, 2008).

Copérnico é resolutivo em afirmar a esfericidade da terra e os movimentos uniformes e circulares dos corpos celestes. Ele anuncia o heliocentrismo em oposição ao geocentrismo professado pela tradição científica e defende ser a grandeza da terra desprezível se comparada a do universo. Esses e outros novos postulados científicos resultam num vigoroso renascimento do estudo da matemática, o que acaba imprimindo a importância dessa ciência nas pesquisas científicas posteriores. Copérnico teria iniciado o que Galileu continuaria, a saber: a implantação de uma nova visão de cosmo que se estenderia ao pensamento de vários filósofos modernos, entre eles, Thomas Hobbes (SOUZA, 2008, p. 40).

Por meio da possibilidade de observação dos astros celestes e sua configuração esférica, além de outras experiências da área científica, a certeza da

¹⁸ Nicolau Copérnico - astrônomo e matemático polonês que desenvolveu a teoria heliocêntrica do Sistema Solar que refutava o modelo geocêntrico. O geocentrismo é a teoria que coloca a Terra no centro do Sistema Solar e era defendida pela Igreja Católica por apresentar tópicos de passagens bíblicas. Já o heliocentrismo coloca o sol no centro do Sistema Solar.

esfericidade da terra cresceu entre os cientistas e encontrou ressonância nas ideias de Thomas Hobbes.

“A conjunção entre matemática e física significa, para Hobbes, uma *res novitia*, graças a Galileu que iniciou a *aetasphysicae* (idade física)” (HECK, 2003, p.150).

A física-matemática nascente, com suas novas concepções acerca do movimento é o solo sobre o qual Thomas Hobbes funda sua filosofia. Mas a herança não é somente moderna. Euclides, na antiguidade, é quem primeiro o desperta para a sequência lógica das descobertas, postulados e axiomas matemáticos. No universo da física a grande adversária é a cosmofísica aristotélica e neo-aristotélica que, ao ser revisada, abre as portas para um novo espaço de conhecimento com reflexos importantes para a filosofia [sic] (SOUZA, 2008, p. 25).

Observei que Thomas Hobbes, conforme citou Souza, alicerçou sua filosofia política descrita em *Leviatã* nas descobertas científicas advindas da matemática e da física como também nas ciências da antiguidade, ao ter considerado em sua obra a matemática de Euclides¹⁹ (século III a.C.).

Com a adoção dessas frentes científicas, Hobbes conseguiu, ao propor sua filosofia política, proporcionar para a sociedade da época um modelo diferente de estruturação de governo, baseado acima de tudo, no modelo da razão, da objetividade e dos poderes centrados nas mãos de um único governante. Esse modelo, baseado acima de tudo, na razão, não foi totalmente possível, visto que a cultura é constituinte da visão de mundo, assim como a religião que é parte da cultura, Hobbes não conseguiu romper definitivamente com a religião.

À vista de Hobbes, de quem salta aos olhos um encantamento pela física, lógica e matemática, não há nada mais grandioso do que o método geométrico de Euclides e nada mais interessante do que os novos feitos da física galileana, acompanhada do método resolutivo-compositivo. Como parte do método e elemento caro a Hobbes, está o cálculo (SOUZA, 2008, p. 25).

Souza (2008) argumenta ainda que a lógica matemática, seguida do cálculo e da geométrica de Euclides, serviram de inspiração para a teoria política de Hobbes. Assim, todo esse cientificismo reverberou na filosofia hobbesiana uma lógica que estabeleceu sua posição acerca da fundamentação do estado, da legitimidade do governo e da formação de uma ciência da moral e de, para alguns,

¹⁹ Euclides de Alexandria foi um matemático platônico, muitas vezes referido como o pai da Geometria. Sua principal obra é conhecida como *Elementos da Geometria*.

um viés objetivo. Adoto uma posição de denunciar algumas subjetividades presentes na teoria de Hobbes.

Em seu “materialismo” e fisicalismo, o pensador inglês assume deliberadamente a estrutura visível das coisas, saindo em defesa das leis e regularidades dos corpos; e, juntamente com a voz quase uníssona da modernidade, propõe uma mudança na natureza do conhecimento que passa a privilegiar o corpo-máquina (SOUZA, 2008, p. 28).

Deste modo, Souza (2008, p. 40) faz uma síntese das vivências de Hobbes, refazendo a sua trajetória de experiências: “As premissas do movimento saem do âmbito da filosofia natural, perpassam os átomos da matéria, voltam-se aos movimentos internos humanos e chegam a seu termo, em filosofia política, na personificação da guerra ou da paz”. Estruturada nos princípios apresentados acima e, segundo Souza (2008), Hobbes adotou o materialismo e a física de Euclides e Galileu.

Notei com isso que Hobbes procurou uma explicação pragmática ao cenário subjetivo e inusitado proporcionado pela fé cristã, mas não conseguiu fazer isso de forma absoluta. Para construir esse conceito, ele viveu a polaridade apresentada pelo mundo regido pelos dogmas religiosos e a crescente racionalidade do cientificismo de seu tempo.

Deste modo, ressalto que o período em que viveu Thomas Hobbes (1588-1679) sucedeu ao período do Humanismo, que perdurou aproximadamente até os anos de 1530. Nesta época, houve a gradativa consolidação do comércio, a valorização do cientificismo e do racionalismo e da ideia do Antropocentrismo (homem como centro do universo) em contraposição ao Teocentrismo (Deus como centro do universo). Além disso, a descentralização do conhecimento, onde a Igreja cristã perdia o seu monopólio com o advento da imprensa de Gutemberg (século XV) e a Reforma Protestante de Martinho Lutero (1517) foram fatos que vieram a influenciar a visão de mundo de Hobbes.

Porém, em 1545, a Igreja lançou a Contrarreforma, dando um novo fôlego ao catolicismo e combatendo o surgimento de novas doutrinas cristãs na Europa. Hobbes nasceu logo após esses acontecimentos e, portanto, viveu os reflexos desse cenário de forças entre Igreja cristã e ciência. Notei que Hobbes teve sua família chefiada por um clérigo, mas experimentou a onda de cientificismo que pairava na Europa. Apesar dos movimentos cientificistas crescentes, a Igreja ainda exercia influencia na maneira de pensar e agir das pessoas.

Galileu Galilei (1564-1642), por exemplo, sentiu em sua vida profissional essa presença hostil da Igreja Católica contra as ciências. O Italiano foi físico, matemático, astrônomo e filósofo. Ao reafirmar a teoria do heliocentrismo foi condenado por heresia. A Igreja passava por uma fase difícil devido a escândalos pelo mau uso da fé. Passou a utilizar a Inquisição para silenciar os pensadores. Novas descobertas ameaçavam os dogmas cristãos. As descobertas que confrontavam com as ideias vigentes eram ignoradas ou consideradas heréticas como foi o caso de Galileu, que morreu aos 70 anos em prisão domiciliar.

Essa atmosfera tensa de censura e perseguição das descobertas científicas pela Igreja parecia impulsionar o desejo de Hobbes em criar uma nova Ciência Civil autônoma. Mas também pode ter servido de demonstração que ele deveria ter cautela ao romper com os dogmas religiosos.

Com isso, o desafio da nova ciência era duplo: internamente, tinha que encontrar leis quantitativas capazes de assegurar a possibilidade de previsão e identificação dos fatos; e, externamente, lutava contra a Igreja, desejando tornar o movimento um objeto da razão, investigável metodicamente em suas propriedades fundamentais. Havia, nesse sentido, um duplo critério de autoridade: um, imposto pela frente teológica e outro, pela tradição aristotélica (SOUZA, 2008, p. 47).

Diante desse quadro histórico, Galileu encontrou dificuldades em convencer que a linguagem científica, no que diz respeito às coisas naturais, é superior à teológica. De seu lado, Hobbes usando como instrumento, sobretudo, o *Leviatã*, exige que a ciência seja autônoma e que as verdades reveladas se restrinjam à fé. Isso demonstra definitivamente que, para Galileu e Hobbes, as novas categorias em torno das quais se buscavam a compreensão sobre o mundo e o homem não são mais eternas e ininteligíveis. Para eles, o conhecimento necessita de sistematização, ordem, medida e cálculo. E essas categorias devem transformar-se nas constantes fundamentais em busca de um conhecimento preocupado com a certeza e a veracidade do seu discurso.

O novo modelo de conhecimento científico, nesse caso, galilaico ou hobbesiano, preso ao cálculo e à demonstração, determinou a separação entre ciência e religião. “E a Igreja, apesar de ter feito Galileu voltar atrás formalmente em suas posições e de ter condenado o *Leviatã* ao index, não conseguiu apagar as novas ideias que passariam a dar suporte ao conhecimento a partir de então” (SOUZA, 2008, p. 48).

Heck (2003) afirma que, para Hobbes, a ciência civil é a ciência da paz e também pode ser feita e ensinada como se faz com a geometria. Muito dessa premissa de Hobbes vem do fato de que, para ele, a estrutura política de uma sociedade deveria ser pautada por meio de um poder centralizador que serviria, entre outras funções, para promover a resolução de conflitos entre as pessoas por meio das leis.

1.6 A CULTURA RETÓRICA DO HUMANISMO RENASCENTISTA EM HOBBS

O movimento intelectual conhecido como humanismo inovou a maneira de buscar o conhecimento, passando a utilizar uma nova forma de pensar baseada na observação e na experimentação aliadas à razão. Começam as intensas disputas intelectuais entre mestres e discípulos defendendo ideias, e estas confrontavam o pensamento da Igreja, que tinha como verdade absoluta as palavras das Escrituras. A Igreja disseminava o medo das descobertas. As novas descobertas e invenções eram submetidas ao crivo da Igreja e, se fossem consideradas revolucionárias, seus autores sofriam penalidades como perseguições, torturas, excomunhão e condenação à morte. Galileu Galilei (1564-1642), por meio de suas observações, veio confirmar a teoria heliocêntrica de Nicolau Copérnico (1473-1543). Porém, temendo a repressão da Igreja, foi obrigado a negar suas descobertas para não ser condenado como herege e sofrer a punição de ser queimado vivo.

Thomas Hobbes demonstrou em suas obras divergência de opiniões em relação à retórica. Em um primeiro momento ele critica o uso da retórica e mais tarde se rende ao seu poder (SKINNER, 1999). Na dinastia Tudor, os humanistas da Inglaterra colocaram em circulação a ideia de uma ciência civil; baseavam-se nos teóricos clássicos da eloquência e, sobretudo, no *Inventione*, de Cícero. Este acreditava que os fatores indispensáveis à ciência civil são a razão e a retórica. A razão permite desvendar a verdade e a retórica permite expor a verdade com eloquência. Segundo Cícero, os homens são a matéria das cidades e num dado instante algum líder poderoso toma para si a tarefa de moldar esse material. A retórica fornece poder e efeito à razão (SKINNER, 1999).

Segundo Skinner (1999), Hobbes, em seus primeiros textos, negava o uso da eloquência para promover os resultados alcançados pela razão. Percebi em suas obras um contraste, uma mudança de postura quanto à ideia de uma ciência civil.

Em suas obras, *Elementos de lei natural e política* e *Sobre o cidadão*, ele apostava no poder de persuasão do raciocínio. Porém, no *Leviatã* (1651), ele adotou uma postura diferente: passou a relacionar a razão com a retórica, utilizou a força da retórica que antes criticava. Na versão em latim do *Leviatã* ele ampliou o uso da retórica.

O *Leviatã* constitui uma contribuição tardia, porém magnífica para a arte renascentista da eloquência – um tratado em que as técnicas persuasivas da clássica *arsrhetorica* são sistematicamente empregadas para ampliar e sublinhar as descobertas da razão e da ciência (SKINNER, 1999, p. 19).

A justificativa para a mudança de postura de Hobbes quanto ao uso da eloquência talvez tenha sido o público específico que as obras desejariam alcançar. Segundo Skinner (1999), na obra *Leviatã*, Hobbes fez uso da eloquência porque desejava alcançar uma plateia mais ampla. Skinner (1999, p. 570) acredita que ele possa ter seguido a antiga máxima “enquanto a palma aberta da retórica é necessária para o vulgo, o punho fechado da dialética é suficiente para o douto”. Embora Hobbes criticasse o uso da retórica e da eloquência nos discursos do Catolicismo, ele sabia da importância que elas exerciam sobre as massas.

1.7 CULTURA, RELIGIÃO E HOBBS

O ser humano, para Hobbes, devido à condição de igualdade, tende a desejar as mesmas coisas, e por isso, ocorreriam conflitos e guerras constantes impedindo o convívio social. A vida em sociedade só se tornaria plena, segundo Hobbes, por meio de um Estado detentor de todos os poderes capazes de controlar e disciplinar as paixões humanas.

Segundo Geertz (1989), o indivíduo tem a capacidade de criar e, na interação com o outro, produz cultura. Por cultura se entende os “sistemas entrelaçados de signos interpretáveis” (GEERTZ, 1989, p. 24). Ainda para Geertz, a cultura é uma construção inconsciente permeada por crenças, conhecimentos, leis, expressões artísticas, sistemas religiosos, códigos morais, conflitos sociais e coisas destas naturezas. A sociedade recebe da cultura importante contribuição para a sua modelagem.

Meslin (2014, p. 67) afirma que “os laços que regem as relações entre religião e cultura são tão complexos quanto inevitáveis, ora marcados por uma violenta oposição, ora por um desejo real de aproximação”. Segundo ele, a fronteira

entre religião e cultura é frágil por situar no respeito dos valores superiores, como justiça e verdade. Dessa forma, a religião continua informando a cultura, já que é por meio da razão que o homem conhece os mecanismos do universo e determina regras de relações sociais fundadas na justiça e na verdade (MESLIN, 2014).

O indivíduo, no seio da sociedade, é um agente passivo, moldado por esta e, ao mesmo tempo, ativo, promotor de mudança (GEERTZ, 1989). Este agente adquire identidade, que se alimenta dos signos exalados pela cultura na qual está inserido (RUIZ, 2004). Segundo Ruiz (2004, p. 30), a interioridade da pessoa advém das imagens significantes que ela absorve do seu entorno, provenientes dos signos culturais, e resultante de oposições simbólicas extraídas destes signos, como por um processo dialético e relacional. Assim é formada sua identidade. Ela se torna de ascendência cultural, quando distinta entre diferentes grupos de pessoas. Observa Cuhe (1999, p. 183) que esta identidade cultural está em constante processo de reconstrução, em função das trocas sociais que permeiam as relações.

É preciso considerar que tanto a religião quanto a política se constituem - em si mesmos - poderes, o que não ocorre com a cultura, que é o extrato destas forças que se entrelaçam, se sobrepõem e se estremecem, influenciando a identidade cultural. Se por um lado a religião tem o papel de conferir significado e sentido à existência, a política se ocupa em governar a sociedade. Enquanto a religião trata do sagrado, do cosmo, do místico, a política lida com o terreno, a ordem, a segurança.

Dessa forma, é nessa conjuntura que se insere a obra de Hobbes, que se apropria do mito do monstro marinho mais poderoso descrito no Livro de Jó para conceber o Estado. Isto porque o medo era o principal traço e a marca mais expressiva da cultura de sua época, força canalizadora de mudança do *status quo* da sociedade vigente. Hobbes entendia ser o medo a parte constitutiva do íntimo do indivíduo e formador da sua concepção de existência. O medo de monstros marinhos era um dado relevante na época e, ao lado desse medo, acrescenta-se o medo do monstro com poder semelhante ao de Deus, que agrega um valor sagrado e justifica tamanho poder, evocando temor. O poder político apropriou-se do poder religioso para trazer a salvação terrena e vindoura. Ao colocar o Estado em uma posição de superioridade em relação aos demais indivíduos, Hobbes acionou a esfera religiosa para sacralizar sua teoria política. Segundo Hobbes (2009, p. 90) “Deus é rei de toda a terra em razão de seu poder, mas, do povo escolhido, é rei em virtude de um pacto”. Embora o poder seja derivado do contrato social, verifica-se o

uso de passagens bíblicas que ditam regras de comportamento humano. O mito, o símbolo e as Sagradas Escrituras são utilizados para legitimar o poder do Estado hobbesiano.

O poder humano, o governo e o castigo se tornam, assim, fenômenos sacramentais, isto é, canais pelos quais forças divinas são aplicadas à vida dos homens para influenciá-los. O governante fala em nome dos deuses ou é um deus e obedecer-lhe equivale a estar em relação correta com o mundo dos deuses (BERGER, 1985, p. 47).

A teoria hobbesiana adquiriu um aspecto de sagrado ao ser legitimado pela religião. De que forma a religião legitimou a teoria hobbesiana? Hobbes acabou subordinando a esfera religiosa ao poder do Estado: um Estado cristão que é governado por um soberano cristão e composto de pessoas cristãs. Segundo Chevallier (1999), a lei religiosa do Estado está na Escritura e será interpretada por ele próprio, no momento do pacto social. “Cada nação é uma Igreja, o reino de Deus é um reino civil (CHEVALLIER, 1999, p. 80)”. Chevallier (1999) afirma que Hobbes não se preocupa com a verdade religiosa intrínseca, assim ele não exige dos súditos as crenças e sim a obediência. Os adeptos de uma religião interiorizam e compartilham ideias de pertencimento, assim se reconhecem como pessoa e como membro de um grupo.

De maneira análoga acontece com os súditos do Leviatã, que reconhecem no Estado a entidade terrena mais poderosa capaz de garantir paz e segurança no país tão castigado pelas guerras.

CAPÍTULO 2

MEDO RELIGIOSO E MEDO POLÍTICO

“Qualquer governo é melhor que a ausência de governo. O despotismo, por pior que seja, é preferível ao mal maior da Anarquia, da violência civil generalizada e do medo permanente da morte violenta”.

Thomas Hobbes

O objetivo principal deste capítulo é analisar as formas de associação entre o medo religioso e o poder soberano do Estado. Procurei identificar quais os elementos do imaginário da época alimentaram a categoria medo presente na obra *Leviatã*. Nesse sentido serão tratadas algumas facetas do medo, tais como: o medo político, o medo da morte, o medo racional e o medo religioso.

O medo, o pecado, a guerra, a liberdade, a paz e a morte são arquétipos²⁰ do inconsciente coletivo que foram utilizados pela Igreja Católica para gerar obediência e submissão no período medieval. Nesse período, Igreja e política se fundiam e uma legitimava o poder da outra. Por medo dos poderes espirituais e da força física fornecida pelo poder político, as pessoas obedeciam sem questionar as ordens dos superiores.

No período medieval, Deus era visto como o centro do mundo e o monopólio dos poderes espirituais, por sua vez, conferido à Igreja (MACEDO, 1996). Ela apropriou-se do poder divino contido nas Escrituras Sagradas para se tornar uma das maiores instituições organizadas da época. Hobbes (2009) criticou o uso das Escrituras por parte do clero para a aquisição de vantagens materiais. A dominação da Igreja ocorreu por meio da utilização dos elementos presentes no imaginário religioso medieval que respondiam às angústias da população desejosa pela salvação e com medo das consequências do pecado.

Desse modo, a Igreja Católica conseguiu acumular simultaneamente os poderes político, econômico, cultural, social e religioso (MACEDO, 1996). Segundo Macedo (1996), coube à Igreja amparar os necessitados no período de guerras. Com isso, ela passou a estimular os poderosos a colaborarem também e garantirem um lugar no céu. Ele destaca a função da Igreja de transmissora de educação. “As

²⁰ Mircea Eliade (1993) afirma que os arquétipos míticos são acontecimentos primordiais que o homo religiosus vive como momentos instauradores de sua própria realidade.

universidades surgidas a partir do século XII, contaram sempre com o incentivo dos papas, e os professores, de modo geral, eram homens com formação religiosa” (MACEDO, 1996, p. 21). A Igreja Católica passou a deter um terço das terras e se tornou uma instituição muito poderosa. Ao ter nas mãos tamanhos poderes, alguns membros da Igreja se corromperam e revelaram uma paixão desmedida pelo poder. Quando a Igreja passou a se ocupar mais dos assuntos profanos do que dos sagrados ela se tornou secularizada, mais envolvida com as questões “mundanas” do que com as espirituais. Dessa maneira, entrou em crise e seus dogmas começaram a ser questionados principalmente na época da Reforma Protestante.

A primeira faceta do medo a ser analisada é o medo religioso disseminado no período medieval e no renascimento. Para tanto, busquei dados e informações no imaginário desses períodos.

2.1 IMAGINÁRIO RELIGIOSO

O imaginário corresponde a um conjunto de imagens compartilhadas por várias gerações e essas imagens formam o inconsciente coletivo que faz parte do patrimônio da humanidade. Assim, o imaginário é uma espécie de poço sem fundo, que contém imagens e arquétipos que estão disponíveis para atender às demandas e carências dos diversos povos (RUIZ, 2004). Segundo Ruiz (2004), os arquétipos são estruturas transmitidas hereditariamente que fornecem paradigmas de organização aos diversos povos que os acessam. Portanto, essas estruturas de comportamento em comum das sociedades possibilitam o desenvolvimento de um novo comportamento que vai ser atualizado conforme a cultura, a época e o contexto de determinado povo.

Castoriadis (1982) trata o conceito de imaginário e sua função na constituição das instituições. Ele (1982, p. 159) aborda o imaginário social como uma fonte que constitui o processo formação das instituições: “A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário”. O autor aponta que as verdades sobre as instituições não passam de projeções. A visão moderna da instituição “projeta sobre o conjunto da história uma ideia tomada de empréstimo não propriamente da realidade efetiva das instituições do mundo capitalista ocidental [...], mas aquilo que esse mundo gostaria que suas instituições

fossem” (CASTORIADIS, 1982, p. 159). As afirmações de Castoriadis demonstram que o imaginário seria a solução fantasiosa dos problemas reais. O imaginário tende a satisfazer uma necessidade real da sociedade.

Quando afirmamos, no caso da instituição, que o imaginário só representa um papel porque há problemas ‘reais’ que os homens não conseguem resolver, esquecemos, pois, por um lado, que os homens só chegam precisamente a resolver esses problemas reais, na medida em que se apresentam, porque são capazes do imaginário; e por outro lado, que esses problemas só podem ser problemas, só se constituem como estes problemas que tal época ou tal sociedade se propõem resolver, em função de uma imaginária central da época ou da sociedade considerada (CASTORIADIS, 1982, p. 159).

Ao sintetizar as ideias de Castoriadis concluo que ele destacou que imaginário seria produto dos sujeitos de determinada época que enfrentam problemas reais e tem a função de criar instituições para solucionar tais problemas. A sociedade à época de Hobbes vivenciou um contexto de medo e falta de segurança, logo, presumo que o imaginário da época corroborou para a criação de uma sociedade sedenta por salvação. Já que a sociedade é fruto dos sujeitos e do imaginário dessa determinada época.

Os arquétipos são apropriados pelo humano para dar origem aos mitos e, conseqüentemente, fornecer sentido à vida naquele momento. O humano recorda-se de uma época na qual tinha a sensação de conexão. A sensação de medo remete a um período anterior à vida terrena em que se vivia em plenitude. Uma vez separado do todo, o ser humano necessita de respostas para sanar a sensação de angústia que o atormenta e as respostas são encontradas no imaginário (RUIZ, 2004). O imaginário religioso no século XVII alimentava a cultura do medo, repleto de imagens de fogo, ranger de dentes, sofrimentos e castigos (DELUMEAU, 1989). A cultura organiza os arquétipos, os mitos e os símbolos necessários para o momento vivido e cria estruturas que irão orientar o desenvolvimento desta cultura.

A imagem de Deus disseminada pela religião nessa época era a de um juiz que sentenciava as pessoas após a morte (DELUMEAU, 1989). O purgatório e os tormentos eternos eram as punições que aterrorizavam as mentes dos cristãos. É preciso compreender qual a origem do medo. Será que o medo na teoria hobbesiana deriva somente do medo da morte material, da morte violenta? Ou está associado também ao medo da morte eterna? Quando Hobbes utilizou o símbolo bíblico Leviatã para nomear seu Estado, ele associou o sagrado à sua máquina política.

O temor está descrito na Bíblia no livro de Provérbios 14,27 - “O temor do Senhor é uma fonte de vida, segurança aos filhos, proteção do maligno, confiança e satisfação”. Este traz um aspecto de temor necessário para a segurança e vida plena dos cristãos que se assemelha à abordagem que Hobbes fez do temor do Estado. Um temor racional que traz benefícios ao cidadão civil. Esse temor estava baseado em um cálculo matemático. O humano fez uma reflexão chegando à conclusão de que o medo da punição do Estado é minimizada em comparação ao medo constante da morte violenta. Será mesmo que a busca de segurança mantida pelo temor garante a paz? Ou é exatamente esse temor que mantém o caos social? A segurança “só se afirma quando a ação que se desdobra na temporalidade é capaz de controlar a violência da contingência²¹” (SAFATLE, 2016, p. 100-1). Segundo Safatle (2016), a justificação de soberania do Estado depende exatamente da perpetuação do medo. Ele afirma que

medo e desamparo são, em sentido mais profundo, afetos produzidos pela expectativa de amparo diante da temporalidade produzida por uma contingência que nos despossui de nossa condição de legisladores de nós mesmos (2016, p. 191).

Aceita-se a contra violência estatal hobbesiana como legítima por ela limitar a violência desagregadora dos indivíduos – guerra de todos contra todos (SAFATLE, 2016). Dessa maneira, concluí que a teoria hobbesiana se reduziu à gestão do medo social.

De forma análoga ao que se passa com as leis da natureza (que são consideradas divinas para Hobbes), as leis do estado social de alguma maneira foram associadas ao poder do *Leviatã* descrito na Bíblia e, assim, ao sacramentar como divinas as leis de natureza observadas pela máquina estatal, o Estado ganha uma dimensão divina. As leis do *Leviatã* “são chamadas de leis de natureza, por serem ditadas da razão natural, e também leis morais, porque dizem respeito às maneiras e à convivência dos homens uns com os outros” (HOBBS, 2002, p. 121). Segundo Hobbes (2009), o ser humano tem a capacidade inata de buscar dentro de si, por meio a razão, de um cálculo matemático, caminhos que tendem à paz. Os seres humanos além de usar a razão natural precisam de um soberano forte suficiente para garantir segurança (HOBBS, 2009). Eles seguem as leis da

²¹ Contingência – imagem de uma temporalidade descontínua, imprevisível e incerta.

natureza que limitam as ações humanas à paz e comunicam com o soberano para expressarem seu desejo de segurança, com esperança de que o sentimento de medo permanente seja afastado de suas mentes.

Diante do exposto, verifiquei que o medo foi e ainda é uma estratégia fundamental de obediência às normas. Procurarei entender agora a função do elemento medo ou temor na teoria política do Estado hobbesiano.

2.2 PAPEL DO MEDO NA TEORIA DE HOBBS

As esferas que envolvem questões de ordem religiosa e política fizeram e ainda fazem do medo instrumento de dominação e controle social. A relação de dominação do poder político de Hobbes se tornou legítima por meio do medo e da força. Mas a dominação precisa de mais um elemento que, segundo Safatle (2016), é a esperança. “Poder é sempre, e também, uma questão de promessas de êxtase e de superação de limites. Ele não é só culpa e coerção, mas também esperança de gozo” (SAFATLE, 2016, p. 20).

Alguns especialistas de Hobbes destacam a relevância do papel do medo em sua teoria política. Ribeiro (1984, p. 14) conclui que as teses mais importantes de Hobbes afirmam que a condição natural da humanidade de “medo generalizado, de todos a todos; e das paixões que inclinam os homens à paz”. Limongi (2007, p. 135) cita um trecho *Do Cidadão*, em que Hobbes inova sua filosofia: “a origem das sociedades deve ser reputada pelo medo recíproco entre os homens e não, como se costuma pensar, pela boa vontade recíproca”. Essa associação se fez, teoricamente, pelo contrato voluntário entre as partes. De acordo com Ginzburg (2014), a filosofia política de Hobbes recebeu influências da época em que viveu e sua teoria seria uma sugestão para os problemas que seu país enfrentava. Vivia-se em tempo de guerras em que o risco de vida era constante e iminente. “Na Europa assolada pelas guerras de religião, na Inglaterra dilacerada pelos conflitos entre rei e Parlamento, a paz se mostrava a Hobbes como o bem supremo, merecedor de qualquer sacrifício [...]” (GINZBURG, 2014, p. 16). Como busquei demonstrar Hobbes refletiu em sua filosofia política o medo da guerra civil e a esperança de viver seguro por meio da proteção de um poder soberano.

A categoria medo foi abordada por Hobbes com muita coragem, já que o medo, na época, era visto como sentimento vergonhoso (DELUMEAU, 1989).

Ribeiro (1984) destaca que a vida e a obra de Hobbes foram pontuadas pelo medo, iniciando pelo seu nascimento marcado por inúmeros alarmes falsos da invasão espanhola. Outro momento que se percebe o medo em Hobbes foi em 1640 em que ele foi o primeiro a fugir temendo um Parlamento hostil ao governo do rei (Ribeiro, 1984). Hobbes temia ser punido por escrever obras que abordavam o tema religião, já que na época os considerados hereges eram mandados à fogueira.

No século XVII, período em que Hobbes formulou sua teoria, havia a incompatibilidade entre as paixões: coragem e medo. Nesse período, segundo Delumeau (1989), a imagem dos príncipes era de uma figura forte e corajosa capaz de oferecer proteção às pessoas comuns. A coragem dos príncipes sempre foi muito exaltada no romance e no teatro. O tema medo era pouco mencionado e, quando notado, era para caracterizar os indivíduos fracos (DELUMEAU, 1989). No frontispício do *Leviatã*, há uma imagem aristocrática que une as características de um nobre com os músculos e destreza de um corajoso guerreiro. Esse guerreiro brande, em uma das mãos, a força de uma espada e na outra o básculo episcopal, simbolizando o domínio de todos os poderes. O corpo do Leviatã é constituído pela união das imagens das pessoas. Uma unidade representando uma multidão. Ao olhar para o todo não se vê a singularidade de cada um, apenas a imagem de um gigante poderoso que inspira temor e obediência.

O medo, durante muito tempo, foi disfarçado e, muitas vezes, ocultado. O sentimento de medo se imbricava com a ideia de culpa e pecado. A história do medo está relacionada com “a história de sua culpa nos contextos culturais que valorizavam prioritariamente a coragem militar” (DELUMEAU, 2007, p. 40). O medo não era visto como um sentimento comum a todos os seres humanos, apenas os plebeus sentiam medo, logo, entende-se que precisavam da proteção de um príncipe corajoso (DELUMEAU, 1989).

Segundo Delumeau (2007), o medo representava a legitimação da submissão dos pobres. Percebi que quem detinha o poder manipulava o povo, utilizando o medo como instrumento de submissão. Hobbes tratou da categoria medo e se apropriou da ideia de que o medo da punição do Estado era melhor do que o medo constante da morte violenta. O medo do castigo na época medieval mantinha a coesão social.

Hobbes conceituou a coragem, que é o oposto do medo, de duas formas. Primeiramente de maneira ampla, sendo “a ausência de medo na presença de

qualquer mal que seja” e de maneira mais comum como “desprezo dos ferimentos e da morte, quando estes desafiam um homem no caminho em direção dos seus fins” (HOBBS, 2002, p. 59). Logo, entendi que coragem seja um atributo dos mais destemidos, daqueles que lutam para obter e manter o poder.

A sensação de medo esteve presente na maior parte da vida de Hobbes. Talvez, essa declaração de medo que ele faz em sua autobiografia seja uma estratégia para teatralizar e ressaltar a importância do Estado. Seu nascimento prematuro, segundo ele, foi provocado pelo medo do ataque da Invencível Armada Espanhola. Acredita-se que seja um argumento para salientar o caos que se vivia na época e a necessidade de justificar o poder absoluto do Estado (NOVAES, 2007).

A teoria do Estado hobbesiano surgiu da necessidade de preservação de um direito fundamental, o direito à vida, que corria risco constante de morte violenta. Isso segundo o estado de natureza criado por Hobbes. Por medo e pela razão, o humano fez um cálculo, ou viver apavorado com a ameaça da morte violenta ou viver temeroso com a punição do Estado, e optou pelo medo mais previsível, delegando todos os poderes ao soberano, que pode ser um Estado ou uma assembleia. Em troca de segurança abdicou da liberdade. Surgiu uma justificativa razoável para a perda da liberdade: a busca de segurança. Segundo Safatle (2016, p. 17) a liberdade tal como é compreendida em sociedades cujo modelo de inscrição

se dá a partir da determinação de sujeitos sob a forma de indivíduos é paga pela definição do outro como uma espécie de ‘invasor potencial’, como alguém com quem me relaciono preferencialmente através de contratos que definem obrigações e limitações mútuas sob os olhares de um terceiro.

Logo, a gestão e produção social do medo, que regem o sistema político de Hobbes, estavam baseadas na institucionalização de liberdades individuais (SAFATLE, 2016).

O Estado hobbesiano teve origem no medo da morte violenta e da esperança de viver seguro e satisfeito. Porém, o elemento medo persistiu na teoria de Hobbes, só que dessa vez, o medo tem aspecto previsível, logo, o medo foi minimizado. O poderoso Estado hobbesiano inspira medo apenas quando desobedecido. As pessoas obedecem às leis por medo da punição. Hobbes (1997) afirmou a necessidade de um poder visível capaz de forçar o cumprimento de seus pactos por meio do medo do castigo. Segundo Ribeiro (1984), o medo no Estado hobbesiano é um medo matizado, mantém os súditos apenas temerosos.

Teoricamente, quem obedecer às leis do Estado não terá problemas.

Hobbes (2006) entendeu que o medo levou as pessoas a se protegerem e até mesmo a fugirem. Ele próprio, em alguns momentos de sua vida, se viu obrigado a fugir de sua pátria. Segundo ele, as grandes sociedades se originaram do medo. A delegação dos direitos era devido ao “medo mútuo que nutriam uns pelos outros” (HOBBS, 2006, p. 32). Esse medo tem origem na condição de igualdade dos homens por natureza e na necessidade de preservação da vida. O ser humano, para Hobbes, era um ser em movimento, ser movido por paixões. “Todo homem deseja o que para ele é bom, buscando fugir do que é mau, e acima de tudo, do maior dentre os males naturais: a morte” (HOBBS, 2006, p. 34). Hobbes adotou a doutrina estoica das paixões, segundo a qual “as paixões são movimentos de aproximação (apetite) ou fuga (aversão) de um objeto em virtude de uma opinião, boa ou má, que se tem a seu respeito” (LIMONGI, 2007, p. 137). Nesse sentido, as paixões são movimento e opinião. “Toda ação voluntária de que as paixões são o começo são primeiramente imaginadas, consistindo a paixão nessa imaginação” (LIMONGI, 2007, p. 139).

Hobbes definiu *conatus* como o início do movimento voluntário das paixões. Silva (2009) menciona que, para Hobbes, *conatus* era a mola que imprimia movimento ao corpo e que as paixões eram como uma “reação indireta da ação dos objetos externos que afetavam os sentidos e provocavam as sensações, e que os resíduos ou o declínio dessas sensações eram chamados de imaginação” (SILVA, 2009, p. 83). A imaginação age na formação das paixões fornecendo conteúdo. “A imaginação nada mais é, portanto, do que uma sensação diminuída, e encontra-se nos homens, tal como em muitos seres vivos, quer estejam adormecidos, quer estejam despertos” (HOBBS, 1997, p. 34). “A imaginação recebe o conteúdo experimental e, posteriormente, trabalha esse conteúdo em um cálculo de apetites e aversões (deliberação) de modo a produzir uma ação” (SILVA, 2009, p. 80). O objeto é captado pelos sentidos e produz aparências diversas. Segundo Hobbes (1997), a sensação é uma ilusão originária provocada pelo movimento das coisas exteriores nos órgãos do sentido.

“Os desejos e outras paixões do homem não são em si mesmos um pecado. Nem tampouco o são as ações que derivam dessas paixões, até o momento em que se tome conhecimento de uma lei que as proíba [...]” (HOBBS, 1997, p. 110). Hobbes afirmou que as paixões que movem os indivíduos em defesa da própria vida

não serão vistas como injustas. Não existindo lei, o comportamento violento dos humanos é devido à igualdade natural deles. Segundo Limongi (2002), dessa situação de igualdade surge a disputa, a busca de cada vez mais poder, que é um comportamento razoável e justificável diante dessa situação. “A natureza fez os homens tão iguais quanto às faculdades do corpo e do espírito [...]” (HOBBS, 1997, p. 107).

Na natureza do homem, segundo Hobbes (1997), encontram-se três causas de conflito e guerra: competição, desconfiança e glória. E a competição por poder e glória tornou a vida insustentável no estado hipotético de natureza. A disputa pela posse do poder gerou desconfiança, todos os humanos eram supostos inimigos que poderiam roubar e tirar a vida um do outro. Desse estado de “guerra de todos contra todos” surgiu a necessidade da instauração de um Estado forte o suficiente para impor respeito e temor garantindo, assim, a paz e a segurança.

O medo é um sentimento que provoca angústia e exige segurança e esperança. Nesse sentido, ele tem o poder de unir as pessoas. Além de o medo manter as pessoas unidas, ele também suscita a obediência. O medo da morte é o maior dos medos humanos. A incerteza da vida após a morte angustia de alguma maneira os indivíduos. E como a ciência não conseguiu formular resposta satisfatória para essa incógnita, cabe à religião fornecer o consolo. O medo religioso está relacionado, entre outras coisas, com a ideia de pecado e julgamento final. Diante da morte, a religião propõe a vida eterna. No entanto, essa vida após a morte está relacionada com a conduta moral adotada por cada um (a), podendo variar entre boa ou ruim. Hobbes (1997) destacou que, quem tiver uma vida regrada nos ensinamentos cristãos exemplificados nas Escrituras, poderá alcançar a salvação. A vontade de obedecer às leis de Deus implica um afastamento do pecado (HOBBS, 1997).

A coexistência do medo das punições divinas e a esperança das recompensas divinas reforçam a observância das leis na teoria hobbesiana. As leis de natureza são também consideradas leis divinas (HOBBS, 2002). Há várias leis de natureza, mas a principal e que dá origem às demais é a primeira lei de natureza. Uma lei de natureza é um preceito para obter a paz. A primeira lei de natureza traz a seguinte regra: “todo homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la, e caso não a consiga pode procurar e usar todas as vantagens da guerra” (HOBBS, 1997, p. 114). Para Hobbes, a razão é um cálculo

matemático que sugere normas de paz.

Quando alguém raciocina, nada mais faz do que conceber uma soma total, a partir da adição de parcelas, ou conceber um resto a partir da subtração de uma soma por outra; o que (se for feito com palavras) é conceber da consequência dos nomes de todas as partes, para o nome da outra parte (HOBBS, 1997, p. 51).

Hobbes (2002) mencionou que os princípios da lei de natureza parecem estar confirmados em alguns trechos da Escritura. Com essa afirmação, ele fez uso da Escritura para reforçar a obediência a Deus e, conseqüentemente, a obediência civil, já que ele conseguiu fazer uma associação entre as duas. Nesse sentido, ele concluiu que a “doutrina de Cristo, nosso Salvador, envolve o cumprimento da lei em favor da paz” (HOBBS, 2002, p. 122). A razão foi dada ao homem pelo Todo-Poderoso para que ela fosse uma luz para ele (HOBBS, 2002).

2.3 O MEDO COMO MECANISMO DE CONTROLE E DOMINAÇÃO SOCIAL

O medo apresenta tanto aspectos positivos quanto negativos, dependendo da perspectiva abordada. Positivamente, tem função de preservação da vida, que é o maior bem. O medo apresenta aspecto positivo quando não impede que o ser humano viva plenamente. Quando o medo é de sinal de alerta serve de proteção aos perigos reais. Ele tem um caráter protetivo nas tomadas de decisões que envolvem riscos ao humano.

O medo é o que referenda a lei dos tiranos, que não se detêm diante das regras de convivência e respeito pelo outro. O medo torna o governante, a pretexto de proteger seus súditos de ameaças externas ou internas, absoluto em seu poder (NOVAES, 2007, p. 94).

O aspecto negativo engloba o medo absoluto imposto pela lei do medo. A lei do medo é inquestionável e não pode ser transgredida, a “transgressão sempre é paga com a morte” (NOVAES, 2007, p. 95). O medo limita as ações humanas.

A lei do medo deixa o humano “à mercê da violência banal, prestes a ser abatido por qualquer motivo, pelas mãos de qualquer um” (NOVAES, 2007, p. 95). Essa lei é muito utilizada pela política para subjugar os oprimidos. Quem pretende deter o poder emprega o medo para manter o povo sob controle. Por medo, as pessoas obedecem e agem conforme os interesses dos manipuladores do poder. O detentor do poder inculca a ideia de subjugação de forma tão eficiente, que passa a

ser natural uma postura que só favorece aos dominadores, naturaliza a obediência e esta se torna inquestionável.

O conceito de poder ajuda a entender a paixão do medo em Hobbes. “Poder de um homem consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem futuro” (HOBBS, 1997, p. 83). Para Hobbes (1997, p. 83) “qualquer qualidade que torna um homem amado, ou temido por muitos, é poder; porque constitui um meio para adquirir a ajuda e o serviço de muitos”. Poder é “toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1991, p. 33). “O conceito relevante de poder é o do poder de um homem sobre outro, a paixão relevante é aquela que nasce das relações entre os homens e produz nesse plano seus efeitos” (LIMONGI, 2007, p. 146). Para Hobbes (1997, p. 83), “a reputação de poder é poder, pois com ela se consegue a adesão daqueles que necessitam de proteção”. Quem goza de opiniões favoráveis a seu respeito acumula poder. A boa reputação credita poder. Hobbes (1997) afirmou que o maior dos poderes humanos é o poder de um Estado, que é constituído pela união dos poderes do povo.

No exercício do poder, em algumas situações, o governante emprega o uso da força que é um instrumento legítimo de dominação utilizado pelo Estado, sendo ele, o Estado, o detentor exclusivo desse instrumento, uma vez que os súditos delegaram todos os direitos a ele e, para garantir a segurança e a paz de todos, o concederam a possibilidade do uso da força. Pela força e pela espada, o soberano impõe a ordem e o respeito às leis. A exibição de poder e força, no *Leviatã*, favorece a observância de suas leis. Porém, é condição indispensável que o soberano satisfaça a vontade de proteção do povo.

Para Hobbes, a dominação tinha origem política e era fundamentada na adesão ao contrato. Segundo ele, os indivíduos, por meio da razão, decidiram voluntariamente abdicar dos direitos em prol de segurança. A saída mais racional foi a transferência de poderes a uma autoridade com poder e força suficientes para garantir proteção e paz a todos os indivíduos. A paz se mostrava a Hobbes como o bem supremo: merecedor de qualquer sacrifício (GINZBURG, 2014). Por medo da morte violenta no estado hipotético de natureza hobbesiano, as pessoas abdicam da liberdade em função da preservação da vida.

Ginzburg (2014) menciona que, ao traduzir a história da Guerra do Peloponeso de Tucídides, Hobbes pode ter se inspirado na Atenas devastada para

criar seu estado hipotético de natureza. Encontra-se uma semelhança entre os dois, ambos vivem em um estado sem lei. Em Atenas ocorreu a dissolução das leis em decorrência da peste.

O medo dos deuses ou as leis humanas já não representavam um freio, de um lado porque aos olhos deles o respeito aos deuses ou a irreverência eram agora a mesma coisa, uma vez que viam todos morrerem do mesmo modo; de outro lado porque, tendo cometido faltas, ninguém esperava se manter vivo até o julgamento e a prestação de contas (GINZBURG, 2014, p. 20).

Ginzburg (2014) salienta que a tradução que Hobbes fez em inglês da Guerra do Peloponeso se distancia do texto em grego, demonstrando assim a incidência de sua própria interpretação. Segundo Ginzburg (2014, p. 21) há uma alteração na tradução de Hobbes do texto de Tucídides. Este afirma que “o medo dos deuses ou as leis humanas não representavam um freio e aquele que escreveu que nem o temor dos deuses nem as leis dos homens incutiam sujeição”. Assim, conclui que o centro da filosofia moral de Hobbes era o temor; um temor que inspira respeito e reverência.

O medo foi e continua sendo uma estratégia de controle social utilizada pelos governantes. No passado, o medo não era muito discutido. Segundo Ferreira (2010), o silêncio a respeito do medo na história era uma forma de justificar o poder que os dirigentes detinham. Um recurso para ludibriar o povo e naturalizar a ideia de que os governantes eram dignos de todo o poder que detinham nas mãos. Um dos pontos que é preciso entender é o medo do outro, sua origem e como ele se relaciona com toda essa discussão.

2.4 O MEDO DO OUTRO

Hobbes confessou que sentia medo, e esse medo era do outro. Segundo ele, antes da inserção do ser humano no Estado social, todos teriam direito a tudo e devido a essa condição de igualdade a guerra e o caos estariam instalados. A tendência de quem sente medo é provocar medo nas outras pessoas e Hobbes enfatiza que a condição de medo constante da morte violenta provém do outro. Delumeau (2007, p. 47) afirma que um grupo ameaçado, ou que acredita estar ameaçado, tem a tendência de ver inimigos por toda a parte, passando “a se tornar totalitário, agressivo e a reprimir todo desvio, até mesmo qualquer veleidade de

discussão”.

A passagem do estado de natureza para o Estado social ocorre por meio da associação entre as pessoas, e essa associação se faz pelo contrato social. Um contrato celebrado entre os indivíduos e o Estado. “É o medo que dá sustentação às relações contratuais em que consistem os vínculos civis” (LIMONGI, 2007, p. 135). O medo do outro no estado hipotético de natureza hobbesiano motivou a adesão ao contrato. Segundo Silva (2009), o advento do Estado tem a finalidade de restabelecer a coesão social, diante de uma situação em que o enfrentamento com o outro tinha chegado a um ponto em que a dispersão era maior do que a cooperação. Logo, a liberdade que os indivíduos teriam direito nesse estado não poderia ser usufruída, já que o medo constante do outro imperaria.

Quem é o outro no estado de natureza? O outro na condição de natureza provoca medo. Esse outro é um ser humano concreto, que é acessível à face. O medo do outro revela alteridade. O outro é um estranho que angustia, que provoca, interpela e desafia. Adota-se uma ação defensiva diante desse outro, que se torna na imaginação de uma pessoa, um inimigo em potencial. Já no Estado social, proposto por Hobbes, o outro é o absolutamente Outro, um ser que transcende. O Estado é reconhecido como diferente pelos súditos, ele é detentor de um poder superior. Os poderes alimentam a esperança das pessoas de viverem seguras e satisfeitas. Ele impõe suas leis e os outros obedecem. O outro passa a ser aquilo que o soberano gostaria que fosse. A política do medo utilizada pelo Estado hobbesiano é uma forma de impor o eu do soberano sobre os demais indivíduos.

O diferente surpreende e paralisa. A paralisia súbita diante do totalmente Outro caracteriza o mito. O Leviatã também surpreende e paralisa os súditos. Logo, ele é visto pelos súditos como autoritário. O sagrado tem uma função salvífica. Há uma tensão entre imanência e transcendência (BELLO, 1998). Quando a vida humana está ameaçada, a salvação está relacionada à sobrevivência e, também, a uma salvação como vida além da morte (BELLO, 1998). O Leviatã, com todo seu poder, garante a salvação terrena e com suas regras mantém as pessoas no caminho da salvação eterna.

Hobbes comparou o Estado ao monstro marinho descrito no livro de Jó, cujo poder é irresistível.

O monstro simboliza o guardião de um tesouro, como o tesouro da imortalidade, por exemplo, isto é, o conjunto das dificuldades a serem vencidas, os obstáculos a serem superados, para se ter acesso, afinal, a esse tesouro, material, biológico ou espiritual. O monstro está presente para provocar ao esforço, à dominação do medo, ao heroísmo (CHEVALIER, 2007, p. 615).

Nesse sentido, entendo que o sacrifício da perda dos direitos implicará em uma recompensa, a salvação terrena. E o monstro está presente para garantir que os indivíduos se esforcem e mantenham uma postura correta. A salvação terrena é garantida pelo medo que o Estado hobbesiano inspira. Todo o esforço na observância às leis de natureza e às leis civis será recompensado e todo pecado será punido. O medo do outro, nesse caso, se refere ao medo do absolutamente Outro, do transcendente.

Hobbes tentou comparar a relação dos súditos com o soberano e com a relação dos fiéis com Deus. Ginzburg (2014) entende que a relação entre as pessoas e o soberano é de sujeição e terror, idêntica à que era disseminada pela religião. O emprego do mito bíblico reforçou o poder do Estado. Hobbes fez uma comparação do poder de Deus com o poder do Estado, que, para ele, era uma espécie de deus mortal, a segurança terrena se deve a ele. Para Soboleski (2011), Hobbes tinha o propósito de ligar a religião ao dever de obedecer ao Estado. Ele definia que o papel político da religião na obra *Leviatã* era o de apontar a obediência. O Estado é uma espécie de deus aqui na Terra, que pune com seu poder soberano e, mesmo assim, o ser humano confia nele para protegê-lo. O livro de Jó encaixa na teoria de Hobbes no sentido de que o personagem bíblico Jó tinha consciência de que não era nada diante do poder soberano de Deus e apenas queria a submissão. Apesar de confiar que o estado irá oferecer proteção, o ser humano se aflige e sofre com o que, para ele, é um dos piores medos: o medo da morte, que será descrito a seguir.

2.5 O PIOR DOS MEDOS: O MEDO DA MORTE

De maneira geral e espontânea todo humano sente medo. O medo é uma sensação de caráter negativo e que pode provocar sofrimentos (NOVAES, 2007). É uma sensação inata do humano, que o acompanha em toda a sua trajetória. O medo decorrente de uma condição em que se entrecruzam a curiosidade e a ignorância é

perpétuo (LIMONIG, 2007). “O medo é um sentimento negativo presente causado pela ideia de um sentimento negativo futuro ou potencial” (NOVAES, 2007, p. 20). “O medo é fundamentalmente o medo da morte” (DELUMEAU, 2007, p. 41).

A Inglaterra na época de Hobbes era um país protestante e, segundo Delumeau (2003), até para os protestantes a morte deve ter sido difícil devido à importância que foi atribuída ao julgamento. Os moralistas religiosos aproveitam do medo da morte para fazer com que as pessoas pensem menos em diversão e se preocupem mais com a salvação (NOVAES, 2007). A morte envolve sensações diversas, ao mesmo tempo em que é uma certeza e, também, um mistério. Não se sabe quando, como e onde. Esse mistério causa angústia e desespero.

Segundo Chevalier, a morte, enquanto símbolo: “é o aspecto precível e destrutível da existência” (2007, p. 621). Além de a morte ser uma ameaça à continuidade das relações humanas, ela também coloca em cheque os pressupostos que ordenam a sociedade (BERGER, 1985).

A imagem que se tinha de Deus era de um Deus onipresente na vida cotidiana e disposto a utilizar a própria criação contra os homens pecadores (DELUMEAU, 2003). Segundo Delumeau (2003), se acrescentar essa imagem de Deus à doutrina do pequeno número de eleitos se chega aos sermões extremistas, com os quais os puritanos da nova Inglaterra assustavam as crianças:

Lembra-vos da morte, pensai muito na morte, imaginai o que será um leito de morte. A vida é precária, deveis separar-vos de vossos pais. E o que acontecerá no dia do julgamento se virdes vossos pais partindo para o paraíso, enquanto sereis mandados para o inferno, choro e ranger de dentes (RANNOU *apud* DELUMEAU, 2003, p. 352-3).

Além dos devotos, alguns religiosos como o teólogo luterano Tileman Heshusius conheceram a apreensão até as vésperas da morte por causa dos julgamentos de Deus: “De todos os males, a morte é o mais terrível. É preciso submeter-se a essa tirania com medo e tremor. É a perspectiva da condenação eterna que causa o medo e a angústia da morte” (HERHUSIUS *apud* DELUMEAU, 2003, p. 353-4). Tanto a Reforma, quanto as atividades de Roma, insistiam no tema da terrível morte dos pecadores, isso provocava medo, perturbação e angústia e o antídoto para esse sofrimento seria a fé (DELUMEAU, 2003). “O medo da morte, que é sempre medo do desconhecido, ocupa grande parte de nossa capacidade de simbolização na esperança de dominar aquilo que, mais cedo ou mais tarde, nos

aniquilará” (NOVAES, 2007, p. 90). Limongi (2007) acredita que a força do argumento retórico do medo da morte violenta move o medo de forma a aceitá-lo. A autora alega necessidade de se ter a cultura do medo religioso sob o medo da morte violenta para se buscar a paz.

2.6 MEDO RACIONAL

Hobbes salvou o ser humano do medo da morte violenta e o expôs à outra cultura de medo, o medo da espada e da força do Estado. O centro da teoria hobbesiana girou em torno da troca do medo permanente e imprevisível pelo medo racional, previsível. Assim, o medo é vencido pelo conhecimento. Porém, o medo ainda é necessário para a manutenção da ordem, o medo funda as obrigações. “O medo é, assim, ao mesmo tempo, além do motivo que nos engaja no projeto de instituição de vínculos jurídicos de obrigação e dever, um obstáculo a essa instituição e um instrumento ao qual se recorre para viabilizá-la” (LIMONGI, 2007, p. 150). Racionalmente, por meio de um cálculo, se opta por um medo instituído voluntariamente, pois “[...] a massificação da morte violenta pelas guerras de religião impõe a reflexão sobre a autopreservação” (NOVAES, 2007, p. 114). O temor racional que impulsiona o ser humano a renunciar seus direitos tem o semelhante como causa (NOVAES, 2007). “É porque todos os homens são iguais, porque não há nenhuma superioridade de natureza que deva levá-los a reverenciar mais uns do que outros. É por isso que é lógico que todos obedeçam respeitosamente a um mestre” (NOVAES, 2007, p. 59). O sentimento de medo, nesse sentido demonstrado por Novaes teria um aspecto positivo, isto é, protegeria o humano da morte violenta. Por outro lado, ao substituir o medo da morte violenta pelo medo do poderoso Estado hobbesiano o ser humano teria sua liberdade restringida. O poder soberano impediria, por meio da força, atos contrários à sua vontade.

O medo racional não é um medo supersticioso (NOVAES, 2007). “O medo em Hobbes é, ao mesmo tempo, motor e parâmetro principal do cálculo político” (NOVAES, 2007, p. 175). Hobbes revolucionou ao dar um tratamento diverso do tradicional ao medo. Ele conferiu ao medo uma dignidade racional superior (NOVAES, 2007). O medo pode vir a ser uma paixão positiva por artifício contribuindo com a felicidade humana (NOVAES, 2007). “De certa maneira o medo é necessário quando se trata de uma sadia antecipação dos perigos, às vezes bem

reais, que nos ameaçam” (DELUMEAU, 2007, p. 49). O medo racional se trata de um cálculo, em que ocorre a troca da liberdade natural pela segurança do Leviatã (NOVAES, 2007, p. 113).

A iconografia política evocada no frontispício de *Leviatã* traduz o medo em Hobbes. Segundo Ribeiro (2003), as espécies são pelo menos três, a saber: primeiramente, o medo da morte no estado de natureza, depois de instituído o Estado; o medo em relação ao seu poder; e, por último, o medo da morte misturado ao medo do que vem depois da morte (e que engendra a religião). O cerne da filosofia de Hobbes era o medo que se manteve presente em todos os âmbitos da vida humana, antes do Estado social, o medo do poder soberano e o medo do pós-morte. Todos esses medos incutem a sujeição. Novaes (2007) observa os efeitos das diferentes figuras do medo. “E, se o medo do desconhecido culmina numa relação de obediência, ainda que mal fundada, do medo recíproco entre os homens resulta, ao contrário, uma disposição para a desobediência e a desordem civil” (NOVAES, 2007, p. 147).

O medo fornece sustentação para as relações contratuais. No *Leviatã*, Hobbes (1997, p. 141) ressaltou a necessidade do elemento medo para validade dos contratos, “quando não há um poder visível capaz de manter em respeito, forçando-os (homens), por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos”. O medo da espada é essencial para a validade do contrato. “E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar a menor segurança a ninguém” (HOBBS, 1997, p. 141). Hobbes encontrou no medo a potencialidade “que impulsiona as pessoas a concordar entre si, por recurso à razão, sobre a melhor alternativa para a paz, a despeito de todas as suas demais divergências acerca do bem e do mal” (NOVAES, 2007, p. 114). “É o medo o que se encontra na origem da garantia da ordem social e da proteção pública da vida” (NOVAES, 2007, p. 114). Hobbes foi defensor da soberania única, cabendo ao governante “a condução das almas naquilo que diz respeito ao público, ao bem comum” (NOVAES, 2007, p. 115). O soberano define o que é certo e errado e produz a lei.

Hobbes definiu o medo de forma distinta em suas obras, no *Leviatã* ele conceitua como uma aversão conjunta à opinião de um dano proveniente do objeto. Na obra *Elementos da lei*, como a expectativa de um mal. No *De homine*, como a concepção de um bem, juntamente com a dos meios pelos quais se pode perdê-lo ou dos males que o acompanham. Em todas essas definições, o medo “consiste na

opinião, acompanhada de desprazer, de que algo pode nos fazer mal” (NOVAES, 2007, p. 142). “A razão primeiramente conhece o medo como parte da condição humana, suas causas e consequências, para então usá-lo para fundar obrigações e calcular deveres, garantindo com isso uma paz duradoura” (NOVAES, 2007, p. 151-2). O medo racional garante a segurança e a paz. Todas as facetas expostas neste capítulo levam a sensações de insegurança reais ou imaginárias que, associadas à religião, podem justificar a legitimação do poder do Estado soberano.

2.7 MEDO DOS PODERES INVISÍVEIS

Como já foi mencionado, a religião, no século XVII, tinha função central na vida e na organização da sociedade. Segundo Berger (1985, p. 38), “a religião é um empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmo com o sagrado”. O sagrado confere significado às experiências humanas, colocando a vida humana em uma ordem. Os mundos que o ser humano constrói estão ameaçados, constantemente, pelas forças do caos e pela realidade inevitável da morte. A religião tenta conceber o universo como humanamente significativo (BERGER, 1985). Segundo Otto (1985), o sagrado desperta medo. O terror do mistério do totalmente Outro é um motivo condutor do encontro com o sagrado (BERGER, 1985). Um mistério que faz tremer. A incapacidade de manipular o sagrado gera medo. Ao mesmo tempo em que o sagrado atrai, ele também repele. O elemento terrível era a essência da religião (CRAWFORD, 2005). Segundo Crawford (2005, p. 28) “temor, majestade, energia, mistério são todos elementos presentes na experiência do Totalmente Outro”. Otto trabalha a alteridade do sagrado, o totalmente Outro nunca se deixa captar por completo. Tão perto e tão longe ao mesmo tempo. O mito bíblico do monstro Leviatã, utilizado por Hobbes, espalha medo por onde passa (Jó 41,22). O temor em Jó é mais do que um simples temor, “tem alguma coisa de espectral” (OTTO, 1985, p. 19). Um temor sobrenatural. O mito é uma forma de acesso indireto ao mundo espiritual. Tem o poder de ligar o ser humano com a transcendentalidade do sagrado. O uso do mito Leviatã sacraliza o Estado hobbesiano. Por meio do sagrado, a obediência destinada à lei de Deus é estendida às leis do Estado. Os homens cultivaram as sementes da religião e colheram obediência (LIMONGI, 2007).

Hobbes descreveu o medo artificial como o medo religioso (NOVAES, 2007).

Novaes (2007) afirma que o medo religioso é rebelde à racionalização política, pois se baseia em uma salvação que não é objeto de experiência. Para ele, o medo do inferno, dos espíritos, dos fantasmas e do juízo final consiste em medo indefinido, incontrolável e destrutivo do que é benéfico na sociedade civil. Novaes defende que o máximo que o medo político hobbesiano pode alcançar é a morte do corpo físico. Não acredito que Hobbes tenha refutado toda tese teológica da sua teoria. O ser humano espera que as coisas sagradas manifestem o divino e introduzam ordem e coesão daquilo que se julga real (MESLIN, 2014). Ele apropriou da força do símbolo sagrado do monstro bíblico Leviatã para reforçar o poder e o Estado e ele utilizou de alguma forma, o sagrado para legitimar sua teoria. A religião tem um papel de provocar mudança na dimensão política (CRAWFORD, 2005). A teoria hobbesiana oferece segurança, logo, presume-se salvação. De fato, Hobbes acreditava que o mal supremo era a perda da vida, porém para que a teoria tivesse aceitação era preciso usar as Escrituras Sagradas como recurso retórico. “Tudo o que é necessário à salvação está contido em duas virtudes, fé em Cristo e obediência às leis” (HOBBS, 1997, p. 412). Hobbes utilizou o termo salvação associado com a palavra obediência às leis. Que leis seriam essas? Hobbes conceituou as leis de Deus como

as leis de natureza, a principal das quais é que não devemos violar a nossa fé, isto é, uma ordem para obedecer aos nossos soberanos civis, que constituímos acima de nós por um pacto mútuo. E esta lei de Deus que ordena a obediência à lei civil ordena por consequência a obediência a todos os preceitos da Bíblia, a qual é a única lei naqueles lugares onde o soberano civil assim o estabeleceu, e nos outros lugares é apenas conselho, que cada um, por sua conta e risco, pode sem injustiça recusar obedecer (HOBBS, 1997, p. 412-3).

Hobbes afirmou que as leis de natureza são leis morais e, também, leis divinas; isso “em consideração ao autor daquelas, Deus Todo-Poderoso; e devem, portanto concordar ou, pelo menos, não repugnar a palavra de Deus revelada na Santa Escritura” (HOBBS, 2002, p. 121). “As paixões que fazem os homens tenderem para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável e a esperança de consegui-las através do trabalho” (HOBBS, 1997, p. 111). O medo da morte e a esperança da paz impulsionaram o ser humano ao cumprimento das leis de natureza e essas são capazes de controlar as paixões humanas, deixando o homem mais humano e menos “lobo do homem”.

Hobbes elencou um rol de leis de natureza que aconselham o ser humano a conviver uns com os outros de forma pacífica. A primeira e fundamental lei de natureza consiste em procurar a paz e segui-la (HOBBS, 1997). As demais leis de natureza derivam da primeira e “dirigem nossos caminhos, seja para a paz ou para a nossa própria defesa” (HOBBS, 2006, p. 41). As leis de natureza ordenam exercitar a prática da virtude como caminho para a paz (HOBBS, 2006). Hobbes, nas obras *Os elementos da lei natural e política*, *Do Cidadão* e *O Leviatã*, enumerou algumas das leis de natureza relativas ao contrato. Essas leis são instruções derivadas da razão e que visam a preservação da vida. Limongi (2002, p. 38) afirma que para Hobbes as leis de natureza são “preceitos da razão que apontam os meios mais convenientes de assegurarmos as condições de uma vida satisfeita”. Esses preceitos não garantem apenas a sobrevivência humana, mas também possibilitam uma vida plena.

A segunda lei de natureza consiste em desapossar do direito que, por natureza, tem a todas as coisas e optar em fazer o que o Evangelho de Mateus 7,12 recomenda: “Portanto, tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós, porque esta é a lei e os profetas” (HOBBS, 2002, p. 124). Percebi que Hobbes empregou a regra de ouro de Jesus para instruir as ações humanas e mais, chega a mencionar que Deus pedirá um relato das instruções que se deveria ter seguido na peregrinação do ser humano, no dia do Juízo (HOBBS, 2002). Parece que Hobbes usou o medo que o sagrado provocava para inibir o movimento das paixões humanas negativas. A terceira lei de natureza é da justiça. Esta ordena “que os homens cumpram os pactos que celebrarem” (HOBBS, 1997, p. 123). Essa lei diz respeito ao cumprimento do que foi acordado.

A quarta lei é a da gratidão. Essa recomenda “que quem recebeu benefício de outro homem, por simples graça, se esforce para que o doador não venha a ter motivo razoável para arrepender-se de sua boa vontade” (HOBBS, 1997, p. 127-8). Refere-se ao respeito com quem lhe é generoso, priorizando o benefício em favor de si próprio. A quinta lei é a da complacência, e dita: “que cada um se esforce para acomodar-se com os outros” (HOBBS, 1997, p. 128). Essa lei destaca o esforço que o ser humano precisa fazer para apreciar a companhia de outros seres humanos. A sexta lei é a do perdão, que recomenda: “que como garantia do tempo futuro se perdoem as ofensas passadas, àqueles que se arrependam e desejem” (HOBBS, 1997, p. 128). Para que haja um futuro é necessário perdoar os

arrependidos. A sétima lei aconselha: “que na vingança os homens não olhem a importância do mal passado, mas só a importância do bem futuro” (HOBBS, 1997, p. 128). Entendi que é preciso focar no futuro e esquecer as perdas que não tem como ser recuperadas.

A oitava lei traz o seguinte preceito: “que ninguém por atos, palavras, atitude ou gesto declare ódio ou desprezo pelo outro” (HOBBS, 1997, p. 129). Hobbes, nessa lei, declarou a proibição da cultura de ódio pelo outro. A lei de igualdade é a nona: “que cada homem reconheça os outros como seus iguais por natureza” (HOBBS, 1997, p. 129). Fica claro o reconhecimento da igualdade entre os seres humanos, todos com os mesmos direitos e deveres. A lei da modéstia é a décima: “Que ao iniciarem-se as condições de paz ninguém pretenda reservar para si qualquer direito que não aceite que seja também reservado para qualquer dos outros” (HOBBS, 1997, p. 129). É necessário que todos renunciem determinados direitos de natureza em prol da paz. Décima primeira lei é a equidade: “se a alguém for confiado servir de juiz entre dois homens, que trate a ambos equitativamente” (HOBBS, 1997, p. 130).

Décima segunda lei é da comunhão: “que as coisas que não podem ser divididas sejam gozadas em comum, se assim puder; e, se a quantidade da coisa permitir, sem limite; caso contrário, proporcionalmente ao número daqueles que a ela têm direito” (HOBBS, 1997, p. 130). Define que os bens que não podem ser usados em comum sejam divididos equitativamente. A décima terceira lei prescreve: “que o direito absoluto, ou então a primeira posse, sejam determinados por sorteio” (HOBBS, 1997, p. 130). Especifica que no caso de impossibilidade de divisão do bem seja utilizado o critério de sorteio para a resolução do litígio. A décima quarta lei é a salvo-conduto e recomenda: “que todos aqueles que servem de mediadores para a paz seja concedido salvo-conduto” (HOBBS, 1997, p. 130). Que o mediador dos litígios tenha a sua segurança garantida pelo Estado.

As leis de naturezas acima citadas seriam as leis que Hobbes resumiu na obra *Leviatã*. No *Cidadão*, Hobbes enumerou mais de vinte leis e na obra *Os elementos da lei natural e política*, que foi a primeira obra em que ele citou as leis de natureza, ele reservou os capítulos III e IV para descrever treze leis de natureza. Essas leis são objetos de estudo nas três obras citadas acima. Dessa forma, percebi que Hobbes ressaltou a necessidade de regras para orientar o comportamento humano, visto que o ser humano é movido por paixões. Ele relacionou a obediência

às leis do Estado com a observância aos princípios das leis de natureza, que são, segundo ele, leis divinas. Assim, as leis do Estado se tornam sacralizadas. Para Hobbes (2002), a doutrina de Cristo envolve o cumprimento da lei em favor da paz e os que procedem com negligência e desprezo às leis de natureza serão punidos por Deus Todo-Poderoso. Para que o contrato tenha validade é preciso o respeito e o cumprimento a essas leis. As leis de natureza são inalteráveis (HOBBS, 2002). E são consideradas leis, porque foram entregues por Deus nas Sagradas Escrituras, pois “nas Sagradas Escrituras é o Verbo de Deus quem ordena em todas as coisas, através do maior dentre os direitos” (HOBBS, 2006, p. 69).

Embora Hobbes ataque a religião, destruindo os falsos medos gerados pela ignorância, ele não quis destruir o medo, ao contrário fez dele a própria base da origem do Estado (GINZBURG, 2014). Hobbes se apropriou do medo disseminado pela religião para justificar sua teoria. “O modelo delineado para explicar a origem da religião reaparece na página central do *Leviatã*, aquela que descreve a origem do Estado” (GINZBURG, 2014, p. 25). Ambas as instituições têm origem no medo e resultam da sujeição ou da reverência. O Estado hobbesiano incute sujeição. A força e o temor que emanam do *Leviatã* são estratégias utilizadas pelo Estado. “Para se apresentar como autoridade legítima, o Estado precisa dos instrumentos (das armas) da religião” (GINZBURG, 2014, p. 29-30). Ribeiro (1984) salienta que Hobbes fazia severas críticas ao clero por utilizar o medo do além como castigo aos maus, a eternidade dos tormentos seria uma arma da Igreja. O castigo está relacionado a toda transgressão das leis de Deus que gera medo e temor.

Dessa exposição depreendo que o medo presente na condição humana é consequência da perspectiva de afastamento das leis de Deus. Assim, percebi que ao associar a obediência às leis divinas com a obediência às leis do Estado, Hobbes garante não somente a salvação terrena como, também, a salvação eterna que o cristão almeja.

CAPÍTULO 3

MEDO E LEGITIMAÇÃO DO PODER NO LEVIATÃ.

“O medo dos poderes invisíveis, inventados ou imaginados a partir de relatos chama-se religião”.

Thomas Hobbes

O objetivo principal deste capítulo é mostrar a maneira como, no *Leviatã*, Hobbes buscou transferir de Deus para o Estado soberano o medo que o povo tinha, de modo a evitar a morte violenta e, conseqüentemente, a danação eterna. Como já visto no capítulo primeiro, o século XVII foi um período em que o medo da morte eterna era presente e gerava riqueza para quem mediava o diálogo com o divino. O ponto central da época era o medo do pós-morte, do inferno e do purgatório. Hobbes alertou sobre a necessidade da observância às leis de natureza para se alcançar a salvação no dia do juízo final. Ele não acreditava no purgatório e sim na segunda morte, a morte definitiva. Seu discurso foi alimentado pela crença do Cristianismo na ressurreição. Este fator religioso influenciou a construção do conhecimento de Hobbes que oferece uma máquina estatal capaz de assegurar a salvação terrena pela obediência às leis de natureza e garantir uma futura salvação eterna.

Conforme foi exposto no capítulo anterior, a primeira lei de natureza ou lei divina traz o preceito que leva à paz. Segundo Hobbes (2002, p. 121), a lei divina está localizada na razão, tendo como fundamento o Salmo 40,8: “a tua lei está dentro do meu coração”. Assim, ao analisar o discurso de Hobbes (2002), a lei de natureza busca, na razão, os princípios que tendem à paz. Concluo, diante do exposto, que o preceito de buscar a razão se localiza nas Escrituras. Logo, o elemento religioso estava presente na teoria hobbesiana. O racionalismo imbricou-se com o elemento religioso. Propus realizar uma análise de discurso nos enunciados de Hobbes amparada na epistemologia de Foucault.

Segundo Foucault (2000), o enunciado nunca está livre, neutro e independente, ele sempre se localiza em um lugar especificado. Verifiquei que ao ancorar Hobbes em seu tempo e espaço, esse contexto cultural e religioso fez parte da constituição de sua subjetividade repercutindo na construção da realidade vivida por Hobbes.

Esse fato pode ser percebido ao se analisar sua obra e sua interpretação

das leis. Para Hobbes a lei civil não é um conselho, é uma ordem. Hobbes (1997) divide as leis em naturais e positivas, as naturais são as leis morais que existem desde toda a eternidade e as positivas podem ser humanas ou divinas.

As leis positivas divinas (pois sendo as leis naturais eternas e universais são todas elas divinas) são as que, sendo os mandamentos de Deus (não desde toda a eternidade, nem universalmente dirigidas a todos os homens, mas apenas a um determinado povo, ou a determinadas pessoas), são declaradas tais por aqueles a quem Deus autorizou a assim declará-las. [...]. Deus pode ordenar a um homem, por meios sobrenaturais, que comunique leis aos outros homens (HOBBS, 1997, p. 219).

Hobbes cita a passagem bíblica do pacto entre Abrão e Deus para evidenciar a obediência dos súditos às ordens do Estado já que eles não receberam uma revelação segura relativa à vontade de Deus. “Este é o pacto que deves observar entre mim e ti, e tua semente depois de mim” (HOBBS, 1997, p. 220). Ao analisar este discurso fica nítido o uso da Escritura para sacralizar as leis do Leviatã. Hobbes construiu o enunciado com base em interpretações de suas experiências que são estabelecidas pelas relações de poder. Foucault (2007) afirma que o poder passa pelos indivíduos, assim deve ser analisado como algo que atua e se exerce em cadeia. Os indivíduos, para Foucault (2007), exercem e sofrem ação do poder.

Sob a esteira de Foucault (2000) passo a questionar de forma crítica os elementos religiosos e símbolos que compõe a natureza e as virtudes do discurso de Hobbes. Percebi que a cultura e as relações de poder de seu tempo influenciaram sua teoria. Não é uma teoria racional e neutra. Ela só pode ser avaliada, segundo Foucault (2000), considerando a cultura em questão. Assim, ela é uma versão possível da realidade.

Primeiramente questiono como um cristão alcança a paz segundo Hobbes? O que é exigido dele? Para responder aos questionamentos anteriores e tentar entender a associação que foi feita entre a obediência dos fiéis e a obediência dos súditos, é necessário abordar os seguintes conceitos: religião, legitimação, soberania, liberdade, sacrifício, morte eterna, esperança e salvação.

Hobbes debruçou-se em um estudo da natureza humana no qual expôs as sensações, a imaginação, a linguagem e as paixões que movem os indivíduos, as fraquezas decorrentes da condição humana e a necessidade de igualdade e de autopreservação. Em seguida, ele criou um estado hipotético de natureza em que todos tinham liberdade total para fazer tudo que as paixões determinassem. Desta

maneira, segundo a teoria de Hobbes, instaurou-se uma guerra e um estado de medo permanente que levou à anuência voluntária ao contrato social em que as pessoas raciocinaram e optaram em abdicar da liberdade total em troca de paz e salvação.

Hobbes fez uma analogia entre o estado hipotético de natureza com o período da guerra civil na Inglaterra, em que o medo da morte era constante; um estado de alerta permanente que impedia a possibilidade de uma vida plena. Logo, foi o medo permanente que impulsionou o ser humano a aderir ao contrato social, isso com o auxílio da razão. Desta maneira, entendi que a paz era vista como um bem supremo tanto para a vida civil quanto para a vida espiritual. Cheguei à conclusão de que não adiantava ter liberdade se não fosse possível desfrutar da plenitude da vida. Wollmann (1994) menciona que no *Leviatã* só há liberdade realmente depois da instauração do Estado. “Antes do pacto o homem é guiado por paixões que, naturalmente, levam a criar atritos com os outros seres humanos guiados pelas mesmas paixões” (WOLLMANN, 1994, p. 77). Percebi que a teoria hobbesiana tenta incutir na população a ideia de que a vida com restrições e punições garante a segurança e a paz. Será mesmo que esta teoria que promete segurança garante a paz? A paz para quem?

Segundo Hobbes (1997), a ameaça de morte ronda o tempo todo. O outro passou a ser visto como um inimigo, e tinha-se medo de si próprio devido à tendência humana de pecar. A prática do pecado ocasionaria a perda da salvação. O medo de si mesmo, o medo do outro, o medo da morte violenta e o medo da morte eterna são sentimentos que incutiram na consciência humana uma ideia de que era preciso se sujeitar a um poder soberano capaz de manter todos sob controle por meio da força, da punição física e, talvez, até da punição espiritual.

Para que o povo abdicasse ao direito de liberdade inerente à condição humana, Hobbes precisou demonstrar por meio de um método lógico dedutivo que só um poder centralizado e legítimo colocaria freio às paixões humanas e, então, todos poderiam gozar de uma vida plena. Um Estado com poder suficiente para disciplinar as paixões humanas. O que Hobbes fez para legitimar o poder do Estado? Buscou justificativa na adesão ao contrato mútuo entre as partes e na legitimação do poder divino, com objetivo de atingir as massas. Fez uso da eloquência, de passagens bíblicas, da linguagem bíblica e de elementos que constituíam o imaginário religioso do século XVII de maneira estratégica para

fundamentar sua teoria.

De maneira sucinta, é possível resumir o sistema político de Hobbes em primeiramente, um estudo da natureza humana; em seguida, a criação hipotética do estado de natureza, gerando a necessidade do surgimento do contrato e a formação do Estado social. Para a estruturação da sua teoria política, ele precisou valer-se de argumentos concretos e também de argumentos simbólicos. A razão, o contrato e a força do símbolo Leviatã sustentavam o poder do Estado absolutista.

O Estado hobbesiano foi representado com a imagem de um homem artificial, com poder irresistível capaz de manter a paz social. Se trata de uma construção humana e, como tudo que o ser humano cria, necessita ser legitimado para ser reconhecido. Hobbes alia-se à religião para conseguir que sua teoria seja aceita. De que maneira ele fez isso?

No capítulo primeiro desta tese, abordei elementos do imaginário e da cultura do século XVII para entender os problemas enfrentados pelo povo, visto que a elaboração da teoria hobbesiana visava colocar fim ao caos vivenciado. A questão que me intriga é a seguinte: para se colocar ordem na sociedade é preciso subjugar o povo aos mandos e desmandos de um soberano? Ou é preciso lutar para se conquistar o direito a uma vida plena? Vi no capítulo primeiro que Hobbes viveu sob a proteção dos nobres. Claro está que ele escreveu sua teoria sob a perspectiva de quem pensa em manter as vantagens nas mãos da nobreza, porém, ele inova trazendo a possibilidade de renunciar ao contrato caso o Estado não consiga garantir a paz e a segurança.

Ao analisar os elementos que influenciaram o comportamento e o pensamento das pessoas nesse período, percebi que o medo relacionado à religião era um poderoso instrumento de legitimação e dominação. Quem detinha o poder aliava-se ao sagrado para garantir a submissão do povo e, conseqüentemente, se mantinha no poder. O medo do visível e do invisível tinha a capacidade de disciplinar as paixões humanas e de legitimar as ações do soberano. Esse medo originava-se na cultura e no imaginário religioso da época, quando a maior preocupação humana era a salvação. O medo da morte era permanente e o medo do julgamento final abalava o emocional da população. O medo de morrer e não conseguir entrar na vida eterna servia como controle social. Hobbes não conseguiu selecionar os elementos da realidade para formar sua visão de mundo, por isso, não conseguiu separar-se da religião.

Para Hobbes (2009, p. 307), a vida eterna “é a recompensa maior que a vida presente, e os tormentos eternos, um castigo maior que a morte natural”. Ele ressaltou também a necessidade dos homens em conhecer, por meio das Escrituras, o significado da vida eterna e tormentos eternos. Hobbes (2009) reportou a passagem bíblica da desobediência de Adão aos mandamentos de Deus para reforçar a obediência ao Estado.

[...] parece-me que Adão, se não tivesse pecado, teria gozado de uma vida eterna na terra, e que a mortalidade caiu sobre ele e toda a sua posteridade em razão desse primeiro pecado. Porém, tal pecado não acarretou a morte imediata, pois, se assim fosse, Adão não teria filhos, e é certo que muito tempo depois, e viu uma numerosa descendência antes de morrer (HOBBS, 2009, p. 308).

Concluí que a transgressão aos preceitos divinos tinha uma punição muito severa, isto é, um mal maior que a morte terrena. Assim, como as leis do Estado cristão são condizentes com as leis divinas, é possível entender que era necessária a obediência a elas.

3.1 A RELIGIÃO COMO LEGITIMADORA DO MEDO

Na teoria do Estado hobbesiano, o medo da morte violenta é o elemento central que motiva a anuência do povo ao contrato social fornecendo corpo e alma ao Estado civil. Porém, não é somente o instinto de preservação à vida que move o ser humano. Permeiam a teoria política de Hobbes também fatores culturais, principalmente religiosos: no *Leviatã*, os símbolos religiosos e as Escrituras Sagradas foram apropriados de modo a transferir para o Estado o respeito e temor a Deus.

Na presente análise, recorri ao autor de *O dossel sagrado*: elementos para uma teoria sociológica da religião, Peter Berger, que aborda a religião como legitimadora das construções humanas. Segundo Berger (1985), a sociedade humana executa a construção do mundo e para este empreendimento usa a religião como principal fator. Ele afirma que o homem produz e é ao mesmo tempo produto da sociedade, isto é, refletem o caráter dialético do fenômeno social. Para entender a sociedade, Berger (1985) afirma a necessidade de reconhecer o caráter dialético da sociedade e ter em mente os momentos: exteriorização (contínua efusão do ser humano sobre o mundo); objetivação (conquista dos produtos de uma realidade que

se defronta com os seus produtores originais); e interiorização (reapropriação da realidade transformando-a em estruturas da consciência subjetiva) (BERGER, 1985). O homem cria a sociedade e de acordo com a época, a cultura e o momento histórico vivido surgem carências que precisam ser supridas. A criatura (sociedade) ganha vida e, com isso, exige dos seres humanos, novas regras que possam fornecer sentido à realidade.

Como já mencionado, a sociedade do século XVII buscava a paz em meio a tantos conflitos religiosos. Miceli (1994) menciona que nesse século a religião exerceu uma questão importante na vida de alguns ingleses motivando-os a reformas transformadoras. Muita gente acreditava nos desígnios de Deus e os grandes debates que alimentaram as lutas políticas e culturais da época, se inspiraram no calvinismo (MICELI, 1994). “Crer ou não crer [...] é uma questão que se liga sempre à maneira pela qual as pessoas procuram conhecer sua existência ou admitir seu fim (ou sua continuidade, para o bem ou para o mal...)” (MICELI, 1994, p. 44). Foi em torno do dogma da predestinação que, segundo Miceli (1994), apenas uma pequena parcela da humanidade receberia a graça da bem-aventurança cabendo aos demais a danação eterna.

Para solucionar a questão da legitimidade do poder, Hobbes criou uma máquina estatal poderosa “com poder visível que os mantenha em atitude de respeito, forçando-os, por temor à punição, a cumprir seus pactos e a observar as leis naturais [...]” (HOBBS, 2009, p. 23).

O mundo do homem é uma obra aberta que deve ser modelada por meio de suas próprias atividades, e essas atividades são consequências da constituição biológica humana (BERGER, 1985). Hobbes, ao criar o Estado Leviatã, tinha o objetivo de conter as paixões desenfreadas do ser humano e para isso colocou como essência do Estado a soberania. Ele derivou a soberania do Estado pelo pacto social, definindo o Estado por

uma pessoa instituída pelos atos de uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, como autora, de modo a poder usar a força e os meios de todos, da maneira que achar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum (HOBBS, 2009, p. 127).

Assim, notei que o que fornece vida ao Estado é o contrato e a partir dele são concedidos poderes absolutos e ilimitados. Porém, para que toda a população aceite a teoria hobbesiana, Hobbes denominou o seu Estado com o nome de um

símbolo religioso presente no Livro de Jó. A legitimidade é a observância às leis acrescida de sua valoração, ou seja, a influência das crenças que presidem a manifestação do consentimento e da obediência (BONAVIDES, 2017). Assim, a crença religiosa presente na obediência cristã é estendida à obediência política. Obedecer às normas da classe dominante, no período medieval, esteve relacionado ao temor a Deus, argumento legitimamente capaz de naturalizar uma construção humana.

Os símbolos são produzidos pelos humanos e permeiam todos os âmbitos de sua vida (BERGER, 1985). “O homem produz instrumentos de toda espécie imaginável, e por meio deles modifica o seu ambiente físico e verga a natureza à sua vontade. O homem produz também a linguagem e, sobre esse fundamento e por meio dele, um imponente edifício de símbolos que permeiam todos os aspectos de sua vida” (BERGER, 1985, p. 190). O símbolo diz tudo por si só, sem precisar de palavras. É um elemento material visível que carrega valor simbólico. Ao comparar o Estado hobbesiano com o poderoso monstro mitológico descrito como rei dos soberbos na Bíblia, Hobbes conseguiu transferir a força do símbolo do monstro do caos para seu Estado.

[...] o grande poder de seu governante, comparado ao Leviatã. Extraí essa comparação dos dois últimos versículos do capítulo 41 de Jó, nos quais Deus, após ter estabelecido o grande poder do Leviatã, chamou-o de rei dos soberbos. ‘Nada há na terra’, disse Deus, ‘que se possa comparar a ele. Foi criado para nunca sentir medo. Ele vê, abaixo dele, todas as coisas altas, e é o rei de todos os filhos da soberba’ (HOBBS, 2009, p. 224).

Desse modo, vi que o monstro Leviatã simboliza poder. O poder representa uma energia que anima a existência da sociedade mantendo-a unida, coesa e solidária (BONAVIDES, 2017). “Com o poder se entrelaçam a força e a competência, compreendida esta última como a legitimidade oriunda do consentimento” (BONAVIDES, 2017, p. 115). Segundo Bonavides (2017, p. 115-6), a força “exprime a capacidade material de comandar interna e externamente”, o poder “significa a organização ou disciplina jurídica da força” e a autoridade “traduz o poder quando ele se explica pelo consentimento, tácito ou expresso, dos governantes”. Assim, percebi que o poder soberano, representado pelo símbolo religioso Leviatã, estava capacitado para solucionar as guerras e conflitos vivenciados no século XVII. Uma vez que “o poder com autoridade é o poder em toda sua plenitude, apto a dar soluções aos problemas sociais” (BONAVIDES, 2017, p. 116).

Para Berger (1985), o mundo construído pelo humano é a cultura. “A sociedade estrutura, distribui e coordena as atividades de construção do mundo desenvolvidas pelo homem (BERGER, 1985, p. 21)”. São as ações humanas que mantêm o mundo humano em funcionamento. “O homem produz valores e verifica que se sente culpado quando os transgride. O homem forja instituições, que o enfrentam como estruturas controladoras e intimidatórias do mundo externo” (BERGER, 1985, p. 23). O Estado hobbesiano foi criado para impor regras e limites ao próprio criador da sociedade, o ser humano. Segundo Berger (1985), a coercividade fundamental da sociedade está no seu poder de se constituir e impor como realidade. “O mundo cultural não só é produzido coletivamente como também permanece real em virtude do reconhecimento coletivo” (BERGER, 1985, p. 24). Berger (1985, p. 25) afirma que “toda linguagem é resultado de uma longa história da inventividade, da imaginação e até mesmo do capricho do homem”.

“O mundo social não é passivamente absorvido pelo indivíduo, e sim, apropriado ativamente por ele” (BERGER, 1985, p. 31). “O homem enfrenta o sagrado como uma realidade imensamente poderosa distinta dele. Essa realidade a ele se dirige, no entanto, e coloca a sua vida numa ordem dotada de significado” (BERGER, 1985, p. 39). “O cosmos sagrado, que transcende e inclui o homem na sua ordenação da realidade, fornece o supremo escudo do homem contra o terror da anomia” (BERGER, 1985, p. 40). “Toda sociedade está empenhada na empresa nunca completada de construir um mundo de significado humano” (BERGER, 1985, p. 40). “A religião desempenhou uma parte estratégica no empreendimento humano da construção do mundo” (BERGER, 1985, p. 40). Para Berger (1985), a religião tem o poder de legitimar a ordem social. Ele conceitua legitimação como “o saber socialmente objetivado que serve para explicar e justificar a ordem social” (BERGER, 1985, p. 42). O ser humano constrói seu mundo e precisa legitimá-lo constantemente. Para tanto, a legitimação religiosa tem sido muito utilizada ao longo da história humana. O objetivo essencial das legitimações é a manutenção da realidade. As legitimações respondem aos porquês dos mecanismos institucionais. “Todo saber socialmente objetivado é legitimante” (BERGER, 1985, p. 43). A área de atuação da legitimação é mais ampla do que a da religião. No entanto, existe uma importante relação entre ambas, sendo a religião o instrumento mais eficaz de legitimação e esta mantém a realidade socialmente definida (BERGER, 1985). A religião é um instrumento de legitimação, pois confere significado à realidade vivida.

A atividade humana é estruturada pelas instituições. As normas sociais que se encontram expressas nos costumes, nas leis, na religião etc., estabelecem a coesão social. Por meio da coesão social a vida torna-se ordenada e significativa. Os valores religiosos da época de Hobbes constituíram a sua visão de mundo. A salvação para ele era a realidade desejada. A realidade passa a ser vista como oficial. O povo é convencido de que essa realidade é dessa forma desde o começo dos tempos, ou ao menos desde o início deste grupo (BERGER, 1985).

Berger (1985, p. 47) afirma que “a estrutura política simplesmente estende à esfera humana o poder do cosmos divino”. A ação do governante torna-se um fenômeno sacramental e a obediência a ele equivale a estar em harmonia com o mundo dos deuses (BERGER, 1985). Dessa forma, observa-se que as forças sagradas estão constantemente permeando a experiência humana (BERGER, 1985).

“A sociedade dirige, sanciona, controla e pune a conduta individual” (BERGER, 1985, p. 24). “A coercividade fundamental da sociedade está não nos mecanismos de controle social, mas sim no seu poder de se construir e impor como realidade” (BERGER, 1985, p. 25). Assim, segundo Hobbes (2009), o poder soberano deriva do pacto, ou seja, do poder irresistível que lhe foi delegado. Hobbes (2009, p. 249) concluiu que

aqueles cujo poder é irresistível assumem naturalmente o domínio sobre os demais, em razão da excelência de seu poder. Por consequência, é por esse poder que o reinado sobre os homens e o direito de fazê-los padecer a seu bel-prazer pertence a Deus Todo Poderoso, não como criador e distribuidor de graças, mas por ser onipotente.

A teoria do Estado é uma construção humana com a qual os indivíduos concordam, por meio do medo da morte, em delegar toda liberdade que possuíam no estado de natureza hobbesiano. O poder e a soberania pertencem exclusivamente ao Estado, só ele pode fazer uso da força e dos poderes invisíveis para disciplinar as paixões humanas. Assim, entendi que, embora o Estado seja fruto da construção humana, ele adquire a legitimidade e aceitação coletiva por meio de argumentos plausíveis e passa a agir de forma coercitiva sobre aquele grupo. A construção humana, Estado, passa a ser revestida do caráter sagrado se referindo à realidade vivenciada.

Os argumentos que Hobbes utilizou para fundamentar os direitos dos

governantes dos Estados cristãos foram extraídos das Escrituras Sagradas e os deveres dos súditos para com seus soberanos também.

De forma análoga ao que se passa com as leis da natureza, as leis do Estado ganham uma dimensão divina conforme foi visto capítulo anterior. “A realidade passa a ser legitimada pela religião, que justifica e explica a ordem social” (BERGER, 1985, p. 24). “A legitimação religiosa pretende relacionar a realidade humanamente definida com a realidade última, universal e sagrada. As construções da atividade humana, intrinsecamente precárias e contraditórias, recebem, assim, a aparência de definitiva segurança e permanente” (BERGER, 1985, p. 48-9). Para Berger (1985), os conflitos e discrepâncias humanas ameaçam as instituições, mas por meio da legitimação cósmica essas instituições são içadas acima dessas eventualidades humanas (BERGER, 1985). Ainda segundo este autor (1985), ir contra a ordem social legitimada pela religião significa aliar-se a forças da escuridão. São funções da religião: manter a realidade do mundo socialmente construído e integrar as situações marginais em um *nomos*²² compreensivo (BERGER, 1985). O mundo construído pelo humano é precário e mantê-lo é uma tarefa difícil que requer um processo contínuo de busca de sentido.

3.2 CONSTITUIÇÃO DA SOBERANIA DO LEVIATÃ

As funções da religião assim como abordadas por Berger podem interferir na constituição da soberania do Leviatã, uma vez que a religião tem o poder de sacralizar os poderes do Estado, pois este era uma criação humana com poder soberano que carecia de uma justificativa plausível para tamanho poder em suas mãos.

Segundo Bonavides (2017), o termo soberania surgiu com o Estado moderno. “A soberania do Estado diz respeito, por consequência, à questão dos elementos e características do poder estatal que o distinguem, consoante assinalamos, dos demais poderes e instituições sociais” (BONAVIDES, 2017, p. 137). Hobbes (2009) definiu a soberania como a alma que fornecia os movimentos ao corpo do Estado que garantiam a proteção do povo. Ele afirmou que a finalidade da obediência é a proteção e que os seres humanos precisam obedecer e se

²² Nomos vem do grego e significa leis, estatutos e normas.

esforçar por conservar essa proteção.

Hobbes desenvolveu sua doutrina da soberania popular derivando do contrato de adesão ao contrato social e a conceitua como

“[...] a soma das distintas frações de soberania, que pertencem como atributo a cada indivíduo, o qual, membro da comunidade estatal e detentor dessa parcela do poder soberano fragmentado, participa ativamente na escolha dos governantes” (BONAVIDES, 2017, p. 141).

O Estado hobbesiano precisa do uso da espada para fazer com que todos cumpram os pactos. As palavras para Hobbes (1997) não têm força suficiente para fornecer segurança a ninguém. É necessário um temor que faça os indivíduos respeitarem as leis. O medo do castigo e da punição do Estado hobbesiano força todos ao cumprimento dos acordos e o respeito às leis de natureza (HOBBS, 1997). “O Estado é uma associação que pretende o monopólio do uso legítimo de violência e não pode ser definido de outra forma” (WEBER, 1982, p. 383). Primeiramente, domina de forma legal, tradicional ou carismática; em último caso, aciona a força policial. Por medo da punição, as pessoas obedecem ao Estado. O Estado hobbesiano segue as leis da natureza e estas são consideradas por Hobbes como divinas. De forma análoga ao que se passa com as leis da natureza, as leis do Estado ganham uma dimensão divina. A realidade passa a ser legitimada pela religião, que justifica e explica a ordem social. A legitimação religiosa torna a estrutura política plausível e, assim, obtém a adesão do povo.

Do século XVI ao XVIII viveu-se um momento de trânsito, em que ocorre uma transformação que envolve a Igreja e o Estado. A junção, de certa forma, da Igreja e do Estado é herança do padroado. O Estado projeta o teo-político enfatizando a questão da divindade. Quadros (2009, p. 43) conceitua teológico-político como termo que

indica a interdependência do crer com o poder. Como diz Certeau, a autoridade das instituições sustenta-se na capacidade de produzir credibilidades (1994, p. 278). Mas se as instâncias institucionalizadas - Estado e Igreja - partilham semelhanças, distinguem-se em outros campos. O hífen do conceito acentua as não coincidências, a autonomia relativa que renova constantemente as tensões e conflitos entre as duas esferas. Somente a instituição religiosa, afinal, atua sobre o *post mortem* e nem sempre seus valores coincidem com a racionalidade estatal.

Teológico e político são esferas distintas, que partilham semelhanças. A questão da fé molda o comportamento do sujeito e gera submissão. No jogo do

teológico-político há um sistema de forças de elementos salvíficos, que une os interesses políticos e religiosos. A questão da divindade é enfatizada e projetada no Estado. Quadros (2009) alerta que é preciso identificar como a crença, o poder, a doutrina eclesiástica e o direito civil estão, de certa forma, articulados.

A palavra soberania indica autoridade, supremacia, qualidade de soberano. A soberania pode ser divina, humana ou até as duas ao mesmo tempo. Deus é soberano, transcendente. A ideia de soberania divina é transferida para o Estado. O Estado se torna o soberano concreto. Soberano é quem decide a suspensão da lei. O estado de exceção é análogo ao milagre. O soberano está acima do bem e do mal. Os governantes agem como se estivessem em exceção.

No período em que Hobbes viveu e escreveu sua teoria, a Igreja Católica Romana perdia a hegemonia na Europa e parece que, de alguma forma, os elementos simbólicos foram transferidos para a figura do Estado. Há uma interface do religioso e do político herdada da cristandade. Todos os conceitos mais importantes do Estado vieram dos conceitos teológicos secularizados (SCHMITT, 2006). A teologia marca a política. Deus tira e coloca governantes.

Schmitt (2006) compara teologia com legislação. Ambas dependem de uma Escritura, um livro de revelações e regras escritas. Religião e política têm muita aproximação. Estado e Deus são semelhantes, compartilham a mesma missão: a de salvar. A ideia de Estado apropria-se da força do sagrado. A nação é o sagrado imanente. A teologia está presente na obediência ao Estado. A razão dominava no período de Hobbes, porém a razão tem a iluminação divina. O Estado ganha aura da metafísica. Surge um novo conceito de legitimação. Deus é introduzido no Estado. “O nível metafísico é representado pela Providência Divina” (QUADROS, 2009, p. 34). O rei era identificado como Deus teísta (SCHMITT, 2006).

Segundo Schmitt (2006), a ideia de que um único Deus regia o mundo dominou os séculos XVII e XVIII, por isso Hobbes elevou seu Estado a uma criatura monstruosa. O soberano tem o elemento decisionista e personalista. “Faz parte do conceito divino dos séculos XVII e XVIII a transcendência de Deus diante do mundo, assim como uma transcendência do soberano perante o Estado faz parte de sua filosofia estatal” (SCHMITT, 2006, p. 45-6).

Hobbes propôs uma teoria política para tentar por fim à problemática da representação e da legitimação do Estado. Thomas Hobbes (1997) propôs um governante soberano definitivo e absoluto comparável a um Deus na terra. Seu

poder é tamanho que o povo se vê insignificante diante de tamanho poder que só lhe resta render e obedecer.

No prefácio da obra *Do Cidadão*, Hobbes (2006, p. 22) demonstra que “não repugna o Direito Divino, já que Deus é tutor de todos os governantes por natureza, conforme argumentam os ditames naturais”. Com essa afirmação, ele confessa não repugnar a teoria e acaba por empregá-la na sua teoria do contrato, já que era muito conveniente para ele retirar da Igreja o papel de mediadora de assuntos divinos. Para Hobbes, o ideal era concentrar todos os poderes nas mãos do Estado.

Hobbes defende o poder soberano evocando o nome do mito Leviatã por seu caráter de rei dos soberbos, soberano. A aliança se transforma em um dado concreto, um contrato assegurado pelo poder do Estado, um poder visível. O não cumprimento das leis civis implica desobediência a Deus, já que o Estado segue as leis divinas. Ao temer a Deus o indivíduo teme também o Estado hobbesiano.

Em tese, o Estado hobbesiano é reconhecido pelos súditos como diferente, ou seja, uma pessoa artificial que tem poderes superiores aos demais, poderes estes que alimentam a esperança das pessoas de viverem seguras. Ao abordar os conceitos de sagrado e profano, em que sagrado se refere a algo separado, relacionado a alguma divindade, e profano como algo comum, cotidiano, posso dizer que o Estado hobbesiano é sagrado, baseando esta afirmação nas próprias palavras de Hobbes (2009) que conceituou profano como o comum e sagrado como algo que é separado para o serviço de Deus devido à sua dedicação aos homens.

Segundo Hobbes (1997), somente o Estado é capaz de garantir a segurança de todos. Há uma tensão entre imanência e transcendência (BELLO, 1998). Quando a vida humana está ameaçada, a salvação está relacionada à sobrevivência, uma salvação como vida além da morte (BELLO, 1998). Em outras palavras, a construção da soberania do Estado é definida pela imanência e pela transcendência do soberano. Segundo Hobbes (1997, p. 144), a essência do Estado pode ser definida da seguinte forma

uma pessoa cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída como autora, de modo a poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum.

Todas as cláusulas do contrato se resumem na alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, para a comunidade. Hobbes conseguiu a

legitimação do Estado, a princípio, pela anuência de todos os indivíduos, porém a influência religiosa herdada da cristandade serviu para reforçar a soberania do Estado. A teologia incide na política, impulsionando a obediência dos súditos.

A instauração do Estado moderno é um marco civilizatório. A multidão tornou-se povo e surge a necessidade de um poder centralizado. O Estado é uma criação artificial, que se originou do contrato social e surgiu como uma nova instituição moderna soberana. O Estado soluciona os conflitos e mantém a ordem. Ele detém o monopólio do direito de punir. Para Hobbes, o acordo apropriado entre o homem e todos os seus semelhantes seria promulgado como

cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações (HOBBS, 1999, p. 144).

Segundo ele, procurar a paz e segui-la é a primeira lei natural que dá início ao Estado.

O autor reforça a necessidade urgente de um “poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, [...] possam alimentar-se e viver satisfeitos [...]” (HOBBS, 1997, p. 143). Surge, então, *Leviatã*, título dado por ele ao Estado soberano.

3.3 PODER, GLÓRIA E LEGITIMAÇÃO

Segundo Foucault (1979), a existência do poder está definida nas práticas ou relações de poder. Ele entende o poder como aparelhos de saber. Para exercer o poder, é necessário formar, organizar e por em circulação um saber (1979, p. 186). O poder é circulante, funciona e se exerce em rede (1979, p. 183). Deve ser analisado como algo que só funciona em cadeia. Não pode ser apropriado como se fosse uma riqueza ou um bem. O indivíduo é o centro de transmissão e, ao mesmo tempo, um efeito do poder, isto é, o poder passa pelos indivíduos e é também uma parte que constitui os sujeitos. Foucault destaca a importância das microrrelações cotidianas, que influenciam e reforçam macrorrelações. Todas as pessoas exercem poder de alguma forma, sem oposições binárias, reforçando ou negando as disputas por poder em diversos níveis. Na relação de poder existe uma relação de

resistência, que é outra forma de exercer esse poder.

Para Foucault (2006), há três tipos de governos. O primeiro, ligado à moral, o governo de si mesmo; o segundo, ligado à economia, arte de governar; e, por fim, a ciência de bem governar relacionada ao político. O pastorado é uma arte de governar os homens, que foi introduzida “em fins do século XVI, séculos XVII-XVIII, o limiar do Estado moderno” (FOUCAULT, 2006, p. 219). Segundo ele, o Estado moderno nasce “quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida”. O autor tem a impressão de que a pastoral cristã é o pano de fundo do processo de instauração do Estado moderno. A governamentalidade seria o elemento fundante do Estado. Segundo Foucault (2006), o pastorado guia os indivíduos e a comunidade pela vereda da salvação, prescreve a lei e ensina a verdade. O pastor tem que assegurar a salvação a todos e também de cada um. O Estado tem como atribuição garantir a segurança e a vida das pessoas, remetendo assim à figura do pastor bíblico. Isso configura uma herança da cristandade, que foi sendo incorporada pelo Estado. O pastorado cristão organizou uma nova forma de obediência total, a obediência pura. “A obediência como tipo de conduta altamente valorizada e que tem o essencial da sua razão de ser nela mesma” (FOUCAULT, 2006, p. 230). O poder é conquistado também no plano simbólico: o político e o simbólico relacionam-se. O Estado apoia-se sob o simbólico. A dimensão religiosa compõe o *ethos* de uma sociedade.

Agamben (2011, p. 186) versa sobre a "história dos aspectos cerimoniais do poder e do direito, uma espécie de arqueologia política da liturgia e do protocolo". Assim, ele busca os aspectos litúrgicos que envolvem as cerimônias do poder. O autor também trabalhou a estética e a política. Ele afirma (2011, p. 212) que na formação do “mito do Estado” estava em jogo a reconstrução da “história de uma aclamação, em que elementos litúrgicos e elementos profanos estavam indissoluvelmente entrelaçados”. A glória é mais evidente na relação entre teologia e política. Para ele, a glória é o ponto de intercessão em que teologia e política se comunicam e trocam papéis continuamente. Glória é uma palavra difícil de conceituar. Está relacionada ao rito; valoriza o caráter indeterminado. E é essa característica que mantém a dinâmica e faz a glória funcionar como mediadora, um modo de expressar muitos sentimentos. Ela é o exagero do simbólico.

Segundo Agamben (2011), no sentido bíblico originário, a glória transmite a ideia de senhorio e de soberania. Essa ideia foi transmitida para a esfera da beleza.

A glória está vinculada com a esfera do domínio e do poder; logo, a ideia de verdadeiro e de bom une-se ao belo. A imagem que Hobbes utiliza para representar o Estado está impressa na capa da edição de 1651 da obra *Leviatã*. Abraham Bosse fez a ilustração de um gigante constituído por inúmeras pessoas. É uma figura elegante e soberba, portando coroa e armadura. A figura apresenta o semblante de um nobre e transmite a ideia do belo, do verdadeiro e do que é bom para o povo. A estética do glorioso vincula-se ao poder soberano.

Weber (1991) afirma que o poder é um dado que está presente nas relações sociais. Poder é “toda a probabilidade de impor a própria vontade em uma relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1991, p. 33). Dominação “é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 1991, p. 33). A dominação necessita de argumentação convincente e é uma forma camuflada de poder, necessita de legitimação. Em sua abordagem, ao tratar de dominação, Weber (1991) preocupa-se com o poder que obriga à submissão. Por que as pessoas obedecem? No caso do *Leviatã* e dos súditos, a obediência é devida a um aglomerado de mecanismos. Esses mecanismos estão ligados ao simbólico. O religioso está por trás do pensamento político. O medo político mescla-se ao medo religioso.

O Estado é uma construção humana à qual os indivíduos entregam todo poder. Com essa entrega, o poder, juntamente com a soberania, pertence exclusivamente ao Estado.

Para Hobbes (1997), o Estado deve submissão apenas ao Deus Imortal. Ao comparar o Estado ao *Leviatã* do livro de Jó, ele ressalta que, no plano terreno, o Estado é uma instituição incomparável e que não tem nada a temer. Entretanto, Hobbes afirma (1997, p. 241) que o Estado é uma autoridade mortal e que “no céu há algo que o Estado deve temer obedecer”. Acredito que, com a afirmação de que o Estado é submisso ao poder do Deus Imortal, Hobbes buscou legitimidade junto ao poder divino. Nesta perspectiva, o soberano pratica ações em conformidade com as leis de Deus.

O sagrado se estabelece sobre o reconhecimento do outro. Ser sagrado é ser totalmente diferente, é ser totalmente outro. Além disso, para o reconhecimento do totalmente outro como sagrado, é necessário haver uma comunicação

(comunicação simbólica) em que há compreensão de que o outro é poderoso, mas, mesmo assim, há esperança de comunicação, há esperança de que o que o homem deseja será concedido (SILVA, 2009, p. 166). O simbólico passa a ser o espaço do poder. A relação de submissão é subjetivada.

Hobbes (2009) mostrou que é necessário ter fé e obediência para alcançar a salvação. Logo, “não é uma coisa árdua reconciliar nossa obediência a Deus com nossa obediência ao soberano civil” (HOBBS, 2009, p. 410). Com essa afirmação, Hobbes deixou clara a correlação entre obediência a Deus e a obediência ao soberano. Entendo que a construção da soberania do Leviatã hobbesiano é fundamentada no contrato social e na crença, ou seja, a crença na salvação do Estado é fundamental para a adesão ao contrato. Ocorre uma relação entre imanência e transcendência. Deus é soberano, transcendente.

A máquina estatal Leviatã aparece como uma resposta para os anseios do povo que vivencia um contexto de morte. Uma pessoa artificial que tem poderes superiores aos demais, em que os seus poderes alimentam a esperança das pessoas de viverem seguras. A crença no poder salvífico do Estado reforça a adesão ao contrato. Percebe-se que a característica do Leviatã de garantir segurança e vida remete à figura do pastor bíblico. Isso configura uma herança da cristandade, que foi sendo incorporada pelo Estado. O pastorado está relacionado com a salvação, logo, o Estado revestido da ideia de pastorado também salva.

Ao empregar o nome do monstro bíblico, Hobbes quis, com isso, apropriar-se do seu sentido simbólico. O sentido apropriado é a capacidade de governar as demais criaturas, já que na Bíblia o monstro é chamado de rei dos soberbos. O Leviatã evoca medo e suscita a obediência. A legitimação religiosa torna a estrutura política plausível e, assim, obtém a adesão do povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar às últimas linhas deste trabalho é preciso retomar ao que fora assinalado no princípio e recordar a hipótese adotada neste caminho. Aliás, este percurso foi marcado por eventos históricos conflituosos e por uma simbologia muito forte. Adotei a análise de discurso e os estudos de Foucault para maximizar o olhar buscando compreender os fatores que fizeram parte da constituição do conhecimento produzido por Hobbes. Com Foucault pude captar as relações de poder envolvidas na construção do discurso de Hobbes por meio da análise da história. Assim, com esse diferencial, consegui visualizar novas perspectivas com relação à produção dos enunciados propostos por Hobbes. A teoria elaborada por Hobbes não constitui uma verdade absoluta e nem é portadora da neutralidade científica. As ideias, crenças e valores que povoaram a mente de Hobbes são frutos das experiências vividas e das ideologias resultantes dos jogos de poder da época.

Talvez meu leitor julgasse encontrar um percurso mais racional e menos enigmático, já que Hobbes é conhecido como ferrenho crítico da religião cristã. De fato, ele fez várias críticas sobre a maneira de manipular a religião como instrumento de dominação, porém não conseguiu abster-se dela na elaboração do *Leviatã*. Na obra citada, Hobbes escreveu uma carta introdutória dedicada ao amigo Sr. Francis Godolphin em que confessa utilizar as mesmas armas da religião cristã. “O que talvez possa ser tomado como ofensa são certos textos das Escrituras, por mim usados com uma finalidade diferente da que geralmente por outro é visada [...]. Pois eles são fortificações avançadas do inimigo [...]” (HOBBS, 1997, p. 25-6).

Por que esse fato ocorreu? Cultura e religião são construções humanas que se conectam e se sustentam em mútuo processo de retroalimentação. A religião expressa a sociedade como explicação e controle da realidade, conforme citado por Teixeira (2003). Na religião identificam-se as características de um determinado grupo, daí ela constitui uma informação da cultura. Acredito que a religião, assim como outras dimensões da cultura, teve forte influência sobre a constituição identitária de Hobbes repercutindo em sua visão de mundo e na produção de sua teoria sobre o Estado. Investiguei em que medida a teoria do Estado hobbesiano presente na obra *Leviatã* sofreu influência religiosa e verifiquei que a religião é mais constitutiva dos seres humanos do que a própria racionalidade. Por isso, a relevância de contextualizar os eventos históricos e analisar os elementos

simbólicos que atuaram na vida e na obra de Hobbes para compreender os pensamentos e mentalidades que influenciaram a subjetividade de nosso autor.

No momento histórico em que Hobbes vivia, a religião cristã tinha um papel central na sociedade europeia ocidental. O poder da religião estava presente em toda a organização social e fundamentava a existência do Estado Absolutista como sendo aquele com uma capacidade exclusiva e indivisível de dar e de revogar a lei civil, conforme sustentava Bodin (1997). Essa lógica soberana absoluta garantiu à Igreja Católica o monopólio sobre a organização e controle social.

Ao analisar o contexto histórico à época de Hobbes, ancorando o autor em seu tempo e seu espaço, pude constatar que a incidência de guerras e de medo marcou a geração de Hobbes. Ele percebeu que a falta de um poder centralizado impediria o ser humano de desfrutar uma vida satisfeita. O medo das disputas políticas e religiosas fez com que Hobbes advogasse pela concentração de todos os poderes nas mãos de um monarca ou de assembleia determinada. Hobbes temia a concorrência do poder da religião com o poder do Estado. Hobbes (1997, p. 16) afirma que “não há quase nenhum dogma referente ao serviço de Deus ou às ciências humanas de onde não nasçam divergências que se continuam em querelas, ultrajes e, pouco a pouco, não originem guerras [...]”. Percebi que Hobbes fez severas críticas ao Papado na quarta parte do *Leviatã* comparando o poder espiritual do Papa ao reino das fadas: “[...] só tem existência na fantasia de gente ignorante, [...] consiste apenas no medo, que se encontra seduzido, de ser excomungado, por ouvir falsos milagres, as falsas tradições e as falsas interpretações das Escrituras” (HOBBS, 1997, p. 483). Porém, Hobbes não conseguiu se desvincular totalmente da religião. Por quê? Porque as teorias, os valores e o contexto da época se imbricaram no seu discurso. Ele submeteu a religião ao poder soberano do Estado por ter vivenciado o poder legitimante da Igreja. O simbólico e a cultura fizeram parte da construção da subjetividade de Hobbes. Hobbes criou uma máquina artificial na obra *Leviatã* para por fim à situação de medo e angústias que marcaram a Inglaterra do século XVII.

Algumas guerras, neste período, foram motivadas pelas rivalidades entre protestantes e católicos: Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e Guerra dos Bispos (1639-1640). Outras foram provocadas pela disputa entre o parlamento e a monarquia, como a Guerra Civil (1642-1649). Nesse contexto de disputas pelo poder, o medo da morte se tornou um elemento chave na teoria de Hobbes.

Historicamente, percebi que o medo difundido pela religião se apresentava como um dispositivo de controle social e de construção da subjetividade dos indivíduos. Por medo das penas impostas pela Igreja católica, como purgatório e inferno, as pessoas tinham suas vontades subtraídas. Agiam de acordo com a ideologia dominante, no caso, da Igreja Católica que ia se mantendo no poder. Hobbes, ao lado de Maquiavel (1469-1527), teria sido um dos primeiros filósofos a questionar o lugar da religião na política. Hobbes inovou em sua teoria submetendo a religião ao poder civil.

Hobbes recebeu influência de elementos do imaginário religioso de sua época. Como cheguei a esta afirmação? Como já foi dito, parti da análise do discurso de Hobbes e identifiquei de imediato o elemento símbolo no nome de sua obra em questão. Seu título, *Leviatã*, faz referência ao monstro bíblico, também presente em outras culturas, enquanto metáfora para o Estado Absolutista, o que demonstra como o mundo religioso estava presente no imaginário de Hobbes.

Na mitologia Babilônica o monstro marinho evocado em Jó remete ao mito cosmogônico babilônico Tiamat. “Tiamat, o mar, após ter contribuído para o nascimento dos deuses, foi vencido e submetido por um deles” (CHEVALIER, 2007, p. 547).

O poder do Leviatã bíblico é comparável ao poder de Deus. Uma criatura que não sente medo. A imagem do Leviatã bíblico tem importante papel na teoria hobbesiana, na medida em que ela serve de reforço no controle da ordem social. O monstro, se obedecido, não representa ameaça.

Foi nesse caldo cultural, de medo do mar, de monstros marinhos e da morte, que Hobbes nasceu e escreveu sua teoria. Além desses medos, a sociedade vivenciava o medo das guerras. Estas envolviam aspectos políticos, econômicos, ideológicos e religiosos. Enfim, observei que a Inglaterra vivia um medo generalizado e esse medo foi refletido na teoria hobbesiana. Em síntese, medo foi o elemento fundador do Estado proposto por Hobbes.

Concluí que a religião conferiu a essa teoria a ideia de que o poder divino imperava sobre o processo de organização humana neste mundo. E que, por isso, o medo que impulsionou o ser humano à transferência de poder ao Estado não é apenas o medo racional da morte violenta, mas também o medo que ficou incutido pela cultura e imaginário da época que fizeram parte da constituição identitária de Hobbes e que repercutiram na sua visão de mundo e na produção de sua teoria,

abolindo, desse modo, a produção de uma verdade absoluta, sendo o conhecimento filosófico apenas uma versão parcial da realidade experimentada. A hipótese é de que Hobbes defendeu uma laicização parcial do Estado no *Leviatã*, porque ele conhecia o poder do sagrado na organização e controle social, por isso deve ter apropriado desse poder para conseguir maior adesão da população à sua teoria. A intenção de Hobbes não era apenas separar Igreja de Estado, e sim, apropriar-se da simbologia da religião e de sua força legitimadora.

O medo da morte eterna era presente e gerava riqueza para quem mediava o diálogo com o divino. O ponto central da época era o medo do pós-morte, do inferno e do purgatório.. Este fator religioso influenciou a construção do conhecimento de Hobbes que oferece uma máquina estatal capaz de assegurar a salvação terrena pela obediência às leis de natureza e garantir uma futura salvação eterna.

A primeira lei de natureza ou lei divina traz o preceito que leva à paz. Segundo Hobbes (2002, p. 121), a lei divina está localizada na razão, tendo como fundamento o Salmo 40,8: “a tua lei está dentro do meu coração”. Assim, ao analisar o discurso de Hobbes (2002), a lei de natureza busca, na razão, os princípios que tendem à paz. Concluo, diante do exposto que, o preceito de buscar a razão se localiza nas Escrituras. Logo, o elemento religioso estava presente na teoria hobbesiana. O racionalismo imbricou-se com o elemento religioso.

Hobbes cita a passagem bíblica do pacto entre Abrão e Deus para evidenciar a obediência dos súditos às ordens do Estado já que eles não receberam uma revelação segura relativa à vontade de Deus. “Este é o pacto que debes observar entre mim e ti, e tua semente depois de mim” (HOBBS, 1997, p. 220). Ao analisar este discurso fica nítido o uso da Escritura para sacralizar as leis do *Leviatã*. Hobbes construiu o enunciado com base em interpretações de suas experiências que são estabelecidas pelas relações de poder.

Sob a esteira de Foucault (2000) passei a questionar de forma crítica os elementos religiosos e símbolos que compõe a natureza e as virtudes do discurso de Hobbes. Percebi que a cultura e as relações de poder de seu tempo influenciaram sua teoria. Não é uma teoria racional e neutra. Ela só pode ser avaliada, segundo Foucault (2000), considerando a cultura em questão. Assim, ela é uma versão possível da realidade vivida por Hobbes.

Do ponto de vista acadêmico, a presente obra serve de referência para se

compreender os modos de pensar e fazer política nos dias de hoje. Hobbes, por meio da reflexividade e racionalidade, não conseguiu se abster dos elementos simbólicos da religião. Isso porque o ser humano não consegue selecionar os dados da realidade que compõem sua visão de mundo de forma consciente. O poder simbólico como instrumento de conhecimento e comunicação é um poder estruturado e estruturante das mais diversas dimensões da sociedade, como já elencava Bourdieu (2011). A Igreja conseguia legitimar as estruturas políticas por meio da ordem simbólica. Ela era “capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamento comuns” (BOURDIEU, 2007, p. 70). Assim, nos dias de hoje não é possível escapar da influência da religião na política, uma vez que ela está presente desde os principais momentos de socialização dos indivíduos, onde a inculcação das estruturas é fundamental.

REFERÊNCIAS

AGANBEN, Giorgio. *O reino e a glória*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 185-216.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3. Ed. Tradução de Suely Bastos e Paulo Henrique Brito. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BAUMAN, ZYGMUNT. *Medo líquido*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELO, Ângela Alves. *Culturas e religiões: uma leitura fenomenológica*. São Paulo: Edsc, 1998.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulus, 1985.

BODIN, Jean. *Los seis libros de La República*. Tradução de Pedro Bravo Gala. 3. ed. Madrid: Tecnos, 1997.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. São Paulo: Malheiros, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CAIXETA, Marcela Pinheiro. *Hobbes e Leviatã: estado absolutista*. 2012. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3061>. Acesso em: 14 maio 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHEVALIER, Jean-Jacques. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2007.

_____. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Tradução de Lydia Cristina. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

CRAWFORD, Robert. *O que é religião*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. Tradução de C. M. V. Gutiérrez. São Paulo: Paulinas, 2010.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*.

Tradução das notas Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: EDUSC, 2003.

_____. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Adauto Novaes. *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

DEUSDARÁ, Bruno. ROCHA, Décio. *Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória*. Rio de Janeiro, 2005. [artigo científico] Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio: século XXI. Versão eletrônica 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Flávia Mendes. *Medo no horizonte da ciência política: algumas reflexões sobre os tempos modernos e contemporâneos*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

FINN, Stephen J. *Compreender Hobbes*. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2010.

FLOREZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins, 2000.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. Tradução de Frederico Carotti, Joana Angélica d' Avila Melo, Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HECK, José Nicolau. *Thomas Hobbes: passado e futuro*. Goiânia: Ed. da UFG, 2003.

HEINZ-MOHR, Gerd. *Dicionário dos símbolos: imagens e sinais da arte cristã*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1994.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. *Leviatã ou matéria, formas e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução Rosina D'Angina. São Paulo: M. Claret, 2009.

_____. *Do cidadão*. Tradução de Fransmar Costa Lima. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. *Os elementos da lei natural e política: tratado da natureza humana: tratado do corpo político*. Tradução de Fernando Dias Andrade. São Paulo: Ícone, 2002.

LIMONGI, Maria Isabel. *Hobbes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. A racionalização do medo na política. In: NOVAES, Adauto Novaes. *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

MACEDO, José Rivair. *Religiosidade e messianismo na Idade Média*. São Paulo: Moderna, 1996.

MAGALHÃES, Fernando. *10 lições sobre Hobbes*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Hingo Weber. Petrópolis: Vozes, 2015.

MESLIN, Michel. *Fundamentos de antropologia religiosa: a experiência humana do divino*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MICELI, Paulo. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Atual, 1994.

NOVAES, Adauto Novaes. *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

OTTO, Rudolf. *O sagrado: um estudo do elemento não-racional na ideia do divino e a sua relação com o racional*. Tradução de Prócoro Velasques Filho. Imprensa Metodista, 1985.

QUADROS, Eduardo G. de. O teo-político na dominação colonial. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 7, n. 15, 2009. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2009v7n15p32/2476>>. Acesso em: 15 maio 2018.

RIBEIRO, Renato Janine. *A marca do Leviatã: linguagem e poder em Hobbes*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Medo e esperança em Hobbes*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do*

Estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, M. P. A. *Relatório de sociologia*. Alagoas: Ed. da Universidade Estadual do Ceará, 2013.

RUIZ, Castor Bartolomé. *Os paradoxos do imaginário*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2003.

_____. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SCHILLING, V. *A teoria do direito divino dos reis*. 2010. Disponível em <WWW.educacao/historia-teoria-do-dirieito-divino-dos-reis,30083051dt72ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 30 out. 2015.

SCHMITT, Carl. *Teologia política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SILVA, José Carlos Avelino da. *O sagrado e a individualidade: o nascimento do ser humano e a emergência da individualidade*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2009.

SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP, 1999.

SOBOLESKI, Josete. *O medo: uma paixão política em Thomas Hobbes*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Paraná, 2011. Disponível em: <[http://projetos.unioeste.br/pos/media/File/filosofia/Josete_Soboleski\(1\).pdf](http://projetos.unioeste.br/pos/media/File/filosofia/Josete_Soboleski(1).pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2014.

SOUZA, Maria Eliane Rosa de. *Thomas Hobbes: do movimento físico à fundamentação do Estado*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Teses/Maria_Eliane_Rosa_de_Souza.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

TEIXEIRA, Faustino. *Sociologia da religião: enfoques teóricos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

TELES, Idete. *O contrato social de Thomas Hobbes: alcances e limites*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99363/313749.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 maio 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WEBER, Max. *A ciência como vocação*. In: WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. *Economia e sociedade*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991.

WOLLMANN, Sérgio. *O conceito de liberdade no Leviatã de Hobbes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.